

Luiz Carlos Chaves

**O Conselho Municipal de Trabalho e
Emprego e a Participação Popular em
Florianópolis: Conflito e Luta Política**

Florianópolis

2001

Luiz Carlos Chaves

O Conselho Municipal de Trabalho e
Emprego e a Participação Popular em
Florianópolis: Conflito e Luta Política

Dissertação apresentada como requisito final à
obtenção do grau de Mestre, junto ao Curso de
Pós-Graduação em Sociologia Política, Centro
de Filosofia e Ciências Humanas,
Universidade Federal de Santa Catarina.

Orientador: Prof. Dr. Fernando Ponte de Souza

Florianópolis

2001



Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política
Universidade Federal de Santa Catarina
Centro de Filosofia e Ciências Humanas
Campus Universitário - Trindade
Caixa Postal 476
Cep: 88040-900 - Florianópolis - SC - Brasil
E-mail: ppgsp@cfh.ufsc.br

**O CONSELHO MUNICIPAL DE TRABALHO E EMPREGO E A
PARTICIPAÇÃO POPULAR EM FLORIANÓPOLIS:
Conflito e Luta Política.**

LUIZ CARLOS CHAVES

Esta Dissertação foi julgada e aprovada em sua forma final pelo Orientador e Membros da Banca Examinadora, composta pelos Professores:

Prof. Dr. Fernando Ponte de Sousa
Orientador

Prof. Dr. Erni José Seibel
Membro

Prof.ª Dr.ª Maria da Graça Santos Dias
Membro

Prof.ª Dr.ª Ilse Scherer-Warren
Coordenadora

Florianópolis, (SC), Maio de 2001.

Brava prole bendita, pois a glória
infinita o luar vos conduz. E é assim,
trabalhando e sempre estudando que se
alcança mais luz.

Cruz e Souza

AGRADECIMENTOS

Os acontecimentos em nossa vida são o somatório de uma trajetória, que envolve tropeços e tombos, pessoas e objetos, avanços e retrocessos. Em tudo isso está o envolvimento de algo superior a todos os percalços de nossa trajetória. As pessoas amigas que nos diferentes momentos por que passamos muitas vezes são o sentido de nossa luta.

Gostaria de reafirmar minha gratidão à minha família, a qual tem como pilar central minha mãe Dona Alzira, que mesmo não entendendo muito bem os estudos que realizei, teve através da capacidade pessoal e do amor de mãe preocupada com o destino de seus filhos, o entendimento que a minha trajetória de estudante é importante para mim e fez disso algo importante para ela também.

Ao meu orientador Prof. Dr. Fernando Ponte de Souza. Quero registrar que poucas vezes na minha vida fui tratado com tanta cidadania como você me tratou. Portanto, agradeço-lhe por não ter se limitado a ser apenas professor no processo de orientação.

Aos amigos do LASTRO – Laboratório de Sociologia do Trabalho, onde tive a oportunidade de aprofundamento teórico que o curso não me proporcionou.

Ao povo brasileiro, em especial àqueles de ínfimas condições econômicas, que através do pagamento das mais variadas taxas de tributos, mantêm a universidade pública e gratuita, sem a qual eu dificilmente poderia ter realizado a graduação, e jamais poderia ter acesso a um estudo de pós-graduação a nível de mestrado. À vocês, meu muito obrigado.

Durante o curso de pós-graduação diversos amigos, professores e funcionários contribuíram para minha formação. A eles devo muito por tudo que aprendi na Instituição: Profa. Dra. Bernadete W. Aued, Profa. Dra. Marinez Paulilo, as funcionárias da secretaria Fátima e Albertina e a funcionária de serviço geral Claudete. A convivência sincera e amiga com vocês tornou mais suave os dias que passei no curso.

À Profª. Dra. Janice Tirelli e ao Prof. Dr. Erni José Seibel, pela valiosa contribuição no processo de qualificação do projeto que deu origem a este trabalho. A forma respeitosa com que vocês fizeram as observações sobre os equívocos teóricos e metodológicos contidos no projeto e as vossas sugestões foram condição *sine qua non* a realização deste trabalho.

Aos amigos inesquecíveis: Valcioni Correa, Inigo Predueza, Maria Calvo, Léo Vinicius, Kyo Yon Lee, Marcos Mesquita, Antônio Cavalcante, Simone Mattos Machado, Bernadete Moreira, Valéria Cabral, Maria Dolores Thiesen, Nilva Ramos, Iliane Kholler, Heloisa de Oliveira, Beatriz Augusto Paiva, Katsuiko Tatesuje, Edite Pletz, Zenita Maria Régis e Fernando Ponte de Souza..

Gostaria também de agradecer a todos os sujeitos sociais que tive contato durante a pesquisa ao CMTE – Florianópolis pela gentileza dispensada a minha pessoa.

Ao mesmo tempo não posso deixar de lembrar da importância de Katty Evelyn para a finalização deste estudo. Sua colaboração técnica e crítica foi decisiva.

Aos amigos da Polícia Militar, Instituição em que trabalho. Não poderia deixar de expressar meus agradecimentos.

Ao amigo Coronel Antônio Cúrcio pela sua amizade sincera e entusiasmo pelas causas justas.

Finalmente, minha gratidão à Profª. Dra. Maria da Graça Dias – DSS/UFSC, pelo carinho de mãe que me dispensou nos momentos difíceis nessa minha trajetória e à sua família Túlio e Michele, pelo carinho fraternal que me faz sentir em casa.

LISTA DE SIGLAS

- ACIC – Associação Catarinense de Integração ao Cego
AMF – Seguros Contratuais
AMPS – Associação das Micro e Pequenas Empresas
AMV – National Labour Market Administration
ASSINVEST – Associação das Indústrias de Vestuário do Aglomerado Urbano de Florianópolis
BIRD – Banco Interamericano de Desenvolvimento
CAGED – Cadastro Geral de Empregados e Desempregados
CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina
CETE – Conselho Estadual de Trabalho e Emprego
CMF – Câmara Municipal de Florianópolis
CMTE – Conselho Municipal de Trabalho e Emprego
CODEFAT – Conselho Deliberativo do FAT
CSE – Centro Sócio Econômico
CUT – Central Única dos Trabalhadores
DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudo Sócio Econômico
EPAGRI – Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina
EUA – Estados Unidos da América
FAMESC – Federação das Associações de Moradores de Santa Catarina
FAT – Fundo de Amparo ao Trabalhador
FECOMÉRCIO – Federação do Comércio
FETESC – Fundação Escola Técnica Federal de Santa Catarina
FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
FIESC – Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina
FMI – Fundo Monetário Internacional
G-7 – Grupo dos sete países mais ricos do mundo
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INPS – Instituto Nacional de Previdência Social
IPUF – Instituto de Planejamento e Urbanismo de Florianópolis
KASSAN – Caixas para Subsídios aos Desempregados
LAS – Leis sobre Seguridade no Trabalho
LO – Central Sindical Sueca
MBL – Lei de Co-Gestão Trabalhista
MTb – Ministério do Trabalho
MTE – Ministério do Trabalho e Emprego
OCDE – Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico

- OIT – Organização Internacional do Trabalho
- PASEP – Programa de Formação Patrimonial do Servidor Público
- PC do B – Partido Comunista do Brasil
- PEA – População Economicamente Ativa
- PED – Pesquisa Estadual de Domicílio
- PEQ – Plano Estadual de Qualificação
- PFL – Partido da Frente Liberal
- PIB – Produto Interno Bruto
- PIS – Programa de Integração Social
- PLANFOR – Plano Nacional de Educação Profissional
- PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro
- PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra a Domicílio
- PPB – Partido Progressista Brasileiro
- PPS – Partido Popular Socialista
- PT – Partido dos Trabalhadores
- RAIS – Relação Anual de Informações Sociais
- RS – Rio Grande do Sul
- SAF – Confederação Sindical Sueca
- SANTUR – Secretaria Estadual de Turismo
- SC – Santa Catarina
- SDE – Secretaria do Estado Desenvolvimento Econômico e Integração ao Mercosul
- SDF – Secretaria do Desenvolvimento Social e da Família
- SEADE – Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados
- SEFOR – Secretaria de Formação e Desenvolvimento Profissional
- SENAC – Serviço Nacional de Aprendizagem no Comércio
- SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem na Indústria
- SENAR – Serviço Nacional de Aprendizagem Rural
- SENAT – Serviço Nacional de Aprendizagem no Transporte
- SEPT – Serviço de Estatística da Previdência e Trabalho
- SIGAI – Sistema Integrado de Ações e Emprego
- SINE – Sistema Nacional de Emprego
- SUSP – Secretaria de Urbanismo e Serviço Público
- UFECO – União Florianopolitana das Entidades Comunitárias
- UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina
- UNISUL – Universidade do Sul do Estado de Santa Catarina
- UNIVALI – Universidade do Vale do Itajaí

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS	iv
LISTA DE SIGLAS	vi
RESUMO	ix
ABSTRACT	x
INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO 1 – O capitalismo e as transformações no mundo do trabalho	5
1.1. Trabalho e as necessidades do trabalhador: uma releitura da labuta humana no ocidente	5
1.2. A problemática do (des)emprego e o processo de acumulação capitalista: algumas implicações sobre o cotidiano dos trabalhadores ..	23
CAPÍTULO 2 – O processo de industrialização: elementos para a discussão sobre o caso brasileiro	33
2.1. A industrialização e o processo de trabalho no Brasil	33
2.2. Discutindo alternativas	43
CAPÍTULO 3 – Economias regionais catarinenses e a participação do emprego formal por grandes setores econômicos	52
3.1. Demanda de mercado e as divisões das grandes regiões	55
3.2. As micro-regiões e a distribuição do emprego formal	59
CAPÍTULO 4 – O Conselho Municipal de Trabalho e Emprego de Florianópolis – CMTE e a participação popular	84
4.1. Da participação	85
4.2. Contexto internacional do surgimento do tripartismo	90
4.3. Origem e organização do CMTE – Florianópolis: a controvertida relação entre os segmentos sociais envolvidos	97
4.4. O mundo do trabalho em Florianópolis a partir da visão de mundo do sujeito social desempregado: a expressão da fala comunitária	127
4.5. O trabalho informal	138
CONCLUSÃO	144
BIBLIOGRAFIA	150
ANEXOS	154

ABSTRACT

Through this research work we have tried to analyze the process of implantation of the City Council of Work and Employment in the City district of Florianópolis, placing in prominence the popular participation during the implantation process and after the officialization of the Council. It was also emphasized the established relationship among unionized workers, entrepreneurs, Government, community leaderships and the effects of the unfoldings of these relations in the world of the local work. At the same time one searched to learn from the empirical verification, obtained through the speech of the unemployed social subjects, sights on the market, conditions and the work relationships in the world of the internal work.

Along the work one tried to place the workers fight for worthy job and the relationship of these with the owners of the production means and the detainers of the political power, rescuing the fights and the conflicts occurred between these social segments. The Complexity that involves this relationship can be observed mainly when it is made responsible for the creation of social programs destined to promote the equalitarian distribution of benefits, and for the solution of crucial problems for the humanity, in example of the creation of employments, work and income capable to absorb the population economically active in its totality.

RESUMO

Por meio deste trabalho de pesquisa procurou-se analisar o processo de implantação do Conselho Municipal de Trabalho e Emprego no município de Florianópolis, colocando em destaque a participação popular durante o processo de implantação e após a oficialização do Conselho. Enfatizou-se também a relação estabelecida entre trabalhadores sindicalizados, empresários, Governo, lideranças comunitárias e os efeitos dos desdobramentos destas relações no mundo do trabalho local. Ao mesmo tempo buscou-se apreender a partir da constatação empírica, obtida através da fala dos sujeitos sociais desempregados, nuances sobre o mercado, condições e as relações de trabalho no mundo do trabalho interno.

Ao longo do trabalho procurou-se contextualizar a luta dos trabalhadores por emprego digno e a relação destes com os donos dos meios de produção e os detentores do poder político, resgatando as lutas e os conflitos ocorridos entre esses segmentos sociais. Pode-se observar a complexidade que envolve essa relação principalmente quando ela é responsabilizada pela criação de programas sociais capazes de promover a distribuição igualitária de benefícios, e pela solução de problemas cruciais para a humanidade, a exemplo da criação de empregos, trabalho e renda capaz de absorver a população economicamente ativa na sua totalidade.

INTRODUÇÃO

Diz o provérbio que “*Quem foi rei nunca perde a majestade*”. Assim como toda brincadeira tem um fundo de verdade, acreditamos que os provérbios também são capazes de expressar com simplicidade algo que nós apenas conseguimos intuir. Este provérbio “*Quem foi rei nunca perde a majestade*” consegue exatamente dar forma a nossa intuição sobre a relação estabelecida entre os segmentos sociais que constituem o Conselho Municipal de Trabalho e Emprego de Florianópolis: empresas, governo e trabalhadores.

Conforme sugere o provérbio não é com facilidade que os homens abrem mão de sua existência anterior; mesmo tendo perdido sua coroa, os homens lutam ainda por conservar sua majestade. Pretende-se fazer recair as reflexões deste trabalho exatamente sobre este momento em que interesses historicamente antagônicos, principalmente em relação ao poder, juntos passam a configurar um novo espaço de discussão e deliberação sobre políticas públicas de trabalho e emprego.

Ao final do Séc. XX visualiza-se um cenário de inquietações, turbulências e de grandes perplexidades no mundo do trabalho. Intelectuais de diferentes correntes e das mais distintas áreas de conhecimento vêm buscando respostas que possibilitam encontrar possíveis saídas para o estado caótico no qual estão mergulhados o mercado, as relações e as condições de trabalho. Em síntese, o estado de penúria, de incertezas e contradições que encontra-se o mundo do trabalho.

Paralelamente ao caos observa-se também grandes avanços tecnológicos, sobretudo nos setores que agregam alta tecnologia, como a robótica e a teleinformática. Os conflitos e as acomodações de interesse no processo de organização da agenda, assim como as tomadas de decisões, revelam-se importantes instrumentos analíticos para se compreender as pautas estabelecidas no jogo do poder.

Num momento em que com o agravamento da crise nos anos 80 instalou-se em muitos países de economia de mercado em que se discutia a reestruturação do paradigma fordista do trabalho, burocratas de governos e empresários passaram a

debater qual seria, enfim, o caminho plausível para retomar o crescimento da economia e amenizar a dura realidade instalada no mundo do trabalho.

No Brasil, com a Constituição de 1988, através do princípio da descentralização, foram implementadas novas formas para a abordagem das questões sociais, especificamente referente ao mundo do trabalho criou-se os Conselhos de Trabalho e Emprego. Institucionalizados na União, nos Estados e nos Municípios estas instâncias passaram a interferir diretamente no mundo do trabalho, estruturadas com base nos preceitos do tripartismo, da paridade e deliberação, são formadas por representantes dos empresários, governo e trabalhadores sindicalizados. Com a incumbência de promover discussões, deliberar sobre os recursos do Fundo de Amparo do Trabalhador – FAT, utilizado para a implementação de políticas públicas nos Estados e Municípios, implementar programas de qualificação e requalificação profissional, geração de emprego e renda, estes Conselhos sustentam oficialmente, na atualidade brasileira, a existência de uma política de trabalho e emprego.

Analisar o papel dos segmentos sociais que formam o tripartismo nos Conselhos de Trabalho e Emprego, os desdobramentos dos processos decisórios, o significado dos próprios conselhos enquanto instâncias deliberativas capazes de implementar programas e políticas de emprego, trabalho e renda, no sentido de alterar a conjuntura na qual se encontra o mundo de trabalho no Brasil, significa empenhar-se na compreensão e busca do envolvimento popular na construção dos programas e políticas encaminhadas pelos conselhos, isto nos possibilitará visualizar que caminhos estão sendo trilhados nesta era de incertezas. As políticas de modo geral concebidas pelas burocracias governamentais e pelo empresariado insistem com veemência em adotar os arquétipos do modelo neoliberal num momento em que percebemos que esta não tem sido a melhor resposta para transformar a complexa realidade do mundo do trabalho e daqueles que dependem exclusivamente da labuta diária para sobreviver.

Este trabalho viria no sentido de descrever este momento e vislumbrar as relações estabelecidas a partir de um estudo de caso: o da cidade de Florianópolis no período de 1994 à 2000, onde se observou um esforço no sentido da formalização e do fortalecimento da participação popular no CMTE, buscando a participação popular na

deliberação e organização dos programas de políticas públicas de trabalho e emprego municipal.

No primeiro capítulo "*O capitalismo e as transformações no mundo do trabalho*", procurou-se apresentar uma ampla visão sobre as modificações ocorridas no mundo do trabalho ocidental a partir do século XII e as metamorfoses ocorridas no cotidiano dos trabalhadores. Os problemas enfrentados pelos que tinham como fonte de sobrevivência o trabalho, bem como a luta pela terra e a fuga dos trabalhadores das insalubres condições de trabalho culminando em uma mobilização intensa no século XIV. Com isto procurou-se mostrar indiretamente como foram se configurando as relações entre os detentores do poder político, os proprietários dos postos de trabalho e os trabalhadores. Num segundo momento, ainda no primeiro capítulo, procurou-se avaliar a questão do desemprego aliado ao processo de acumulação capitalista como um fator preponderante em relação ao nível de emprego e desemprego.

No capítulo segundo "*O processo de industrialização: elementos para a discussão sobre o caso brasileiro*", o foco central das investigações recaiu sobre a formação industrial no Brasil, a constituição das relações e a formação do processo de trabalho. É abordado ainda neste capítulo alternativas para o aumento do nível de emprego no Brasil no contexto atual.

No terceiro capítulo "*As economias regionais catarinenses e a participação do emprego formal por grandes setores econômicos*" traçou-se como objetivo apresentar a evolução do emprego formal, vislumbrar as demandas regionais do mercado de trabalho e o posicionamento do emprego formal nos menores setores econômicos das vinte micro-regiões do Estado.

O quarto capítulo "*O Conselho Municipal de Trabalho e Emprego de Florianópolis – CMTE e a participação popular*" teve como objetivo inicial resgatar o processo de formação do Conselho, e os arranjos políticos institucionais que sustentaram sua criação. A continuidade desta investigação busca mostrar a relação entre os segmentos sociais que formam o CMTE e o envolvimento comunitário desde o princípio mobilizador em 1994, com a criação da comissão provisória de trabalho e emprego até a formalização oficial em 1997, e a relação da tríade com as lideranças comunitárias locais pós formalização oficial do CMTE. Está presente neste capítulo a

tentativa de compreender esta configuração das políticas públicas no mundo do trabalho e o seu desfecho real, sua institucionalização aparenta algo novo, capaz de alterar favoravelmente aos trabalhadores, de mercado, as relações e condições de trabalho? É desenvolvido também neste capítulo uma abordagem teórica sobre participação. Em seguida busca-se apreender o mercado de trabalho local a partir da experiência vivida pelos próprios desempregados, demonstrada pelas suas trajetórias em busca de emprego. Por fim é apresentada uma reflexão sobre algumas definições do trabalho informal e sua heterogeneidade.

CAPÍTULO 1

O capitalismo e as transformações no mundo do trabalho

1.1. O trabalho e as necessidades do trabalhador: uma releitura da labuta humana no ocidente

Nos séculos XII e XIII, o ocidente cristão, assume uma complexa configuração política de assistência social, as ações nesse campo passaram a ser dirigidas por uma assistência social “moderna”. Os pressupostos políticos doutrinários adotados concentraram esforços em direção a classificação e seleção das pessoas que receberiam socorro. Esses beneficiários passaram a ser organizados de um modo racional, sobre suas bases territoriais. Estruturou-se a partir de então um pluralismo de instâncias, responsáveis eclesiásticas e laicas, privadas e públicas, centrais e locais.

Para Robert Castel (1998:95), desde essa época é possível se constatar a emergência de duas categorias de população. Por um extremo tem-se os pobres envergonhados e por outro a dos mendigos válidos. Esta constatação demonstra que o fenômeno da classificação social era conhecido. A existência de trabalhadores aptos para o trabalho entregues a mendicância. Diante da proximidade do fim do antigo regime, a doutrina do social assistencial sucumbe-se diante do surgimento de um novo perfil de indigentes, que traz consigo as contradições e a experiência de uma relação de trabalho fracassada. Diante da impossibilidade de labutar, das precárias condições de trabalho e da crescente desumanização nas relações sociais, principalmente as relacionadas ao trabalho, inicia-se uma movimentação social dos trabalhadores, que passam a recusar os empregos ofertados em suas regiões, optando pela mobilidade social.

O surgimento da vagabundagem em meados do séc. XIV trouxe uma nova dimensão à dinâmica questão social. Diante das necessidades sociais, os indigentes, aptos, inaptos e carentes considerados pela nobreza detentora do poder político e dos

meios de produção como sujeitos indesejáveis de todos os tipos foram os atores mais visados pela dura realidade sócio-política do final do antigo regime.

Ao analisar essa questão social após o final do antigo regime, Castel faz a seguinte observação:

De agora em diante, vai ser preciso contar com indivíduos que ocupam, na sociedade, a posição de supranumerários: não tem nenhum lugar determinado na estrutura social nem em seu sistema de distribuição das posições reconhecidas, nem sequer o que faz dos indigentes assistidos na clientela integrada. São os ancestrais dos supranumerários de hoje. Não por uma identidade de condição, é claro, mas por uma homologia de posição (Castel, 1998:97).

Os acontecimentos como a peste negra e os rígidos decretos impostos pela realeza, ocorridos em meados do século XIV, reforçaram a questão da mobilidade social. As relações de trabalho estabelecidas a partir dos decretos foram invariavelmente malélicas ao conjunto dos trabalhadores e esses fatores tiveram influência direta no cotidiano e nas atividades laborais. Porém, mesmo estando um sistema social intolerante, possuidor de fortes mecanismos de oposição e opressão, as pessoas que viviam do trabalho optaram pelo “enfrentamento” do sistema social vigente, mobilizando-se pelos diversos lugares a procura de emprego e melhores condições de trabalho e ganho.

Em 1349 é promulgado um decreto, conhecido como o Estatuto dos Trabalhadores (*Statum Serventibus*, *Statute of Labourers*). No entendimento de Castel esse decreto constrói uma articulação sistemática entre os principais elementos de uma nova problemática do trabalho no começo da modernidade. A referência e a reafirmação do imperativo categórico do trabalho para todos aqueles que não têm outro recurso para viver, a não ser a força de seus braços.

A obrigação de que o serviço se adapte o mais estreitamente possível as formas de divisão das tarefas fixadas pela tradição e pelo costume; quem já trabalha que permaneça no seu emprego, salvo se convier ao empregador dispensá-lo; quem está em busca de emprego que aceite a primeira oferta que lhe for feita nos limites territoriais. São cláusulas que refletem diretamente na vida dos trabalhadores. Firma-se a partir desse decreto também o bloqueio de retribuição pelo trabalho, que não pode ser objeto de negociações ou de ajustes, nem mesmo de frustrações espontâneas. A recompensa

pelo trabalho prestado, isto é, o salário fica previamente fixado. O estatuto dos trabalhadores traz àqueles que estão submetidos à obrigação de ganhar a vida trabalhando, um verdadeiro *código geral de trabalho* (Castel, 1998:99), com funcionamento voltado a dois tipos de trabalhadores: àqueles que estão inseridos no sistema de ofícios de artesão ou que servem a um senhor na condição de domésticos, e os que vivem sob os domínios eclesiásticos e laicos, ou que de condição livre ou servil, ligados a uma terra de onde retiram sua subsistência sob a dependência de um proprietário, a esses o decreto se dirige em caráter preventivo.

Determina-se que estes trabalhadores permaneçam fixos em seu local de trabalho e que paralelamente a este convívio se contentem com sua condição e com a retribuição a ela vinculada. Não aleatoriamente as medidas de regulação, que cercam os trabalhadores o decreto passa a condenar o fluxo, em via de formação de indivíduos desterritorializados que refutam a submissão às regulações tradicionais, simultaneamente os que estão sem empregos e os que se situam em posição de mobilidade em busca do trabalho.

Com a consolidação efetiva dessa nova legislação, o conjunto de pessoas que não se enquadram na estrutura da divisão do trabalho constitui desde então um problema social para os poderes dominantes e para os segmentos sociais conservadores. Reconhecendo a questão como problema o decreto prevê a erradicação da mobilidade social dos trabalhadores, o bloqueio de seu fluxo na fonte e a reintegração à força, em estruturas fixas do mercado de trabalho todos os que desintegram-se, elimina também a possibilidade das pessoas que possuem capacidade para trabalhar, de recorrerem à assistência para sobreviver.

As normatizações dirigidas ao mundo do trabalho, toma proporção cada vez mais severas. Na Inglaterra, França, Portugal, Aragão, Castela, Baviera e na maior parte dos países, em que começa a se afirmar um poder central, são tomadas um conjunto de medidas de modo articulado e simultâneo. Essas medidas são convergentes no sentido de impor um rígido código de trabalho e reprimir a indigência ociosa e a mobilidade da mão-de-obra.

Na Inglaterra, em 1338, o Rei Ricardo II, apresenta três precisões à legislação sobre o mundo do trabalho. Constava nessas cláusulas, primeiro que os empregados

(*servants*) que perderem seus postos de trabalho devem estar munidos de um atestado lhe reconhecendo como válido emitido pela autoridade de seu Distrito. A apresentação e o porte do atestado de validade era a única justificativa que o trabalhador possuía para não estar trabalhando. Se for interpelado pela autoridade e estiver sem a documentação será preso, ficando detido até que se tenha certeza que o desempregado retornará ao emprego que abandonou. A segunda cláusula a ser cumprida estipula que nenhum trabalhador com mais de 12 anos de idade, que esteja ligado ao trabalho agrícola, tem o “direito” de escolher entre um ou outro trabalho braçal, qualquer novo contato de trabalho ou de aprendizagem que transgrida esta regra é considerado sem efeito e como não existente. Entretanto, como uma terceira imposição, o Rei Ricardo II determinou que os indivíduos inválidos podem ficar onde estão, desde que os habitantes do local tolerem, se a convivência não for possível, essas pessoas deverão ir para as cidades onde nasceram ou onde tenham asilos, de onde só sairão após a morte.

Na França, em 1351, registra-se um 1º decreto, assinado por João II, O Bom. Em resumo este decreto visa aos que estão ociosos pelas ruas e que por qualquer motivo não querem submeter-se a nenhum trabalho duro. Não é relevante a situação em que estejam, tendo ou não uma profissão, homem ou mulher, devem ser ordenados a “*fazer alguma tarefa, com a qual possam ganhar sua vida ou então que deixem a cidade de Paris em três dias após este escrito*” (Castel, 1998:100). O não cumprimento dessas ordenações levariam as pessoas ao enclausuramento por tempo determinado, para os reincidentes o pelourinho coroava a seqüência de castigo. Contudo, se o trabalhador fosse pego pela terceira vez nessa situação teria sua testa marcada com ferro em brasa e banido da cidade.

Em 1354, o Rei Ricardo II lança mão de um novo decreto, ordenando que os operários não rejeitem as tarefas e aceitem a remuneração oferecida, agregando seus trabalhos sem questionamentos adicionais.

Grande estorvo os operários que não querem executar tarefas, se não forem pagos como querem [...] e que só querem trabalhar quando lhes der vontade [e os que] partem dos lugares onde moram e deixam mulheres e filhos e sua própria terra natal e domicílio [...] ordena-se que todo tipo de pessoas, homens e mulheres, que estão acostumados a fazer ou a exercer tarefas e serviços na lavoura e nas vinhas ou serviços de tecelagem, que partam antes do sol nascer para as praças de lugares acostumados a abrigar os trabalhadores para irem trabalhar

pelos preços que serão pagos pela jornada dos trabalhadores ditos oficiais (Castel, 1998:101).

Essas determinações não foram impostas somente para os trabalhadores agrícolas, as pessoas que vivem no mundo do trabalho urbano também passaram a ser regidos pelos dispositivos regulamentares descritos. Essa situação vai perdurar até 1.413, quando os estados gerais emitem a Ordem de Cabochiene, através da qual se constata que muitas lavouras continuam sem ser cultivadas e várias aldeias da planície estão mal habitadas, e o Rei ordena que todos os mendigos e mendigas que podem ganhar suas vidas pelos seus braços, sejam obrigados a abandonar a mendicância e a ir ganhar suas vidas de outra maneira.

Na região da Península Ibérica, em 1.349, Antônio IV de Portugal, as cortes de Aragão em 1.349 e 1.350 e as cortes de Castela em 1.351, fixaram o valor máximo do salário, sendo essas medidas associadas a proibição da mobilidade em busca do emprego e a repressão a vagabundagem. Em 1.357, o Duque de Baviera Ludwig Von Wittelsbach, decreta que, na Baviera e no Tirol, os serviçais e os jornaleiros devem permanecer a serviço de seus empregados sem aumento de salário, e se o trabalhador por qualquer sentimento ou motivo injustificável deixar o emprego, terá seus bens confiscados.

Para Castel, o enfraquecimento da sociedade feudal fez com que emergisse uma questão operária inédita, pois os trabalhadores diante das adversidades encontradas no mundo do trabalho passam a buscar novas alternativas que lhes revelassem melhores ganhos, iniciando assim a grande manutenção das pessoas em busca de trabalho. Por isso não seria incongruente falar de proletários antes do desenvolvimento do capitalismo industrial.

São Tomás de Aquino já os evocava: *“Os mercenários que alugam seu trabalho são pobres, pois esperam de sua lida seu pão cotidiano”*.

Jacques de Vitry, cônego d’ Orgnies, contemporâneo de Tomás de Aquino, identifica da mesma forma uma categoria de pessoas que compram sua sobrevivência cotidiana com trabalho de suas mãos, sem que nada lhes reste depois de comerem. Esses trabalhadores, chamados de mercenários, eram considerados como sendo os verdadeiros proletários (Castel, 1998:104).

O termo proletário começou a ser usado como distinção do termo pobre, enquanto os trabalhadores permanecem integrados, territorializados, são simplesmente pobres, pois, estão em seu lugar e fazem parte da ordem do mundo. Permanecendo nesta situação, este segmento social não suscita uma “questão social”. Com os chamados proletários acontece o inverso, eles não se fixam na terra e não permanecem no seu grupo de origem, optando pela busca de espaço no mundo do trabalho, acabam forçando alterações nas bases da organização tradicional dominante.

Na tentativa de coibir a mobilização, as medidas tomadas a partir do séc. XIV visam a erradicação e a contradição entre as estruturas fixas, que organizam o trabalho e a mobilidade social. Nesse sentido Castel observa que o drama desenvolvido na 2ª metade do século XIV, a morte e suas trágicas hecatombes, a guerra constante na história social desde a alta idade média, e a mísera condição geral da plebe, não foram, pois, os únicos protagonistas. O modo de governabilidade da sociedade, especialmente no plano da organização do trabalho também foi abalado. Isso fez com que, para além das medidas jurídico-políticas regulacionistas, aparecessem alguns fatores preocupantes para a ordem estabelecida. As estruturas tradicionais já não conseguem controlar as turbulências sociais, crescem as incertezas às margens das estruturas constituídas. Este movimento cresceu ainda mais com a articulação das redes de interdependências entre os Estados, que vão desenhando um perfil social que não encontra mais lugar no seio das condições sociais estabelecidas pela ordem vigente.

É importante não confundir as turbulências sociais e as revoltas populares dessa época com as rebeliões devido a miséria que ocorreram antes e durante o século XIV e continuarão a ocorrer até o século XVII. Constata-se que na segunda metade do século XVI essas rebeliões são muito mais a repercussão da ordem de choque de uma comoção social, do que o resultado de um agravamento da miséria.

Durante os três primeiros séculos do segundo milênio, pelo menos em uma parte da Europa, consolidou-se de maneira progressiva um desenvolvimento econômico e cultural.

A condição agrária vivida pela sociedade medieval e a submissão às grandes propriedades eclesiásticas e aos poderes senhorial rural e guerreiro, passa a ser dominada por uma bipolaridade entre comunidades rurais mais diversificadas e

comunidades urbanas mais prósperas e independentes. Mesmo com a contínua marginalização do papel das cidades, é a partir delas que se desenvolve o artesanato, as trocas comerciais, as economias monetárias, as técnicas bancárias do capitalismo comercial. As categorias questão da terra e migração são categorias historicamente inerentes aos trabalhadores. A constituição do homem enquanto trabalhador tem sofrido com as mutações trazidas por essas variáveis. Ao refletir sobre esta questão, Hilton a resume da seguinte maneira: *“Uma sociedade camponesa regida pelos costumes foi abalada por causa da mobilidade incontrolável dos camponeses e por todas as transações referente a terra”* (Castel, 1998:113).

Dissertando sobre o mesmo tema, Castel refere-se também a uma “mobilidade incontrolável” onde aqueles que estão em busca de trabalho têm uma experiência negativa de liberdade. Na busca de escapar às inscrições tradicionais, esses trabalhadores migram para as cidades e regiões. Castel analisa esse momento, como sendo o preâmbulo de um aprofundamento da questão social, pois as cidades estavam perdendo a capacidade de acolhimento que tinham em seus períodos de maior expansão, quando o desenvolvimento do artesanato e do comércio criava o que chamamos hoje de empregos.

No século XIV também se pode observar as primeiras preocupações com a qualificação profissional, que acontece nesse período devido a expansão do comércio e do artesanato aliado ao receio dos artesãos em relação ao grande número de mão-de-obra proveniente do campo, e com a concorrência provocada pelos imigrantes, dificultando o acesso à maestria. Diante desse quadro de qualificação profissional à maestria passa a ser reservada aos filhos dos mestres. Essa situação levou a um enrijecimento ainda maior das relações de trabalho, dificultando o acesso da maioria na medida em que não lhe oferece oportunidades de preparação para acessarem o mercado de trabalho, principalmente aqueles postos onde a possibilidade de ascensão social é maior. Ao estudar a não funcionalidade desta mão-de-obra em relação à demanda, Bronislaw Geremek firma que a funcionalidade se torna disfuncional quando o número desse trabalhadores flutuantes ultrapassa um certo patamar (Castel, 1998:183).

Para Geremek, esses trabalhadores flutuantes tomados no seu conjunto, dão origem à chamada “população residual”, composta por antigos camponeses em ruptura

com sua cultura rural, com as competências a ela vinculadas e com os recursos e as proteções que ela lhes propiciava. Desse modo, estes camponeses serão também estrangeiros em relação à cultura, aos suportes econômicos e relacionais que a cidade pode proporcionar.

Com base nas proposições de Geremek, observamos que o pauperismo pode ter tido suas origens nas mutações estruturais agrárias, mesmo sendo as cidades os lugares de sua maior manifestação.

Com a peste negra surgiu uma grave punção demográfica, quebrando numerosas redes de solidariedade primárias. A contar este acontecimento, o equilíbrio “homeostático” conseguido anteriormente, que permitia controlar a maioria dos fatores de esfalecimento, e que possibilitava o bloqueio do processo de desfiliação ficou ameaçado ou foi abolido. A mobilização humana provocada pela peste negra, trouxe definitivamente aos trabalhadores o advento da movimentação. Isso provocou um intenso processo de migração de trabalhadores e uma visível modificação nas paisagens demográficas regionais. Contudo, esses emigrantes encontraram uma estrutura social ainda rígida e desfavorável ao seu enquadramento.

Para Castel (1998:115), o anacronismo que se desdobrará dessa situação, como se verá, é principalmente justificável, um “desemprego paradoxal”, porque se por um lado a função demográfica propiciada pela peste negra abre amplas possibilidades de empregos, constata-se que a mendicância cresce no final do século XIV. Dois fatores contribuem para a concretização desse paradoxo: o fortalecimento das relações de dominação e a forte tendência à mobilização de pessoas que ocorre pela incapacidade dessas mesmas relações garantirem aos trabalhadores condições de sobrevivência no local de origem.

Historicamente as pessoas que dependem do trabalho cotidiano para sobreviver, têm enfrentado diferentes conjunturas. Desde o final do sistema feudal, os trabalhadores são submetidos a demanda global de trabalho e dos salários.

Desencadeia-se, a partir de então, um processo de adjetivação estigmatizante e variada em relação ao trabalhador: “rejeitado”, “mendigo”, “vagabundo”, entre outros.

Os adjetivos utilizados oficialmente como pronomes de tratamento traduzem o quão penoso e coercitivo foi o processo de afirmação social daqueles que buscavam a sobrevivência no trabalho.

O processo coercitivo nas relações de trabalho em seu início se deu através das pressões exercidas pelo *status quo* tradicional, que pretendia fixar a mão-de-obra em estatutos imutáveis.

A “residencial population” não é, pois, uma simples reserva de força de trabalho, “um exército de reserva”. É formada ao menos em parte, por indivíduos desterritorializados, com grande mobilidade, que não encontram lugar na organização tradicional do trabalho, mas os quais o Código do Trabalho, que se torna explícito através das injunções que se multiplicam a partir do século XIV, quer proibir que se empreguem de outro modo que não o prescrito pelas forças tradicionais (Castel, 1998:108).

Michel Mollat ressalta o aparecimento, no fim da idade média, de um rico vocabulário de andança, aplicados a miseráveis obrigados a “fugir”, a “ficar”, a “largar”, a “abandonar” sua terra diante da grande pobreza em que se encontravam. Essa fuga parece sem saída, por que, segundo Castel (1998), “*ainda não existe terra prometida além das fronteiras*”, guiados pelas suas necessidades, as pessoas que vivendo do sofrimento do seu próprio corpo, vão em busca de lugares e dos postos de trabalho onde os ganhos são mais rentáveis, e continuam promovendo as fugas dos lugares onde a situação do povo é agravado pela servidão.

A adaptação e o uso do termo “inúteis para o mundo” nas relações no mundo do trabalho marcou profundamente a vida dos trabalhadores, os chamados desfilados por excelência, pessoas que não tinham nenhum Estado e não usufruíam de nenhuma proteção. Esses trabalhadores errantes eram os indivíduos vistos como *caymands* – mal-afamados: ociosos, luxuriosos, rufiões, tratantes, imprestáveis e indolentes.

Algumas profissões também foram consideradas profissões “vagabundas”, eram as chamadas profissões de má reputação: os malabaristas, os cantores, exibidores de curiosidades, jogadores de dados, prostitutas, os operários e os rapazes barbeiros. Nesse sentido é que muitas formulações jurídicas foram redigidas, decretadas e reeditadas pelas realidades ocidentais.

Declaramos vagabundos e pessoas sem fé, nem lei, aqueles que não têm profissão, nem ofício, nem domicílio certo, nem lugar para substituir e que não são reconhecidos e não podem valer-se de recomendações de pessoas dignas de fé que atestem sobre sua conduta e bons costumes (Código Napoleônico de 1808, in Castel, 1998).

Em momentos anteriores a esta passagem, puderam ser observadas mudanças nas legislações desfavoráveis aos trabalhadores. Em 1764, na França, foi acrescentada à cláusula “*todos aqueles que não têm profissão nem ofício*”, a expressão “*há mais de seis meses*”. Poucas palavras, muitas implicações na vida dos trabalhadores, esta modificação em especial, trata-se de uma tentativa de distinguir um “perfeito” vagabundo, adepto inveterado de uma vida ociosa, daquilo que hoje chamaríamos de desemprego involuntário, ou de busca de trabalho entre duas ocupações.

Vivendo sob uma “legislação sangüinária”, conforme a qualificação com que Karl Marx se referiu às leis inglesas que tratavam da matéria. Por esse viés, os trabalhadores que estivessem fora das leis de trocas sociais, não deveriam esperar compaixão, ao contrário, deveriam preparar-se para receber o tratamento de malfeitores, para àqueles que recebessem sentença inapelável, o castigo seria a execução imediata. Nesse sentido a pena de morte foi o núcleo resistente da “legislação sangüinária”, aplicada contra os trabalhadores do século XVI.

Nesse período, os reis passaram a nomear funcionários especializados e encarregá-los de cassar vagabundos, com o direito de mandar enforcá-los. Segundo Alexandre Vexcard, 12.000 vagabundos teriam sido enforcados sob o reinado de Henrique VIII, e 400 durante o reinado de Elizabeth (Castel, 1998:124).

O trabalho forçado surge como uma forma encontrada pela realeza, que pressionada numa dada conjuntura, busca alternativa para o extremismo da pena de morte, tida como único instrumento capaz da manutenção do *status quo* de então. Com a introdução do trabalho forçado, a legislação referente aos vagabundos torna-se “mais moderada” e também mais “realista”. Resta saber se o trabalho forçado foi capaz de tornar “úteis” esses “inúteis” para o mundo. Essa incógnita constitui a grande constante de toda legislação sobre a vagabundagem, ou seja, sobre os excluídos de todas as formas em relação ao mercado de trabalho e às garantias sociais.

Em 1767, são abertos os depósitos de mendicância. Esta iniciativa tinha como objetivo submeter os chamados mendigos válidos ao trabalho forçado. Os vagabundos e os mendigos presos são levados aos depósitos por autoridades responsáveis pela manutenção e preservação da ordem. Segundo estudos da época, a remuneração do trabalho era calculada para ser “acima da prisão” e “abaixo do soldado”.

Nesse período intensifica-se a caça aos vagabundos e aos mendigos, citado por Castel, Necker, estima que em 1776 o número de prisões chegou a 50.000. Entre 1768 e 1772, 111.836 pessoas entraram nos depósitos. Os trabalhadores condenados são colocados em lugares insalubres, sem higiene nem cuidados médicos. Os indicadores sobre mortalidade nesses depósitos são alarmantes: entre 1768 e 1772, ocorreram 21.339 mortes.

Para Macier, o balanço desse período pode ser feito pelas anotações do trecho seguinte:

Em 1769 e nos três anos seguintes, os pobres foram tratados com uma atrocidade e uma barbárie que serão uma nódoa indelével num século que se chama de humano e de esclarecido. Parecia que se queria destruir toda raça humana, tamanho o esquecimento dos princípios de caridade. Morreram quase todos nos depósitos, espécies de prisões onde a indigência é punida como crime (In Castel, 1998).

Algumas tentativas foram implementadas em relação ao fechamento da maioria dos depósitos. Em 1775 alguns depósitos foram fechados, porém, essas determinações não perduraram por muito tempo, esses depósitos continuaram sendo um recurso muito utilizado na França, dado que Napoleão recorrerá a eles em 1808. A situação dos trabalhadores na Inglaterra se assemelha a dos franceses. Os ingleses eram regidos pelo Decreto 1.547, conhecido como sendo a mais rígida legislação aplicada no sentido de forçar os vagabundos a trabalhar.

Esse decreto parte do seguinte pressuposto: as pessoas ociosas e vagabundas são membros inúteis da comunidade e, principalmente, “inimigos da coisa pública”. Imbuído desta convicção, Eduardo VI ordena que se prenda qualquer pessoa que não possui nenhum meio de subsistência e tenha ficado sem trabalhar mais de três dias. A intolerância do Rei Eduardo é sutilmente repassada ao conjunto da sociedade, pela convocação feita a todos os bons cidadãos a levar esses “infelizes” à presença de dois juízes, que devem imediatamente fazer marcar com ferro em brasa a letra V na testa do

dito ocioso, e adjudicar o trabalhador marcado ao denunciante para que esse se apodere dele. Articulações desta natureza propiciaram a unificação de interesses particulares de governantes e dos segmentos abastados da sociedade. Essa ação dual foi decisiva para a continuação da opressão ao trabalhador e da precarização das relações de trabalho.

Os vagabundos também foram considerados como classe perigosa e subversiva (esses mesmos adjetivos serão atribuídos aos proletários do século XIX). O temor em relação aos vagabundos pode ser percebido no texto síntese das dissertações apresentadas à Academia de Dijon, em 1777.

Ávidos de novidades, audaciosos e mais empreendedores ainda, à medida que nada tem a perder e porque estão familiarizados com a idéia de punição que merecem a cada dia; interessados nas revoluções do Estado, que são a única coisa que podem mudar sua situação, agarraram com ardor todas as oportunidades que surgem para provocar tumultos (Castel, 1998).

Castel foi primoroso ao perceber que o paradigma do vagabundo não coincidia com a realidade sociológica da vagabundagem pois a maioria dos indivíduos rotulados de mendigos e vagabundos pertenciam a uma classe formada por pobres coitados, condicionados pela miséria, pelo isolamento social, pela falta de trabalho e pela ausência de suportes relacionais. As generalizações da condição de vagabundo inviabilizavam o surgimento de uma política concreta voltada ao trabalho, no quadro das sociedades pré-industriais. Em contrapartida, com a forte estigmatização dos vagabundos, eram criadas as condições e os meios regulamentares e policiais para enfrentamento da questão instalada.

Durante quatro séculos os trabalhadores do ocidente tiveram na necessidade de trabalhar e na procura por trabalho, suas maiores incertezas. Ser trabalhador, lutar por melhores empregos e salários por muito tempo foi considerada ação de vagabundo e inútil para o mundo.

Castel ao construir um panorama histórico e social sobre a situação do trabalhador desde o período pré-industrial aos dias atuais, suscita elementos teóricos e metodológicos para a discussão sobre o desmonte do Estado social, que para ele se constitui um intermediário entre a dominação sem restrições dos poderosos e o fracasso do povo em resolver a “questão social” por sua própria conta. Nesse sentido, o “social” teria encontrado seu lugar não mais na dissolução de conflitos através da assistência

privada, mas no reconhecimento de que a classe operária existia e ocupava uma posição social diferente, com legitimidade para reivindicar direitos.

Com a introdução da indústria manufatureira no mundo do trabalho, o ônus pelas transformações no modo de produção recai também sobre os trabalhadores. Quando em 1735 John Wyatt, apresentou ao mundo sua máquina de fiar, não se imaginava que em vez de um homem um animal moveria a máquina. No entanto, esse trabalho acabou por ser destinado ao animal.

A Revolução Industrial trouxe a manufatura e a produção mecanizada para o artesanato, intensificando o uso e o desenvolvimento de máquinas. Nesse aspecto, toda maquinaria desenvolvida constituiu-se de três partes distintas: a máquina matriz, o mecanismo de transmissão e a máquina ferramenta ou a máquina de trabalho. A constituição da máquina matriz se constituiu como a força motora de todo o mecanismo, produzindo sua própria força motriz ou recebendo um impulso natural a exemplo da roda d'água. No entanto, o mecanismo de transmissão é composto de volantes, eixos, rodas-dentadas, rodas-piões, barras, cabos, correias, dispositivos, intermediários e caixas de segurança das mais variadas espécies. Essas duas partes do mecanismo só existem para transmitir o movimento e dar condições de funcionamento à máquina ferramenta, a qual é composta pelos aparelhos e ferramentas que os trabalhadores artesanais e os trabalhadores manufatureiros usavam para trabalhar. Cria-se portanto, um mecanismo que permite à máquina agregar em um só corpo as diversas ferramentas utilizadas pelo trabalhador. Com o funcionamento simultâneo e articulado dessas ferramentas surge uma nova ferramenta de produção que dispensará o trabalho setorizado prestado pelo trabalhador.

Estranhamente este novo processo de produção, mesmo colocando um conjunto de ferramentas em funcionamento simultâneo, no lugar de uma única ferramenta manuseada pelo homem, busca sobre todas as maneiras utilizar maciçamente a mão-de-obra por longo período, tentando adaptar o trabalhador à nova realidade, ou seja, buscou no trabalhador uma mudança do comportamento e do modo de trabalhar diante da nova realidade.

Na Alemanha, tentou-se inicialmente fazer com que um fiandeiro movimentasse duas rodas de fiar, fazendo-o portanto, trabalhar simultaneamente com duas mãos e os dois pés. Isso era estafante

demais. Depois, inventou-se uma roda de fiar com pedal e dois fusos, mas os virtuosos da criação que conseguiam fiar dois fios ao mesmo eram quase tão raros quanto homens de duas cabeças (Marx, 1985:09).

Mesmo com a grande influência que a máquina a vapor teve no período manufatureiro, desde o último quartel do século XVII, ela não acarretou nenhuma revolução industrial. Essa necessidade só foi percebida com a invenção da máquina ferramenta quando surgiu a necessidade de modernizar a máquina a vapor.

As máquinas que ainda precisavam abrir caminhos para a modernização do sistema como as máquinas de costura, as máquinas de preparar pão, quando sua destinação não excluía de antemão a produção em pequena escala, eram construídas para força motriz humana.

A máquina, da qual parte a Revolução Industrial, substituiu o trabalhador, que manjava uma única ferramenta, por um mecanismo que opera como uma massa de ferramentas iguais ou semelhantes de uma só vez, e que é movimentada por uma única força motriz, qualquer que seja sua força, aí temos a máquina mas apenas como elemento simples da produção mecanizada (Marx, 1985:10).

A partir da transformação da máquina de fiar a vapor em máquina automática de fiar, a máquina de trabalho começou a executar todos os movimentos necessários ao processamento da matéria-prima, sem contar com a ajuda humana. Surge então, definitivamente, o sistema de maquinaria automática, por exemplo os aparelhos que param automaticamente a máquina de fiar, tão logo um único fio se partisse, e a criação do freio automático, que foram invenções modernas para o contexto do mundo do trabalho no final do século XVII até o século XVIII. Com essas modificações que influenciaram diretamente os processos de produção, surge em definitivo a produção mecanizada.

No lugar da máquina individual logo surge aqui um monstro mecânico, cujo corpo enche prédios fabris inteiros e cuja força demoníaca, de início escondida pelo movimento quase festivamente conhecido de seus membros gigantesco irrompe no turbilhão febril de seus inúmeros órgãos de trabalho propriamente ditos (Marx, 1985:14).

Os grandes números de inventos e a grande procura pelas máquinas recém inventadas fizeram com que se desenvolvesse, cada vez mais, a separação da fabricação de máquinas em diversificados ramos autônomos e de divisão do trabalho dentro das

manufaturas que construíam máquinas, analisando estas variáveis, se verifica que neste estágio o processo produtivo manufatureiro produz o fundamento técnico que vai justificar a formação da grande indústria. A produção mecanizada, surgiu portanto de maneira natural, ou seja, como superação inevitável de uma base material produtiva inadequada às necessidades provenientes da modernização do sistema de produção capitalista.

Assim como a máquina isolada permanece de tamanho anão enquanto é movida apenas por homens. Assim como o sistema de máquinas não pode desenvolver-se livremente enquanto a máquina a vapor não veio ocupar o lugar das forças motrizes preexistentes (...) Da mesma forma a grande indústria teve manifestada em seu desenvolvimento enquanto seu meio de produção característico, a própria máquina, devia sua existência a força pessoal e à habilidade pessoal, dependendo portanto do desenvolvimento muscular, da agudeza do olhar e da virtuosidade da mão com que o trabalhador parcial na manufatura e o artesão fora dela conduziam seu instrumento a mão (Marx, 1985:15).

A grande indústria rapidamente se apoderou dos seus meios característicos de produção, da própria máquina, e da produção de ferramentas, com isso, ela criou sua base técnica mais adequada e pôde se firmar sobre seus próprios pés. Isso fez com que a produção mecanizada crescesse significativamente nas primeiras décadas do século XIX.

Os trabalhadores tiveram em todos os processos de transformações tangentes ao mundo do trabalho modificações profundas nas suas relações com o trabalho. Na maquinaria, por exemplo, o meio de trabalho adquire um modo de existência materializado e pressupõe em primeiro lugar a substituição de força humana por forças naturais. E em segundo plano, propõe a substituição da rotina empírica pela aplicação consciente das crônicas naturais. Na manufatura, a articulação do processo social de trabalho é puramente subjetivo, uma combinação de trabalhadores parciais. Por outro lado, no sistema de máquinas a grande indústria se sustenta por um organismo de produção inteiramente objetivo.

A implementação definitiva da lógica objetivista da produção mecanizada, fez com que recaísse sobre o conjunto dos trabalhadores alguns efeitos, os quais vão garantir o pleno funcionamento da maquinaria e a reordenação definitiva do sistema de exploração capitalista. Ao passo que a maquinaria vai tornar a força muscular

dispensável, seus donos vão transformá-la em meios de utilizar trabalhadores sem força muscular ou pessoas em desenvolvimento, inicia-se o uso intensivo em grande número de crianças e mulheres no trabalho pesado.

[...] o trabalho de mulheres e de crianças foi a primeira palavra-de-ordem da aplicação capitalista da maquinaria. Com isso esse poderoso meio de substituir trabalho e trabalhadores transformou-se, rapidamente num meio de aumentar o número de assalariados, colocando todos os membros da família dos trabalhadores sem distinção de sexo, mas também, nem idade, sob o comando inédito do capital (Marx, 1985:23).

Na relação entre capitalista e trabalhador, nesse momento histórico é cultivado a exploração e a precarização das condições de trabalho, porém, essa relação revela uma contradição, pois os trabalhadores passavam a ser empregados em larga escala, dessa forma os trabalhadores não estão sendo afetados pela falta de “empregos” mas pelo excesso aliado às más condições de trabalho. Anteriormente o valor da força de trabalho era determinado pelo tempo de trabalho, não só o necessário para manutenção do trabalhador individual adulto, mas para a manutenção da sua família. Ao tornarem-se donos dos meios de produção (maquinaria) e através dela lançarem todos os membros da família no mercado de trabalho, o capitalista divide o valor da força de trabalho do homem empregado entre toda sua família que passa a labutar nas indústrias de transformação, mesmo existindo uma maior demanda de trabalho, a força de trabalho humano é desvalorizada acentuadamente, contudo o capital ainda vai lucrar com o mais trabalho de todos os membros da família. A maquinaria desde seu princípio tem ampliado o material humano de exploração e elevado ao mesmo tempo o grau de exploração do trabalhador.

O número de trabalhadores aumentou muito porque se substituiu cada vez mais trabalho masculino por feminino e sobretudo trabalho adulto por trabalho infantil. Três garotos de 13 anos de idade, com salários de 6 a 8 xilins por semana, deslocaram um homem adulto com salário de 18 a 45 xilins (Marx, 1985:23).

A produção em larga escala transformou também as bases de contrato entre capitalista e trabalhadores.

Com base no intercâmbio de mercados, o pressuposto inicial em que capitalista e trabalhador se confrontariam como pessoas livres, como possuidores de mercadorias: um possuidor do dinheiro e dos meios de

produção; outro possuidor de força de trabalho, mas agora o capital compra menores ou semi-dependentes. O trabalhador vendia anteriormente sua própria força de trabalho, do qual dispunha como pessoa formalmente livre, mas agora vende mulher e filho. Torna-se mercador de escravos. A procura por trabalho infantil assemelha-se, freqüentemente, também na forma, à procura de escravos negros como se acostumava ler em anúncios de jornais americanos (Marx, 1985).

O emprego em massa de mulheres e crianças diminuiu o poder de resistência dos trabalhadores adultos masculinos em relação às mazelas provenientes do cotidiano no trabalho, a luta contra o despotismo do capital é fragmentada e dispersa, deixando os trabalhadores ainda mais dependentes do sistema capitalista. Este fato pode ser claramente observado nos relatórios e relatos sobre o emprego nos teares da Inglaterra nos séculos XVII e XVIII.

O Sr. E., um fabricante, informou-se de que emprega exclusivamente mulheres em seus teares mecânicos, ele dá preferência às mulheres casadas, especialmente àquelas com família em casa, que depende delas para se sustentar; são muito mais atentas e dóceis, e são compelidas a aplicar o máximo de seus esforços para obterem os meios de subsistência de que necessitam. Assim as virtudes, as peculiaridades do caráter feminino, são pervertidas para seu próprio prejuízo – assim, tudo o que é de mais honesto e terno em sua natureza é transformado num meio de sua escravização e sofrimento (Marx, 1985).

Conforme se constata a maquinaria se transformou em um meio poderoso para elevar a produtividade no trabalho. Com sua implementação o tempo necessário para produção de uma mercadoria foi sensivelmente diminuído, além do que ela tornou-se também um importante instrumento para o prolongamento da jornada de trabalho e para a autonomização do movimento e da atividade operativa do mio de trabalho em face do trabalhador. Nesse caso a maquinaria conforme diz Marx, em *O Capital*, tornou-se em si e para si um “*perpetum mobile industrial*” que produziria ininterruptamente caso não se chocasse com certas limitações naturais dos trabalhadores considerados auxiliares das máquinas.

Se, portanto, a aplicação capitalista da maquinaria produz, por um lado novos e poderosos motivos para o prolongamento da jornada de trabalho e revolucionava o próprio modo de trabalho, bem como o caráter do corpo social de trabalho, de tal maneira que quebra a oposição contra essa tendência, ela produz, por outro lado, em parte mediante a incorporação do capital de camadas da classe trabalhadora

antes inacessíveis, em parte mediante a liberação dos trabalhadores deslocados pela máquina, uma população operária excedente, compelida a aceitar a lei ditada pelo capital (Marx, 1985:32).

Com o desenvolvimento da industrialização moderna, a máquina destrói todos os limites morais e naturais da jornada de trabalho, mesmo sendo a maquinaria o meio mais eficaz para encurtar a jornada de trabalho. Ela se tornou o instrumento mais infalível e sutil de transformar todo o tempo de vida do trabalhador e de sua família em tempo de trabalho disponível para a valorização do capital. Apesar da obviedade histórica do fato, é salutar frisar que o progresso da maquinaria e a experiência acumulada de uma classe própria de operadores de tais máquinas, aumentou a velocidade e a intensidade do trabalho humano. Na Inglaterra, o prolongamento da jornada de trabalho avançou durante meio século, paralelamente com a crescente intensificação do trabalho na fábrica; isso fez com que se acumulasse o descontentamento dos trabalhadores. Diante de uma classe operária cada vez mais revoltada o Estado viu-se obrigado a exercer o papel de regulador das relações de trabalho, reduzindo a jornada de trabalho nas fábricas. Os trabalhadores passam a partir de então a sofrer os reflexos de uma condensação maior do trabalho, ou seja, o trabalhador ao cumprir sua jornada normal de trabalho estipulada em 10 horas, passa a conviver com o aumento constante da tensão do sistema produtivo. Portanto, o trabalho na nova jornada tornou-se tão intenso e estafante quanto o trabalho empregado nas 12 e nas 14 horas trabalhadas anteriormente.

O trabalho feito pelos ocupados nos processos fabris é agora três vezes maior do que ao terem início tais operações. A máquina tem, sem dúvida alguma, realizado uma tarefa que substitui os tendões e músculos de milhões de seres humanos, mas também multiplicou prodigiosamente (*prodigiously*) o trabalho das pessoas dominadas por terrível movimento. [...] o trabalho de acompanhar para cima e para baixo, por 12 horas, um par de mules para fiar número 40 envolvia em 1815, a necessidade de caminhar uma distância de 8 milhas, em 1832, para acompanhar um par de mules, produzindo fio do mesmo número, durante 12 horas, a distância a percorrer era de 20 milhas e freqüentemente mais, em 1825, o fiandeiro tinha de executar, durante 12 horas, 820 tiradas em cada mule, o que perfazia um total de 1640 para 12 horas. Em 1832, o fiandeiro, durante sua jornada de trabalho de 12 horas, tinha de executar em cada mule, 2200 tiradas ao todo 4400; em 1844 2400 em cada mule, ao todo 4800; e em alguns casos o montante de trabalho (*amount of labor*) exigido é ainda maior. [...] tenho aqui a mão outro documento de 1842, no qual é provado que o

trabalho aumentou progressivamente, não só porque é preciso percorrer uma distância maior, mas porque a quantidade de mercadorias produzido é multiplicada enquanto o número de braços diminui proporcionalmente; e além disso, porque agora com frequência fia-se algodão inferior que exige mais trabalho [...] Na seção de canoagem também ocorreu grande aumento de trabalho, uma pessoa faz lá, agora, o trabalho que antes estava repartido por duas [...] Na tecelagem, onde está ocupado grande número de pessoas, principalmente do sexo feminino, o trabalho cresceu, nos últimos anos, ao menos 10% em decorrência da maior velocidade da maquinaria. Em 1838 o número de harfos fiados por semana era de 18 mil; em 1843, alcançava 21 mil. Em 1819, o número de picks no tear a vapor era de 60 por minuto. Em 1842, era de 140, indicando grande aumento de trabalho (Marx, 1985).

Com esta longa, porém importante citação, para o nosso registro histórico sobre a labuta humana no ocidente, finalizamos este item, onde procuramos resgatar a relação estabelecida após o sistema feudal, entre trabalhador – trabalho e donos dos meios de produção. Procuramos mostrar como se deu o processo e as estratégias de sobrevivência da classe trabalhadora, sua necessidade de trabalhar e a busca por trabalho nos diferentes momentos do mundo do trabalho, desde as análises de Castel sobre a classe trabalhadora no antigo regime até as análises de Marx, sobre a classe trabalhadora na sociedade industrial. Passaremos a examinar adiante, o (des)emprego atual e o processo de acumulação capitalista resgatando algumas influências deste sobre a classe trabalhadora.

1.2. A problemática do (des)emprego e o processo de acumulação capitalista: algumas implicações sobre o cotidiano dos trabalhadores

O século XX foi marcado por uma profunda decepção para quem esperava por uma melhora na evolução do emprego na economia de mercado. A partir da segunda metade deste século, o cenário no mercado de trabalho passou a demonstrar uma nova configuração; apresentando mudanças setoriais na composição relativa da população ocupada. O mundo do trabalho passou a conviver com um significativo aumento das vagas no setor terciário e o esvaziamento absoluto dos empregos nos setores primários e

secundários; a sustentabilidade dessa situação para alguns se dá pelas altas taxas de desemprego e a contínua deterioração das condições e relações de trabalho.

Atualmente o mundo conta com uma população economicamente ativa estimada em 2,5 bilhões de pessoas, cerca de 35% encontra-se atualmente em situação de subutilização do trabalho. Para o próximo século não são esperadas taxas de desemprego inferiores a 10% da população economicamente ativa na situação de desemprego, enquanto em 1995 este índice registrava 9% (OCDE, 1996). O consenso sobre a gravidade do problema da falta de emprego, diz Pochmann (1999), *“não tem sido fator suficientemente forte para que se busque soluções homogêneas para o enfrentamento do problema”*. Para o Banco Mundial, as causas principais do desemprego assentam-se na ausência de plena liberdade comercial e na ampla difusão tecnológica. A Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE), vai além dos fatores conjunturais. Para esta entidade, a falta de empregos existe por decorrência de uma forte legislação trabalhista e proteção social inadequadas sobre o mercado de trabalho (BIRD, 1995; OCDE, 1992). De outro lado, a Organização Internacional do Trabalho – OIT, entende que a escassez de vagas no mercado de trabalho estaria mais associada às taxas insatisfatórias de crescimento econômico.

A última Conferência Internacional sobre o Emprego realizada pelo G-7, em 1997, pouco contribuiu para melhor identificar o problema, assim como o debate acadêmico atual se mantém firmemente indissociável da matriz de cada pensamento econômico. Ou seja, repletos de divergências teóricas (Pochmann, 1999).

As divergências sobre o emprego permanecem presentes nas teorias mais recentes, porém, o entendimento do emprego como expressão do funcionamento restrito do mercado de trabalho e a idéia de que o emprego representa uma variável subordinada do processo de acumulação do capital, foram temas arduamente discutidos e trabalhados entre os clássicos da economia política e Marx, entre Keynes e Pigeu, entre os pós-keynesianos e os neoschumpeterianos com os monetaristas e os neo-clássicos ainda permeiam as discussões sobre as questões do emprego, sendo que o foco de discordância e debate se estabelece, a partir da matriz interpretativa utilizada por cada corrente de pensamento.

Conforme mostramos no sub-item anterior, o desemprego é um fenômeno intrínseco ao processo de acumulação capitalista, e o uso pleno e cotidiano da força de

trabalho não constitui uma regra geral de funcionamento das economias de mercado, portanto o desemprego não será tratado aqui como uma novidade.

Segundo Pochmann (1995), as novidades que podem ser apresentadas em relação à problemática do desemprego, encontram-se associadas às formas historicamente condicionadas de reação política do desempregado.

Nos períodos pós Segunda Guerra Mundial, os países capitalistas avançados revelaram uma forte disposição em defenderem o pleno emprego e o aumento da demanda agregada. Essa postura perdurou por quase três décadas. Nesse período as regras de convivência entre maior ou menor número de pessoas puderam expressar compromissos políticos estabelecidos por atores sociais, sem se contraporem radicalmente ao funcionamento geral das economias de mercado (Myrdal, 1977; Glen, 1995; Pochmann, 1995).

No limiar dos anos 30 inicia-se uma corrente insatisfatória com o *status quo*, algumas percepções já não aceitavam mais as políticas econômicas vigentes que apoiavam o livre desenvolvimento da economia, descompromissado com o nível de emprego.

A presença do Estado, por meio da ampliação do gasto social e do nível de emprego público não apenas contribuiu para reduzir o número de desempregados como se mostrou determinante para que aqueles sem emprego não tivessem o padrão de vida rebaixado. (Offe, 1989; Pr Zeworski, 1989 in Pochmann, 1999).

Os países de capitalismo avançado conviveram por um longo período com o quase pleno emprego, que possibilitou um crescimento econômico satisfatório com estabilidade monetária, taxas elevadas de crescimento interno bruto e uma também satisfatória distribuição da renda e redução do nível de pobreza.

É importante considerar que nesse período os adicionais produtivos e os avanços decorrentes da contínua difusão do progresso técnico não se mostraram perversos para a geração de empregos. O redimensionamento da jornada de trabalho e da produtividade, a manutenção de elevado nível de demanda agregada e por consequência, do nível de emprego foram elementos fundamentais para a constituição da chamada “era de ouro do capitalismo” no período após a Segunda Guerra Mundial.

O perfil do desempregado no período pós-guerra se constitui como sendo o desempregado, na maioria das vezes, como o homem de mediana qualificação profissional. As mulheres, os jovens, os negros não constituíam presença significativa entre aqueles que procuravam emprego nos países capitalistas avançados.

Atualmente as relações de trabalho mostram um aumento significativo daqueles que procuram emprego, pois os mecanismos de proteção social e de garantia de renda nos países de capitalismo avançado tornaram-se insuficientes para atender adequadamente os desempregados.

Nos países europeus, os programas de proteção social aos desempregados que chegaram a registrar despesas médias anuais na ordem de 2% do PIB – passaram a ser redefinidos para atender um público mais restrito. Além disso, uma política econômica ortodoxa de corte das verbas sociais e de mudança nas regras de funcionamento do mercado de trabalho produziu dificuldades ainda maiores para os desempregados. (Pochmann, 1999:42).

Com a crescente busca de trabalho por parte de minorias, como as mulheres, os jovens e os idosos, aumentou significativamente o total dos excluídos do mercado de trabalho. O mundo do trabalho recente passa a conviver com um novo perfil de desempregado, ou seja, o sem emprego atual é conhecido como aquele cidadão que passa por um longo período a procura de emprego. Esse tipo de alteração no cotidiano do trabalhador revela um contínuo e ininterrupto crescimento do desemprego na atual conjuntura do capitalismo globalizado.

Mesmo considerando as influências externas como grandes responsáveis pelo alto índice de desemprego interno, em países de economia periférica como é o caso do Brasil, as peculiaridades internas e as especificidades locais devem ser consideradas ao se implementar programas de combate ao desemprego.

Pochmann (1999) entende que, o fato da identificação do problema do desemprego ser reconhecido como um fenômeno mundial não pode ser argumento suficiente para a negação de suas especificidades nacionais e das distintas formas de ser enfrentado, pois existem diferenças que necessitam ser melhor analisadas. As questões culturais, políticas e econômicas e os diferentes estágios de desenvolvimento do capitalismo interno é que vão orientar os caminhos que deverão ser adotados para o combate ao desemprego, isto é, são as características e as especificidades de cada região

ou grupo de países, sejam esses países de capitalismo avançado, de ex-economia socialista ou da periferia capitalista.

Nos países de capitalismo avançado o desemprego representa um problema que se manifesta como questão social preocupante somente a partir dos anos 80, embora já se tenha conhecimento de que no início da década de 70 muitos indicadores sociais apontavam para esta direção (Pochmann, 1999).

A evolução do desemprego no conjunto dos sete principais países capitalistas – Alemanha, Japão, Canadá, EUA, França, Inglaterra e Itália – deixa claro a crise do mundo do trabalho de capitalismo desenvolvido. No ano de 1959, tomados em conjunto, esses países possuíam 7,5 milhões de pessoas desempregadas e, em 1970, somava-se 300 mil trabalhadores a menos na situação de desempregado, somando um total de 7,2 milhões de pessoas sem emprego. Em 1975, o total de desempregados nos mesmo países do G-7 havia passado para 20 milhões. No ano de 1993, o total de desempregados era de 21,9 milhões (BLS, 1994; Pochmann, 1999).

Nos países de economia originalmente dito socialistas, os quais estão hoje em plena fase de transição para a economia de mercado, o fenômeno do desemprego não existiu, pelo menos enquanto durou a experiência socialista, que tinha no princípio da organização a garantia de emprego para todos. No entanto, com a queda do Muro de Berlim, em 1989, o fenômeno do desemprego passou a fazer parte das economias em transição, onde os programas econômicos adotados desde o final dos anos 80 provocaram o desaparecimento e a redução de vários setores da atividade produtiva. A Polônia, por exemplo, entre 1990 e 1995, registrou uma queda de 18,8% do PIB, enquanto a Hungria reduziu em 29,5% e a Bulgária 35% do PIB (OIT, 1995).

Os ajustes econômicos realizados pelos países socialistas tiveram insignificante influência sobre o nível de empregabilidade das populações envolvidas, as medidas tomadas não foram capazes de suprir as necessidades provocadas pela brusca ruptura com o planejamento econômico do pleno emprego.

Entretanto, nos países formados pelas economias da periferia do capitalismo mundial, o desemprego é um problema constante e dificilmente enfrentado de forma adequada (Pochmann, 1999). O esforço de algumas dessas nações pela expansão do nível de atividade e a implantação de parques industriais caracterizados em alguns

países, periféricos na década de 70, não foi capaz de encaminhar as economias nacionais a uma resolução para a falta de emprego.

Atualmente, porém são identificados ainda três diferentes realidades regionais no conjunto das economias periféricas. A primeira refere-se aos países asiáticos, que se movimentam em torno da economia japonesa, registrando rápido crescimento econômico e baixas taxas de desemprego. A segunda realidade regional atende ao grupo de países que compreende a região da África subsariana e de parte do Caribe (Nicarágua, Panamá e Jamaica), que apresentam pouco dinamismo econômico e taxas de desemprego muito elevadas. A terceira realidade regional está associada aos países latino-americanos que em geral apresentam dinâmica econômica e taxa de desemprego intermediárias (Pochmann, 1999:45).

A escassez de empregos no capitalismo contemporâneo pode ser expressada por dois determinantes importantes para a análise do problema. Por um lado, existem os fatores de natureza externa ao comportamento do mercado de trabalho. São os decorrentes das novas tecnologias e das relações de comércio exterior. A criação e a difusão de novas tecnologias historicamente tem sido entendida como um fator que elimina postos de trabalho. Contudo, a expansão do comércio exterior também é vista como uma fonte redutora de empregos, principalmente os empregos que exigem menor qualificação. Além disso, o deslocamento geográfico de empresas e a oferta de bens produzidos com salários irrisórios nas economias periféricas têm trazido alterações para o mundo do trabalho, nas economias de capitalismo avançado e nas economias periféricas.

Dos anos 40 à 60, o mercado de trabalho foi implementado por importantes inovações tecnológicas, que potencializaram os ganhos de produtividade, sem contribuir para a ampliação do emprego.

Atualmente, argumenta Pochmann (1999), atribuir a carência de empregos à difusão de novas tecnologias acaba por reduzir o problema, pois havendo aumento da demanda agregada à difusão de um novo padrão tecnológico, tenderia a alterar a composição setorial da ocupação, substituindo postos de trabalho que exigem menor qualificação, por aqueles de maior qualificação, ao invés de simplesmente provocar o desaparecimento do trabalho.

As inovações tecnológicas trouxeram para o mundo do trabalho, um cenário configurado pelas baixas taxas de crescimento econômico e pela forte desregulação na concorrência estimulada e pela profunda incerteza em relação às economias mundiais.

Para Mattoso (1996), a crise do emprego não é irreversível, nem inevitável, porque ela tem implicações que decorrem diretamente do processo dominante da globalização financeira e da adoção generalizada de políticas neoliberais.

1.2.1. Acumulação capitalista e classe trabalhadora

A acumulação de capital acontece não somente por sua ampliação quantitativa. Ela se realiza também através de uma alteração qualitativa contínua de sua composição. Nesse caso, a acumulação de capital se alimenta do acréscimo permanente de seu componente variável, a classe trabalhadora.

A alteração no capital orgânico ocorre pelo processo de acumulação e ainda pode ser ocasionado pelo crescimento da riqueza social. Com o avanço da acumulação a proposição de investimentos em meios de produção e mão-de-obra será modificada; à medida que o capital cresce, sua maior parte será transformada em meios de produção e uma parte menor aplicada em força de trabalho. Crescendo o capital global, existe uma influência no crescimento de seu componente variável, a força de trabalho, que passa a ser produzida em proporção decrescente ao crescimento do capital.

A acumulação capitalista produz constantemente – e isso em proporção à sua energia e as suas dimensões – uma população trabalhadora adicional relativamente supérflua ou subsidiária, ao menos no concernente às necessidades de aproveitamento por parte do capital.

O processo de criação de uma população trabalhadora que não vai ser aproveitada diretamente pelo capital, ou seja, a criação de excedente de mão-de-obra é inerente ao transcurso do desenvolvimento capitalista. Ao abordar esta questão, Marx aponta para o fato de que a força de trabalho excedente fica disponível ao capital, com isso os detentores dos meios de produção podem usá-la quando lhes convier, dando assim, sustentação ao sistema industrial moderno, onde uma das principais características é a transformação de parte da população trabalhadora em braços desempregados ou semi-empregados. Conforme censo realizado na Inglaterra, percebe-

se que o aprimoramento dos meios de produção desde seus primeiros passos reduziu significativamente o emprego de mão-de-obra.

O total de pessoas ocupadas na agricultura em 1851 era 2.011.447; em 1861, 1.924.110 pessoas, decréscimo de 87.337 trabalhadores. Indústria Wadstedt: em 1851, 102.714 pessoas; em 1861, 79.242. Fábrica de seda: em 1851, 111.940; em 1861, 110.670. Estamparia: em 1851, 12.098; em 1861, 12.556. Para os organizadores do censo, esse acréscimo, apesar da enorme ampliação da atividade, implica grande decréscimo proporcional do número de trabalhadores ocupados. Confecção de chapéus: em 1851, 15.957; em 1861, 13.814. Confecção de pentes: em 1851, 2.038; em 1861, 1.478. Serraria: em 1851, 30.557; em 1861, 31.467. Este pequeno aumento deve-se à expansão da máquina de serrar. Produção de pregos: em 1851, 26.940; em 1861, 26.130. Decréscimo devido à concorrência de máquinas. Trabalhadores em minas de zinco e cobre: em 1851, 31.360; em 1861, 32.041. No entanto, facções e tecelagem de algodão: em 1851, 371.777; em 1861, 456. Minas de carvão: em 1851, 183.389; em 1861, 246.613 (Pochmann, 1999).

Segundo as conclusões desse relatório, desde 1851 o aumento de trabalhadores é maior nos ramos em que a maquinaria não foi empregada com sucesso. Muito embora sabe-se que com o advento da maquinaria, por um lado diminuiu a necessidade das grandes contratações de mão-de-obra, propiciando lucros ao capitalista suficiente para manter o trabalhador no seu posto de trabalho, independente das alterações que este viesse a sofrer. Também sempre houve condições para que os empregadores pudessem manter um número maior de trabalhadores em seus postos de trabalho, obtendo o mesmo patamar de lucratividade, do que quando se tinha empregado um número menor de trabalhador, ou seja, o capitalista pode conseguir baratear o custeio da mão-de-obra, empregando um número maior de trabalhadores, porém a opção pela manutenção do sistema faz com que a massa de trabalhadores empregados seja reduzida ao máximo possível, mesmo com o montante da produção sendo cada vez maior; entretanto, o desenvolvimento do modo de produção capitalista e da força de trabalho são fatores que aumentam a acumulação, e é através deles que o capitalista consegue mais trabalho sem aumentar a mão-de-obra contratada.

A utilização da exploração intensiva e extensiva das forças produtivas individuais, mostra que o capitalismo usando a mesma quantidade de valor consegue comprar mais força de trabalho, podendo trocar força de trabalho qualificada por força

de trabalho não qualificada, trabalho masculino por feminino, adulto por adolescente e infantil, pois a demanda e a oferta de trabalho são determinados pelas necessidades momentâneas do capital, isso faz com que quando a oferta for mais baixa que a demanda a recompensa pelo trabalho seja diminuída.

Marx, através do estudo da lei geral da acumulação capitalista, mostrou que não é a maior produtividade nem o maior investimento que vai aumentar o emprego, revela também que o processo de produção capitalista age no sentido de que o acréscimo absoluto do capital não seja acompanhado por nenhuma elevação correspondente da demanda geral do trabalho. O sistema capitalista controla a demanda como também a oferta de trabalho através da liberação e da demissão. Assunta-se que a acumulação multiplica a demanda de trabalho, mas também aumenta enormemente a oferta de trabalhadores mediante a liberação.

Com o desfecho desse círculo contraditório os trabalhadores desocupados, inconscientes ou não, passam a desenvolver uma certa pressão sobre os trabalhadores ocupados. Esta relação uma vez estabelecida, acaba fortalecendo os elos de dependência e elevando o grau de exploração dos donos dos meios de produção sobre os trabalhadores empregados. Aqueles que possuem seu emprego ficam sujeitos à regras impostas, acuados pela existência de milhares de trabalhadores habilitados a ocupar seu lugar. Diante dessa situação, o capitalista garante maior produção com menos gastos com mão-de-obra, pois sua força de trabalho mesmo reduzida, manterá a produção programada.

Durante a penúria algodoeira de 1863, na Inglaterra, houve muitos protestos sobre o prolongamento da jornada de trabalho, num panfleto dos operários de fiação de algodão de Blackburn, existia uma violenta denúncia do sobretrabalho que por força da lei fabril, atingia os trabalhadores masculinos adultos.

Exigiu-se dos operários adultos que trabalhassem diariamente de 12 a 13 horas, embora haja centenas que estão forçados a ociosidade e que gostariam de poder trabalhar durante parte do tempo para poder sustentar suas famílias e preservar seus irmãos da labuta, de uma morte prematura em consequência do sobretrabalho. Gostaríamos de perguntar se a prática de trabalhar hora extra torna possíveis relações de algum modo suportável entre patrões e servos. As vítimas do sobretrabalho sentem a injustiça tanto quanto os condenados por ele à ociosidade forçada (Pochmann, 1999:203).

A acumulação capitalista impõe ao trabalhador uma dura relação com o trabalho e conseqüentemente com ele próprio enquanto trabalhador, visto que sua submissão às regras degradantes do trabalho se dá também pela pressão dos companheiros desempregados, que por extrema necessidade e por falta de alternativa, sujeitam-se às leis gerais de um mercado de trabalho alheio à pessoa humana.

Seguiremos no capítulo seguinte abordando a industrialização e a formação do processo de trabalho no Brasil, suas intercorrências na atualidade e algumas alternativas para aumentar o nível de emprego nacional.

CAPÍTULO 2

O processo de industrialização: elementos para a discussão sobre o caso brasileiro

2.1. A industrialização e o processo de trabalho no Brasil

A industrialização brasileira teve seu primeiro grande impulso no final do século XIX. Nos últimos 15 anos desse século, alguns fatores internos como os relativos à mão-de-obra, ao mercado e à acumulação de capital e alguns outros fatores externos como àqueles que dizem respeito à substituição de importações, quando analisados em conjunto, percebe-se que tais fatores proporcionaram um novo rumo ao processo de industrialização do Brasil.

Em relação a mão-de-obra podem ser observadas duas modificações importantes: em 1888 ocorre a abolição da escravidão culminando na entrada de grande número de trabalhadores estrangeiros no mercado de trabalho brasileiro. O fim do trabalho escravo faz surgir uma nova dinâmica para as relações e condições de trabalho, rural e urbano. Sobre este assunto Sodré (1964:301) acrescenta que a abolição do trabalho escravo demandava um acréscimo da ordem de 50.000 contos, num total de 200.000 contos de circulação da época utilizado para remunerar a mão-de-obra.

O trabalho agrícola inicialmente foi o espaço encontrado com mais facilidade pelos trabalhadores, sendo que nesse mercado a remuneração, ou seja o assalariamento começou ainda antes da abolição do trabalho escravo. Como lembra Cohn (1968:291), esses trabalhadores transmitiriam, dentro da introdução do salário e através de suas motivações e de seus hábitos, novos modelos que favoreciam a diversificação da atividade econômica e do consumo. Com essa modificação altera-se o mercado interno, pois o trabalhador de então passou a ter a liberdade de consumidor, condição que lhe era negada, em virtude de sua condição de escravo.

Dessa forma as relações internas de mercado são alteradas e o trabalhador passa a ser visto sob a ótica do consumo. Paul Singer (1968:43) em seu livro *Desenvolvimento Econômico e Evolução Urbana*, observa que com essa mudança a escravidão passara a consumir os bens produzidos fora do espaço da exploração agrícola. Por outro lado, a nova força de trabalho (os imigrantes) exigirá sempre pelo menos uma parte de sua remuneração em dinheiro, o que lhe garantirá condições de tornar-se um consumidor autônomo.

A chegada dos novos trabalhadores e a inclusão de parte dos escravos no sistema de trabalho remunerado funcionou como um impulsionador da urbanização e contribuiu em larga escala para a ampliação do mercado interno. Com o crescimento do setor de serviços nas cidades, sub-setores como transporte, armazenamento, comércio, embarques e desembarques, aliados ao grande fluxo de trabalhadores que migraram para as cidades em função da crise na agricultura de exportação, houve um deslocamento da mão-de-obra e conseqüentemente alterou-se a composição e aplicação de capital interno e externo, os quais passaram a se concentrar nos centros urbanos.

Para Pinheiro (1997) esse “*capital industrial era originário do capital agrícola, mas a transferência deste para a indústria não se faz sempre diretamente, e sim pela relação de investimentos realizados no setor de serviços e no setor comercial*”.

Pode-se identificar três fatores que motivaram esses investimentos: o dinamismo econômico do setor de produção de café, que favorecerá a caracterização e afirmação social do plantador como verdadeiramente comerciante e banqueiro e, em conseqüência, mais urbano que rural; a poupança realizada pelos assalariados agrícolas, especialmente os trabalhadores imigrantes, que com o tempo foram capazes de perceber que as aspirações sociais que eles pretendiam conseguir nos seus países de origem poderiam conseguir aqui no Brasil, desse modo, suas reservas econômicas passaram a ser aplicadas no mercado interno; e o investimento estrangeiro, que já era vinculado ao capital agrícola, a força de trabalho barata, os custos reduzidos das matérias primas e as possibilidades de lucros elevados no mercado de consumo que se encontrava em constante expansão. Ao se falar de acumulação de capital nessa fase da industrialização brasileira (período pré-Primeira Guerra Mundial), destacamos o papel desempenhado pelo fenômeno conhecido como “encilhamento” – proposta de política pública

governamental, cujo objetivo foi por em prática uma política de crédito mais flexível. Essa política foi posta em prática logo após a Proclamação da República (1889) e possibilitou a intensificação da implantação de empresas industriais.

Somente nos anos 30 se chegará a compreender o verdadeiro conteúdo do encilhamento. Simonsen (1939) ressalta que pela primeira vez na história brasileira, se estabelece uma política pública governamental com condições favoráveis à industrialização.

Singer (1968:46) destaca a grande mobilização de recursos que nesse período foram aplicados no mercado interno, gerando trabalho e aquecendo a economia, ao invés de serem gastos com consumo de produtos importados. A liberação de créditos propiciada pela política de “encilhamento” provocou um movimento de especulação de créditos que ao seu fim abriu caminho a uma concentração de capital através de transferência de uma empresa para outra e do desaparecimento das empresas mais fracas, consolidando alguns setores industriais como a fiação e a tecelagem.

Com o fim da Primeira Guerra Mundial surgirão condições favoráveis à expansão da indústria.

A consolidação da prática industrial no Brasil modificou, como foi mostrado, a vida dos trabalhadores nacionais, dando força a uma nova classe de prestadores de serviços. O emprego a partir de então passou a ser categoria importante para as análises sobre o crescimento e comportamento da indústria e do mercado de trabalho.

Essa nova industrialização (nova em relação a industrialização européia e americana do século XIX) provocara a constituição de um proletariado diferente daquele que se formou na Europa. A tecnologia não será a consequência de propostas dadas às exigências específicas de cada etapa: ela será importada. Além do mais essa tecnologia não será labor - intensiva, capaz de gerar empregos para largos contingentes de mão-de-obra mas capital intensiva, exigindo grandes investimentos em inovações técnicas que reduzem as necessidades em mão-de-obra (Pinheiro, 1997:80).

O cenário inicial do mercado de trabalho brasileiro, em especial no período de 1920 a 1930, pode ser retratado como um espaço composto por imigrantes europeus com experiências de trabalho industrial, com consciência de classe, e por trabalhadores brasileiros não qualificados e sem consciência de classe.

No Brasil, muito embora existisse um parque produtivo de grandes proporções, o funcionamento dos sistemas de proteção social e de garantia de renda permanecia ainda limitado e com baixa eficácia.

Há pouco mais de um século, trabalhar no Brasil era considerado uma vergonha, pois, o trabalho foi por um lamentável longo período, considerado atividade para escravo. Esta foi a mentalidade predominante entre a elite brasileira. Tal concepção tem estreita ligação com o fato de o Brasil ter sido colonizado por um país que viveu intensamente o processo de revolução mercantil. Com suas inesgotáveis riquezas, o Brasil tornou-se para Portugal, uma lucrativa fonte de recursos naturais comercializados internacionalmente, além de serem utilizados como matéria-prima na confecção de objetos produzidos com mão-de-obra escrava.

Segundo Tauile, o Brasil da época era “*um paraíso de pilhagem e de espoliação*”. Para ele, as poucas e esparsas tentativas de industrialização devem ser tomadas como exceções, pois não representam a regra da forma predominante de produzir excedente econômico no Brasil. Estas experiências não se enquadravam a favor do “estado de coisas local”, por isso acabaram sucumbindo. Foi assim no caso dos teares fechados por Maria I no final do século XVIII, das iniciativas do Barão de Mauá e das experiências de Delmiro Gouvea no século XIX, com a indústria têxtil no nordeste.

Na primeira metade do século XX, principalmente a partir de 1930, o Brasil entra em um acelerado movimento de transformação econômico-produtivo, que o colocou na rota da industrialização. Para muitos, este processo é considerado o início do processo de modernização da economia brasileira, isto é, foi nesse momento em que se iniciou o rompimento com as raízes oligárquicas instaladas no Brasil, principalmente com aquelas ligados à agropecuária. Importantes mudanças no rumo de uma nova industrialização se deram a partir de Juscelino Kubtchek, com a internacionalização da indústria brasileira, até o momento marcado pelo nacionalismo. Getúlio Vargas, diz Tavile, como um visionário do processo de industrialização que se aproximava, havia promulgado as leis trabalhistas na segunda metade da década de 30; porém, como ditador, o havia feito deslocado dos anseios diretos tanto das classes empresariais quanto das classes trabalhadoras (e mais do que isso, criou e fomentou o chamado

peleguismo), o que acarretou que tais leis entrassem para o rol daquelas que “não pegam”.

A implantação com sucesso da indústria automobilística no final da década de 50, tornou inexorável a tensão social e a criação de uma mão-de-obra proletária com características urbanas e novas condições de trabalho. Considerada como o carro chefe da nova era da industrialização brasileira, a indústria automobilística movimentou a classe operária.

Os anseios típicos de uma nova classe operária emergente eram refletidos em práticas de militância e de associação sindical, qualitativamente distinta das que prevaleciam até então. No caso específico dos novos sindicatos de trabalhadores industriais isto representa um rompimento com as práticas pelegas de manipulação dos sindicatos (Tauile, 1998:185).

Em relação às políticas voltadas à proteção social, foi nas décadas de 30 e 40 que o sistema de proteção social e garantia de renda passou a assumir algumas características do Welfare State. Contudo, a legislação trabalhista brasileira apresenta mecanismos de proteção social muito frágeis, principalmente se comparados com os países europeus, onde existem diversas proteções sociais e elevadas taxas de cobertura populacional. Ressalta-se neste aspecto que desde o início da industrialização brasileira, tanto o governo como as elites dominantes locais, não deram a devida importância à questão do acesso à cidadania universal.

A partir da década de 50 até 1964, segundo Pochmann (1995), o intervencionismo “progressista” foi responsável pelo processo de incorporação social de parcelas da força de trabalho urbana, principalmente em relação à três variáveis importantes para o desenvolvimento das políticas públicas destinadas ao mundo do trabalho: a legislação trabalhista, a legislação previdenciária e a política do salário mínimo de suficiência.

As discussões sobre o salário mínimo desde sua origem até o presente, não se afastaram do modelo de concepção do valor mínimo como sendo um instrumento de proteção social e de garantia de renda. No entendimento de Oliveira Viana (1951), a fixação do salário mínimo tinha por objetivo promover a correção das injustiças sociais promovidas pelo desenvolvimento industrial.

O antigo SEPT – Serviço de Estatística da Previdência e Trabalho, órgão responsável pela produção de estudos técnicos para o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, destacava a importância do mínimo como um elemento de imposição da justiça social, que somente seria mantida com a manutenção do Estado no mercado de trabalho.

Conforme Ianni (1986), a bibliografia mais recente sobre o valor mínimo tem como fio condutor a sua função protetora para uma massa de assalariados que vivem no limite da pauperização. Mesmo sem a presença de uma política de pleno emprego, observa-se que o nível de ocupação apresenta um crescimento excepcional desde 1945 (Pochmann, 1995). As taxas de crescimento, porém, mesmo tendo um bom desenvolvimento não foram suficientes para a incorporação da totalidade da força de trabalho disponível, caracterizada em sua formação por um grande número de cidadãos que por necessidade candidatam-se a uma vaga no mercado de trabalho. Esse dilema se propaga com muita intensidade entre os trabalhadores do campo (homens, mulheres, jovens e adultos) que ao se apanharem sem trabalho e na mais profunda miséria, migram para a cidade em busca de emprego.

Após 1964, com o golpe militar, entrou em cena o intervencionismo conservador, que passou a impulsionar, à sua maneira as políticas públicas, voltadas ao mundo do trabalho. Tal conservadorismo, porém, não foi capaz de realizar as reformas econômicas e sociais que promovessem o rompimento definitivo com o sistema anterior de cidadania regulada e incorporação controlada.

Na década de 80, com o processo de democratização do país, é que vieram a ocorrer ações mais concretas no sentido de romper com o laço pretérito de restrições a incorporação social. Contudo, as tentativas de modificação do perfil do sistema de proteção social e de garantia de renda foram limitados.

Para Pochmann, isto ocorreu por dois motivos: de um lado está a ordem política e o histórico descaso do poder público em relação aos problemas sociais como a miséria, a saúde, assistência, trabalho e geração de renda à população; por outro lado existe o condicionamento de ordem econômica, o qual é evidenciado pela expressiva crise da economia nacional e o progresso hiperinflacionário, em especial a dita “crise fiscal” e “financeira” do Estado nos anos 80, onde parte significativa dos recursos

fiscais passou a ser acompanhada com subsídios, interna e externa, o que levou o gasto social à uma subordinação constante.

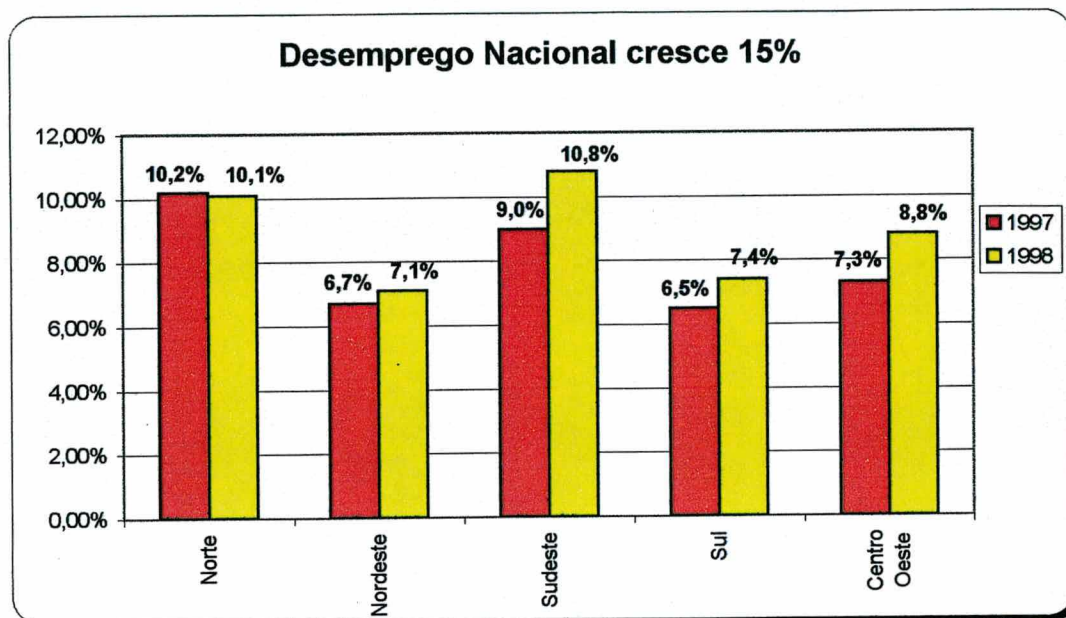
Carregando todos os reflexos dessas crises, os anos 90 vêm sendo marcado pelo alto índice de desemprego. O emprego formal, nessa década, perdeu não só a participação relativa no total da população ocupada, mas também a absoluta, com a eliminação de 3,2 milhões de empregos. Em 1989 o Brasil contava com 25,5 milhões de empregados formais enquanto que em 1998 esse número caiu para 22,3 milhões (RAIS/96 atualizado pelo modo I do CAGED/MTb). Ocorreu também, nesse período, a implementação do processo de “modernização” no campo brasileiro, que começou principalmente a partir da década de 70, e trouxe graves conseqüências para o mundo do trabalho através da concentração de terra e renda, do êxodo e da pauperização do meio rural. Dados do IBGE de 1995 mostram que 54,6% da área dos estabelecimentos agrícolas pertenciam à propriedades com mais de 500 hectares e 2,6% eram de propriedades de até 10 hectares. Em 1996 este percentual subiu para 56,5% e diminuiu para 2,2% respectivamente. Estes dados demonstram o caráter conservador da globalização econômica, que, através da falácia da “modernização”, consegue inverter, em favor de uma minoria, as relações sociais e de trabalho no campo, provocando inchamento dos centros urbanos e, conseqüentemente, contribuindo em larga escala para a agravamento do desemprego no campo e principalmente nas cidades.

O desemprego aberto¹, que até o final dos anos oitenta era muito inferior ao observado pelos países desenvolvidos, muda de padrão, alcançando taxas de 8,5% no final dos anos 90, segundo pesquisa feita pelo IBGE (média anual de 1998, entre as seis maiores regiões metropolitanas do país). Em contrapartida, pela pesquisa da PEA (SEADE/DIEESE), o desemprego aberto supera no final dos anos 90, 18,7% (fevereiro/99) da população economicamente ativa da grande São Paulo. Nas demais capitais o índice de desemprego (PED) medido com outros órgãos locais pelo DIEESE, apresentou os seguintes percentuais: Distrito Federal – 20,7% (jan/99); Belo Horizonte

¹ O IBGE (PMF) metodologicamente ao medir o desemprego, atesta o desemprego aberto em sete dias. Considerando desempregados aqueles trabalhadores sem qualquer trabalho e que tenham exercido algum ato de busca de emprego nos sete dias que antecederam a pesquisa. Enquanto que o DIEESE (SEADE) utiliza como principal indicador o desemprego aberto em 30 dias, de desemprego oculto pelo trabalho precário (bico) e desemprego oculto pelo desalento (trabalhadores desempregados por motivo de desalência não buscaram emprego no período referência).

– 16,7% (jan/99); Porto Alegre – 17,2% (jan/99); Recife – 20,4% (dez/98); Salvador – 27,7% (out/98).

Segundo o IBGE (1998), os estados do Sul do país também sofreram nos últimos anos um aumento expressivo no percentual de desocupados: a taxa de desemprego no geral, em 1998, foi de 7,4% da PEA contra 6,5 da PEA em 1997.



Fonte: PNDA (Pesquisa Nacional por amostra de domicílios – 1998, – IBGE).

A desestruturação do mercado de trabalho teve seu ápice com o colapso do padrão de financiamento da economia brasileira no início dos anos 80. Por conta da crise da dívida externa, um conjunto de programas de ajustes macroeconômicos foram adotados tendo como consequência a ampla inicialização da retomada do crescimento sustentado. Este processo levou o mercado a um cenário de estagnação, onde imperaram as fortes e rápidas oscilações econômicas. Convivendo com um contexto hiperinflacionário o país terminou rompendo com a tendência de estruturação do mercado de trabalho iniciada em 1930.

Com o limiar dos anos 80 observou-se uma desaceleração na queda do número de ocupações no setor primário da economia, enquanto que o setor secundário deixou de apresentar maior contribuição relativa no total das ocupações; por outro lado, houve um

inchamento do setor terciário, ao mesmo tempo em que o desemprego aumentou, maior e precárias eram as ocupações geradas.

Atualmente, de cada dez ocupações existentes, seis são de responsabilidade do setor secundário, duas do terciário e duas do setor primário. Se comparado com 1980, teríamos que quatro eram do setor terciário, três do secundário e três do setor primário.

Todas essas transformações nas formas de ocupação da população economicamente ativa, que expressam uma desestruturação do mercado de trabalho tiveram início ainda nos anos 80, a partir do rompimento do projeto de industrialização nacional e da adoção de um conjunto de políticas macroeconômicas. Devem ser minimizados, todavia, os argumentos que procuram buscar na nova Constituição de 1988 as razões para as debilidades atuais do mercado de trabalho brasileiro, já que neste estava em curso mudanças estruturais desde o início da década (Pochmann, 1999).

Nos anos 90, os sinais de desestruturação no mercado de trabalho se mostram mais marcantes. No período de 1990 a 1995, em cada dez ocupações geradas, apenas duas eram assalariadas, sendo que cinco de conta própria e três de ocupações sem remuneração estabelecida. Essa década foi marcada por um processo de desassalariamento provocado fundamentalmente pela eliminação dos empregos com registro. Em 1989, o total dos assalariados representava 64% da PEA, e em 1995, havia passado para 58,2%. Os empregados assalariados sem registro apresenta uma taxa de crescimento médio anual de 3,12%, com isso de 1989 a 1995, ocorreu uma geração média anual de 541,5 mil empregos assalariados sem registro.

Para Matoso (1996) e Pochmann (1999), além do movimento de desassalariamento, um fenômeno novo surgiu no mercado de trabalho brasileiro durante as últimas duas décadas, onde observou-se o crescimento da subutilização da força de trabalho que, em 1989, representava 32% da PEA, em 1995 passou para 38%; no entendimento dos autores, essa subutilização generalizada da mão-de-obra está intrinsecamente ligado ao alto índice de desemprego provocado por um movimento de ordem mundial em processo ativo desde a década de 1980.

A globalização foi pensada inicialmente como descrição de um fenômeno limitado de funcionamento das demandas, porém terminou por ser identificada como uma nova fase da economia mundial (Levitt, 1993 e Ohmae, 1990). Nesta nova era as economias nacionais decompõem-se para mais tarde se rearticularem em um novo

sistema internacional em que os estados nacionais perderiam significado, os governos tornar-se-iam impotentes no sentido de influenciar e planejar a evolução econômica nacional, o que levaria o mundo a um processo de sincronização e homogeneização. Portanto, desapareceriam os compromissos políticos nacionais, os projetos e as especificidades regionais, criando a ideologia do pensamento único.

Mudanças significativas vêm ocorrendo desde os anos 70, visando ultrapassar as fronteiras e acentuar o processo de internacionalização alterando profundamente o funcionamento das grandes empresas e do sistema financeiro. Diante desse contexto as grandes empresas implementavam alterações em suas estratégias para obtenção de lucro. O mercado mundial passou a ser tomado como campo de ação para essas grandes empresas e órgãos do sistema financeiro, os quais passaram a fazer parte de uma dura concorrência de mercado sem maiores preocupações com componentes éticos e humanos. Nesse sentido, todas as ações da economia nacional são orientadas pelo extraordinário poder do sistema financeiro internacional.

Com a formação do mercado único do dinheiro em escala planetária, a responsabilidade da operacionalização não permanece somente com os bancos e as empresas. Entra em cena os investidores institucionais (fundos de pensão e de investimentos). Para Boxer (1997), ao contrário do que nos tentam fazer crer, os espaços nacionais estão longe de se fundirem em um conjunto completamente globalizado e, dessa forma, se por um lado uma nova ortodoxia da estabilidade monetária e da competitividade exterior parecem dominantes, de outro os sistemas nacionais continuam apresentando acentuadas diferenças. As distinções entre os estados nacionais se expressam pela intensa fragmentação dos interesses nacionais, na preferência pela inovação e competitividade ao curto e ao longo prazo, pela maior ou menor independência do Banco Central, pela natureza e amplitude da intervenção pública, na maior ou menor qualidade das relações de trabalho, no grau de utilização de políticas setoriais e também pela qualidade da especialização industrial adotada.

A crescente unificação de mercados em meio a uma acentuada globalização financeira e desregulação da concorrência, não tem construído um espaço internacional, regional ou nacional mais homogêneo (Matosso, 1998).

A realidade das últimas décadas revela a polarização de espaços nacionais e macro-regionais, no plano internacional com altas concentrações de investimentos, domínios de tecnologia e especialização. Da mesma forma, tem-se polarizado os espaços micro-regionais com a formação de mega-regiões e uma intensa desorganização do trabalho, com ampliação das desigualdades sociais nos planos regional, nacional e internacional.

Com o domínio da esfera financeira, o capital tornou-se ainda mais volátil e internacionalizado. Contudo, os problemas relacionados ao mundo do trabalho continuam se expressando como grandes questões sociais, em esferas regionais e nacionais.

Na última metade da década de 90, em pleno limiar do século XXI, ainda convivemos com um contínuo agravamento das condições e das relações de trabalho. Além disso, as sucessivas reuniões dos países mais ricos do mundo, componentes do G-8, ao mesmo tempo em que apontam constantemente para a gravidade do problema, mostram-se incapazes de unificar diagnósticos e alinhar a busca de soluções conjuntas. Por isso, aumentam as preocupações dos cidadãos e o sentimento de impotência frente a uma situação que aparentemente se mostra sem solução, ao menos nos termos que define a lógica do mercado autoregulável, transformada em evangelho no final do século XX (Matosso, 1997).

2.2. Discutindo Alternativas

Diante de todas as adversidades criadas pelo sistema político-econômico neoliberal, que norteia as questões mais amplas da sociedade atual, tratando-as como iguais independente de suas especificidades culturais, políticas e regionais, novas alternativas podem ser vislumbradas. As organizações locais com o envolvimento comunitário ativo, mesmo contrariando a lógica do sistema vigente, indo do particular ao geral, ou seja, do micro (partindo das especificidades regionais) ao macro (considerando os aspectos mundiais) da economia e da política, podem ser instrumentos

de resistência ao sistema neoliberal globalizante, demonstrando através da luta comunitária organizada a inoperância prática da idéia de que somente o mercado livre poderá corrigir as desigualdades sociais. Com essas ações, o mito do pensamento único poderá ter suas bases questionadas a partir da proposição de uma nova forma de conduzir as questões sociais através de elementos nacionais, regionais e do envolvimento popular.

É preciso buscar alternativas, ainda que num primeiro momento sejam parciais, e para isso o entendimento de quais são os problemas centrais torna-se imprescindível. Matosso (1997), diz que muitas vezes tem-se desviado dos problemas centrais, tomando-se a aparência pela essência.

Existem aqueles que entendem a dinâmica do emprego como não sendo mais uma variável subordinada ao crescimento ou às decisões de investimentos. Para esta corrente, o desprezo às questões do crescimento e da demanda agregada favorece a prioridade para os ajustes internos ao mercado de trabalho. Na contrapartida, estão aqueles que responsabilizam a tecnologia pelos problemas do mercado de trabalho. Aos adeptos desse pensamento, a inovação tecnológica tem sido considerada uma crescente ameaça aos empregados, da mesma forma que os ludistas do início da Primeira Revolução Industrial relacionam os problemas do mundo do trabalho (mercado, condições e relação de trabalho) à reestruturação produtiva, às novas formas de organização do trabalho, à maior utilização da inovação tecnológica na indústria, no comércio e nos serviços.

Vivemos a emergência de uma Terceira Revolução Industrial com uma explosão de inovações surgidas nos anos 60 e 70, com efeitos consideráveis sobre a composição setorial do emprego ou sobre as qualificações. No entanto, por um lado a inovação tecnológica parece ter tido pouca responsabilidade sobre o crescimento do desemprego nos países que compõem o G-7, já que o crescimento da produtividade nos anos 80 e 90 teria sido bem menor que no período anterior (Matosso, 1998).

Para Chesnai (1994), a globalização financeira a crescente e desregulada concorrência têm potenciado os efeitos reais da inovação tecnológica sobre o mercado de trabalho.

No caso brasileiro, deve-se chamar a atenção antes de mais nada, para o fato de ser um país ainda em construção, apesar de possuir o maior parque industrial da periferia capitalista mundial. A infra-estrutura material que nos países de capitalismo avançado têm tido um papel fundamental na contenção do desemprego e geração de postos de trabalho para a mão-de-obra excedente e de baixa escolaridade, ainda está por ser construída, ou seja, o Brasil tem necessidade de implantar a construção de portos, habitação, saneamento, melhoramento do transporte e outras medidas que podem amortecer o impacto da recessão. Diferente das economias avançadas, o Brasil dispõe de uma população jovem, e isso cria a necessidade de que a economia cresça em altas taxas, a carência de um atendimento público universal e adequado nas áreas de saúde e educação, contribuem para a permanência de elevadas taxas de desemprego, pois, a efetivação desses serviços demandaria um contingente expressivo de mão-de-obra.

A economia brasileira convive ainda com um sistema de relações de trabalho com características autoritárias, com ausência de confiança e transparência entre os atores, sem organização por local de trabalho e predomínio do contrato individual.

No entendimento de Pochmann (1999) existem grandes diferenças regionais no mercado de trabalho, e essas distinções podem explicar o fenômeno da subutilização da força de trabalho que é completamente distinta entre os vários estados brasileiros.

Em relação às estratégias para o crescimento do nível de emprego, o Brasil se distingue significativamente das economias avançadas, onde as atuais experiências concentram-se em dois tipos básicos de políticas de emprego: ativas e compensatórias.

As políticas de emprego e renda no Brasil são aplicadas muitas vezes sem levar em consideração as especificidades nacionais, regionais, setoriais e locais. Um grande esforço parece estar sendo realizado nos anos 90, porém com resultados pouco satisfatórios ante os desafios de pleno emprego no Brasil. Nesse sentido, tornou-se interessante observar comparativamente o grau de articulação dos elementos-chaves do desemprego no país, em dois períodos: o padrão de industrialização nacional e o de especialização competitiva (Pochmann, 1999).

Mesmo não possuindo um sistema público de emprego nos moldes das economias avançadas, com capacidade de assumir um conjunto articulado de atividades voltadas para o combate ao desemprego, o Brasil possui alguns programas de políticas

públicas em andamento, tais como: intermediação da mão-de-obra, educação profissional, seguro desemprego e geração de emprego e renda.

A forma prática adotada para o enfrentamento dessas questões são delineadas a partir dos serviços públicos oferecidos para os que não têm emprego.

O serviço de intermediação de mão-de-obra tem como órgão responsável o Sistema Nacional de Emprego (SINE), instalado na maioria dos Estados brasileiros vem desenvolvendo atividades voltadas à alocação de mão-de-obra.

O SINE possui uma montagem institucional complexa, marcada por uma relação entre o Governo Federal e os Governos Estaduais; essa relação traz ao órgão uma descontinuidade administrativa, que acaba interferindo em suas ações e no seu desempenho.

Os serviços de alocação de mão-de-obra em um país de dimensão continental, e com tantas disparidades regionais e setoriais mereceriam uma profunda reorganização, envolvendo a estrutura federal através de um aumento de recursos investidos, nas representações municipais e expandindo o número de funcionários qualificados além de sua plena articulação com os demais serviços empregados.

O mercado de trabalho brasileiro é marcado também por uma cultura da procura individual por emprego, através de amigos, parentes, meios de comunicação, entre outros, a procura por emprego via intermediação de mão-de-obra ainda é muito reduzida.

Em relação aos programas de formação profissional, as transformações recentes no mercado de trabalho, a redução na demanda e a educação profissional, a qualificação e a requalificação profissional passaram a ganhar maior importância nas decisões governamentais no que diz respeito ao funcionamento das políticas compensatórias de emprego. Nos países de capitalismo avançado são ainda as agências públicas de emprego as principais responsáveis pela oferta de serviços de qualificação e treinamento profissional.

A experiência da formação profissional no Brasil está sendo acompanhada e articulada desde seu início pela ideologia empresarial. Desde o início do século XX, com a formação das escolas de aprendizes e artífices até a montagem do sistema “S”

(SENAI, SENAC, SENAT e SENAR), instituiu-se a partir de então uma forte ligação entre educação geral e educação profissional.

O grande apelo à formação profissional ocorrida no Brasil na década de 90, trouxe ao mundo do trabalho nacional uma nova experiência de qualificação dos trabalhadores. O Plano Nacional de Educação Profissional (Planfor) passou a representar uma estratégia de qualificação profissional, desenvolvido de forma descentralizada e em parcerias com diversas instituições que possuem apoio financeiro do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT). Para a operacionalização de Planfor, reestruturou-se a Secretaria de Formação e Desenvolvimento Profissional (SEFOR) ligada ao Ministério do Trabalho. Para a efetivação dessa mudança, houveram ações articuladas entre o conselho deliberativo do FAT (CODEFAT) e os conselhos estaduais e municipais de trabalho e emprego.

Com a interferência do CODEFAT e dos Conselhos de Trabalho e Emprego (estaduais e municipais) em articulação com o Sefor e as secretarias do trabalho de estados e municípios, vem sendo desenvolvido desde 1994 um significativo esforço de envolvimento de atores sociais no tema da educação profissional.

No ano de 1996 quase 1,2 milhões de trabalhadores receberam algum curso de formação profissional, sendo que 24% dos cursos foi destinado para o setor primário da economia, 10% para as atividades do setor secundário e 66% para o setor terciário. Para o ano de 1999, é meta da Planfor qualificar cerca de 3 milhões de novos trabalhadores; se for considerados as totalidades de pessoas assistidas pelo sistema "S", Escola Técnica, o ano de 1996 alcançou 6,4% da PEA, isto significa 4,9 milhões de pessoas que receberam algum tipo de educação profissional.

O Brasil parece ter um desempenho não desprezível no que diz respeito aos gastos e aos usuários dos cursos de formação profissional, principalmente quando comparados com outros países. Esse contexto quantitativo precisa ser melhor analisado com a base na eficiência e eficácia dos cursos oferecidos, ou seja, a realização de uma análise de resultados, cujas informações são ainda insuficientes (Pochmann, 1999:126).

Mesmo com a elevação da cobertura é importante considerar que como o seguro desemprego é designado a compensar temporariamente os trabalhadores assalariados

com registro em carteira, uma importante parcela dos brasileiros desempregados não recebe nenhum benefício financeiro.

A indenização ao aposentado, através do aumento da expectativa média de vida, estimulou o aparecimento dos programas de pré-aposentadoria o que levou a retirada do mercado de trabalho os trabalhadores mais debilitados e sujeitos ao risco de desemprego de longa duração, especialmente os com faixa etária acima dos 50 anos.

Nos países de economia avançada existem os programas de pré-aposentadoria que propiciam as pessoas com idade próxima aos 60 anos o acesso antecipado aos benefícios de pensão, sem que ainda tenha completado os requisitos exigidos pelos programas de aposentadorias tradicionais.

Embora não se tenha uma pesquisa de longa abrangência, dados parciais demonstram que no Brasil em alguns casos de aposentadorias precoces são acompanhadas da permanência do aposentado no posto de trabalho, ocupando assim uma vaga no mercado de trabalho.

O programa de garantia de renda (um salário mínimo) para o trabalhador com mais de 70 anos sem direito a aposentadoria mesmo com largas diferenças é o único mecanismo de compensação que de alguma forma poderia ser associado ao programa de pré-aposentadoria dos países de economia avançada.

As políticas de emprego e renda no Brasil nas duas últimas décadas apresentaram profundas alterações em seus objetivos e conteúdos. A descentralização de suas ações e dos recursos direcionaram-as cada vez mais para parcelas específicas da população desempregada ou aos trabalhadores pertencentes ao setor informal, com isso as políticas de emprego assumem um papel mais passivo na geração de ocupações.

Se no pós-guerra as políticas de emprego foram concebidas de maneira sistêmica sendo viabilizadas a partir do conjunto da política macro econômica comprometida com o pleno emprego, atualmente as políticas de emprego estão limitadas a determinadas ações sobre o mercado de trabalho.

Existem cinco elementos-chaves na determinação de emprego no capitalismo contemporâneo [...] observa-se também que a maior desarticulação entre os cinco elementos-chaves de determinação do emprego no capitalismo contemporâneo (políticas macro-econômicas, paradigma técnico produtivo, políticas de bem-estar social, sistema de

relação de trabalho e políticas de emprego) compromete sensivelmente as possibilidades de ampliação do emprego e renda de modo satisfatório (Pochamnn, 1999:132).

A análise dos indicadores sociais sobre o mundo do trabalho no Brasil, em geral aponta a urgência em se buscar alternativas para o enfrentamento dos desafios e limites das políticas de emprego, no sentido de apontar caminhos para a geração de emprego e renda.

Algumas alternativas de políticas ativas e compensatórias poderiam ser implementadas com grande ganho do ponto de vista ocupacional.

O Brasil pode assumir um projeto nacional capaz de definir as linhas gerais de crescimento econômico sustentável, com justiça social, onde a questão do emprego receba um tratamento especial na agenda nacional. Na mesma proporção a reforma agrária, se efetivada, poderá difundir efeitos extremamente positivos na geração de emprego e renda no campo. Apesar do inchamento demográfico das cidades, o país ainda conta com grande parcela de uma mão-de-obra vivendo no campo. Diante desse quadro social a reestruturação fundiária contribuirá para a manutenção do homem no campo, evitando a migração para as cidades. Contudo, poderá fomentar o setor primário e de agro-indústria em várias regiões aumentando as oportunidades de emprego.

A desconcentração de renda poderá estimular a geração de mais empregos nos setores secundários e terciários da economia brasileira, além de ampliar o rol de consumidores. Uma distribuição de renda influenciaria também na melhoria de emprego e geração de renda para uma quantidade expressiva de trabalhadores principalmente nos serviços pessoais e de pequenos negócios, como barbeiro, pedreiro, eletricista, encanadores entre outros.

Os investimentos em infra-estrutura também poderão colaborar para aumentar o nível de emprego e renda no Brasil. Portanto, no caso brasileiro a retomada dos investimentos nessa área beneficiará significativamente as políticas de combate ao desemprego. Através da geração imediata de empregos e do aumento do nível de atividades em vários setores econômicos como por exemplo: construção de estradas, saneamento básico, habitações populares, hospitais, escolas, creches, portos, viadutos, aeroportos, energia e telecomunicações. São componentes que se retomados de forma

generalizada trarão impactos positivos diretos e indiretos para a classe trabalhadora brasileira.

Os Serviços Sociais também constituem-se em uma alternativa para o melhoramento das políticas ativas de trabalho, essas atividades se implementadas e renovadas seriam muito úteis para o combate ao desemprego e as precariedades do mundo do trabalho nacional. Algumas atividades poderão de início ser desenvolvidas: por exemplo, os programas de trabalho no âmbito da atualidade coletiva (frente ao trabalho, urbano e rural), a melhoria na qualidade e eficiência nos serviços públicos, ampliação das atividades de parceria entre as comunidades, de assistência e de prestação de serviços, os programas de estágio guardados suas especificidades também poderiam contribuir.

Sobre esse assunto, é necessário observar que a efetiva melhoria dos serviços sociais envolveria uma ampliação dos recursos e isso implica em uma ampla reforma tributária, que abrirá caminho ao combate às questões polêmicas como a evasão fiscal, a racionalização e a moralização dos gastos públicos, o combate direto à corrupção e ao despotismo, a universalização das atividades e serviços de boa qualidade na educação, na saúde e na assistência social.

Por outro lado, a adoção de algumas políticas compensatórias de trabalho, poderiam impedir o aumento do desemprego e favorecer o tratamento social dos que não fazem parte oficialmente do mercado de trabalho.

Os cursos de formação e qualificação profissional, as agências públicas de intermediação de mão-de-obra são elementos que favorecem a manutenção do nível de emprego.

A implementação de programas destinados a diminuição de mão-de-obra com ações concretas voltadas à ampliação da idade mínima para o trabalho, combate ao trabalho infantil, diminuição dos limites de aposentadoria e criação de mecanismo legal que venha dificultar o rompimento do contrato de trabalho, aliado a democratização das relações do trabalho, pode contribuir para o estabelecimento da precarização do emprego e das condições de trabalho.

Sobre isso, Pochmann (1999) observa que o Brasil reúne condições técnicas apropriadas para melhor enfrentar a situação de ampliação da insegurança no trabalho.

Para ele, no entanto, o entrave parece residir na falta de condições políticas necessárias e suficientes para a superação dos limites e dos desafios das políticas de emprego.

Parece que Pochmann tem razão, haja vista noticiário publicado recentemente (Folha de São Paulo, 10 de maio de 2000 – Orçamento), revelando que o Governo Federal investiu até o final de agosto apenas 10% do que estava previsto no Orçamento da União, para o ano 2000. Segundo a matéria publicada dos R\$ 12 bilhões que o Governo dispõe para investimento apenas 1,2 bilhões foram gastos. Sendo que os menores investimentos estão ocorrendo justamente em áreas sociais, como saúde (4,97% do previsto), assistência social (6,48%), reforma agrária (6,62%) e habitação (0,35%). Por outro lado, o Ministério da Defesa, recebeu até agosto R\$ 250 milhões, o que corresponde a 19,34% da previsão em investimento em seu orçamento. Acontece que a maior parte desse dinheiro foi aplicado no polêmico SIVAM (Defesa da Amazônia). Outro fator alarmante dessa constatação é que apesar dos argumentos do Governo em relação à lei eleitoral e à demora na aprovação do orçamento, a reportagem revela que alguns setores não tiveram problemas para liberação de verbas. Pois, só nos oito primeiros meses do ano, foram gastos 146 milhões em publicidade, além da exorbitância, esse valor corresponde à soma dos investimentos feitos no mesmo período em saúde (R\$ 69 milhões), educação (R\$ 55 milhões) e ciência e tecnologia (R\$ 22 milhões). Somente as diárias gastas com funcionários públicos consumiram R\$ 237 milhões, cinco vezes mais do que o investimento em agricultura. Os gastos com passagens aéreas, com festividades e homenagens chegaram ao montante de R\$ 2,3 milhões e foram oito vezes superiores à verba destinada ao desporto e lazer.

No capítulo seguinte trataremos do emprego formal em Santa Catarina. De forma demonstrativa apanharemos os grandes setores econômicos de cada micro-região do Estado.

CAPÍTULO 3

Economias regionais catarinenses e a participação do emprego formal por grandes setores econômicos

Neste capítulo faremos um estudo geral da empregabilidade no Estado de Santa Catarina. Nosso ponto de partida será a divisão geográfica utilizada pelo IBGE, que divide o Estado em seis grandes regiões e vinte micro-regiões. Apresentaremos as características econômicas de cada micro e macro-região geográfica. Em seguida apresentaremos os dados, seguidos de análise, sobre o emprego formal nas vinte micro-regiões catarinenses, buscando a reflexão sobre a participação do emprego com carteira assinada nos setores econômicos que sustentam as economias regionais.

O Estado de Santa Catarina está localizado no centro da Região Sul do Brasil. Possui uma área correspondente a 95.442,9km², o que equivale a 16,54% de toda região sul e 1,2% da área total do Brasil. Sua extensão total é de 2.703km, sendo 561,4km de costa com o Oceano Atlântico.

A densidade demográfica em 1999, segundo dados do IBGE/2000, era de 5.114.846 habitantes, sendo que 3.751.475 residem na área urbana e 1.363.371 na área rural. Em relação à faixa etária, a predominância da população encontra-se entre 15 a 59 anos. Este contingente é responsável por 63% do total de habitantes no Estado de Santa Catarina².

A estruturação populacional é bastante uniforme, apenas nove municípios possuem mais de 100 mil habitantes. Tendo como capital administrativa Florianópolis, Santa Catarina possuía até o ano de 1996, 250 municípios; a partir de janeiro de 1997, foram emancipando 43 novas cidades, totalizando os 293 municípios que formam o quadro geográfico atual do Estado.

Mesmo com uma população equivalente a 3% da população total do Brasil, Santa Catarina tem uma posição de destaque na formação do produto interno bruto (PIB) do país.

² Dados colhidos na SDF/DMT/SINE – 2000.

Em 1997, o PIB do Estado mostrou uma taxa de crescimento de 6,8% em relação a 1996, totalizando um movimento de 31,6 bilhões de reais, sendo que 35,7% foi proporcionado pela indústria de transformação. O restante do PIB está relativamente distribuído entre as demais atividades econômicas do Estado.

A diversidade e o equilíbrio das atividades econômicas são as principais características da economia catarinense. A agropecuária, a indústria e os serviços estão presentes em todo o território estadual, isso fez com que cada região se desenvolvesse dentro de suas características geográficas e diversidades econômicas.

Para o IBGE (2000), Santa Catarina pode ser dividida em seis grandes regiões, compostas por 30 micro-regiões. No aspecto geral, se comparado ao cenário nacional, verifica-se que as condições sócio-econômicas internas são estáveis e conseqüentemente de boa qualidade para seus habitantes. A predominância de pequenas propriedades, talvez tenha contribuído para a formação dessa realidade, já que das 240.000 propriedades rurais existentes no Estado, a grande maioria é propriedade de médios e pequenos produtores, o que demonstra uma melhor distribuição e uma possibilidade maior de favorecer o desenvolvimento.

Santa Catarina produz e exporta desde produtos alimentícios (vocaçãõ agro-industrial do Oeste) até a extração de recursos naturais (no Sul) como o carvão, responsável por 65% da produção nacional, além de reservas de outros minerais como: apatita, bauxitas, argila, calcário, etc. O Vale o Itajaí abriga a maior concentração de indústrias têxteis e do vestuário do país; a Grande Florianópolis, além da indústria do turismo, possui pólos tecnológicos através de seus centros de pesquisa; no Norte, na região de Joinville, concentra-se o maior parque industrial do Estado, onde destaca-se a indústria eletro-metal-mecânica e as atividades econômicas dos ramos madeireiro, mobiliário e papel/papelão são intensamente desenvolvidos no planalto de Santa Catarina. Em 1998, totalizou-se US\$ 2,60 bilhões em exportação para mais de 160 países de 5 continentes, com isso o Estado atingiu uma participação de 5,09% no total de exportações do país. No ano subsequente, 1999, exportou-se US\$ 2,56 bilhões, principalmente no que se refere à máquinas e aparelhos, material elétrico, animais vivos e produtos do reino animal, alimentício, bebidas e fumos.

A SANTUR – Secretaria Estadual de Turismo do Estado de Santa Catarina, através de pesquisa mercadológica, divulga que nos meses de janeiro e fevereiro de 2000, houve um incremento de 19,4% de turistas em relação ao mesmo período no ano anterior, havendo um aumento em torno de 41,8% na quantidade de turistas estrangeiros.

Conforme dados do CAGED (Cadastro Geral de Empregados e Desempregados), a evolução do índice formal de emprego em Santa Catarina mostra que, depois de quatro anos de retração e pequenas recuperações, interrompidas por crise, reflexos da implantação do Plano Real em julho de 1994, o Estado passou a apresentar um período de crescimento e boa recuperação do nível de atividade.

O Gráfico 2 mostra a evolução do emprego formal de 1992 a 1999.



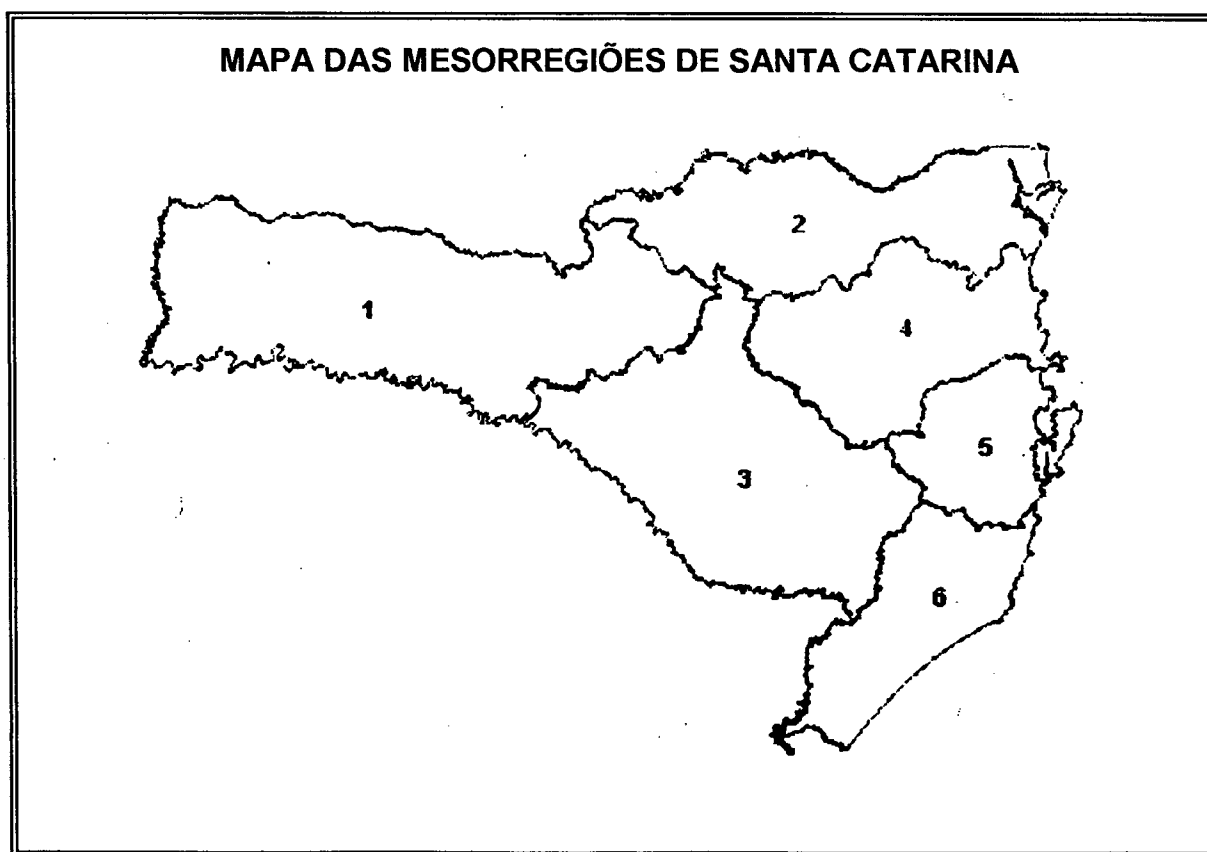
Fonte: SINE/SC

O processo de desvalorização do real, que começou em janeiro de 1999, mostrou seus reflexos positivos no nível de emprego a partir de junho de 1999. O bom desempenho de Santa Catarina nos nove primeiros meses de 2000 foi resultado do

aquecimento da demanda gerada pela tendência de redução nas taxas de juros que estão impulsionando a economia total. No resultado acumulado do ano, a indústria de transformação foi responsável por cerca de 55% das oportunidades ocupacionais oferecidas. Por outro lado, as indústrias cerâmica e têxtil/vestuário sofreram abalos financeiros com os problemas do mercado global, enfrentados pelas crises mundiais, em especial da Ásia. Contudo, observa-se que o parque industrial catarinense encontra-se em crescimento.

3.1. Demanda de mercado e as divisões das grandes regiões

Para apreender a demanda de mercado geral de Santa Catarina teremos como fio condutor a divisão territorial utilizada pelo IBGE:



Fonte: SDE/SC (Secretaria do Estado Desenvolvimento Econômico e Integração ao Mercosul).

1. Mesorregião Oeste Catarinense

O oeste catarinense apresenta características agro-industriais, voltado principalmente para o abate e processamento de matéria-prima de origem animal (suínos e aves). As micro-regiões geográficas que possuem maior participação na exportação de produtos *made in* Santa Catarina são Chapecó, Concórdia, Joaçaba, cujo produto mais exportado é a carne de aves e suínos. O cultivo das mais variadas lavouras são no sentido de apoiar esses segmentos produtivos.

A grande região do oeste catarinense é formada por cinco pequenas regiões:

1 – Micro-região Geográfica de São Miguel
2 – Micro-região de Chapecó
3 – Micro-região de Xanxerê
4 – Micro-região Geográfica de Joaçaba
5 – Micro-região Geográfica de Concórdia

2. Mesorregião norte catarinense

O projeto de colonização da região norte foi organizado e significativamente implantado a partir da segunda metade do século XIX. Resultou na formação de grandes centros urbanos, que originou a concentração de um representativo parque industrial diversificado, onde predomina o ramo mecânico, têxtil e plástico. Na micro-região de Joinville concentra-se empresas de grande porte e alta tecnologia, com presença expressiva no mercado internacional. Entre os produtos produzidos pelas principais indústrias do setor destacam-se motocompressores herméticos para refrigeradores, geladeiras, motores elétricos, conexões de ferro maleável e componentes para a indústria automobilística.

Na micro-região de São Bento do Sul destaca-se a indústria moveleira com significativa repercussão no total das exportações catarinenses.

A grande região norte catarinense é formada por três micro-regiões:

1 – Micro-região Geográfica de Canoinhas
2 – Micro-região Geográfica de São Bento do Sul
3 – Micro-região Geográfica de Joinville

3. Mesorregião serrana

Esta grande região tem suas origens econômicas na criação de bovinos e na extração de madeira e erva mate. O cultivo de frutos também se destaca. O extrativismo proporcionou o surgimento de ramos industriais de madeira, mobiliário e celulose.

A grande região serrana é composta por duas micro-regiões:

1 – Micro-região Geográfica de Curitibanos
2 – Micro-região Geográfica de Campos de Lages

4. Mesorregião Vale do Itajaí

O surgimento desta região também foi acompanhada pela formação de grandes e significativos centros urbanos, dando origem a um parque industrial diversificado, predominando os ramos têxtil e plástico. O Vale do Itajaí abriga a maior concentração de indústria têxtil/vestuário do país. Tal setor investe continuamente em inovações tecnológicas, incorporando máquinas, equipamentos e novos métodos de produção que lhe trazem ganhos representativos em qualidade, produtividade e competitividade.

A grande região Vale do Itajaí é composta por quatro micro-regiões:

1 – Micro-região Geográfica de Rio do Sul
2 – Micro-região Geográfica de Blumenau
3 – Micro-região Geográfica de Itajaí
4 – Micro-região Geográfica de Ituporanga

5 – Mesorregião Grande Florianópolis

Esta região sustenta-se a partir de uma estrutura minifundiária, com utilização do solo por culturas diversificadas e de subsistência. A pesca sobretudo a artesanal, tem

sido marcante na formação econômica regional. Entretanto, o turismo e o comércio são as atividades de maior importância econômica para a região. Além da atividade relacionada ao turismo a Grande Florianópolis abriga um pólo tecnológico – tecnópolis, oferecendo condições especiais para investimentos de alta tecnologia, contando com uma importante e dinâmica estrutura de apoio, composta de mais de 60 laboratórios, centros de pesquisa e uma escola de novos empresários.

A mesorregião da Grande Florianópolis é composta por três micro-regiões:

1 – Micro-região Geográfica de Tijucas
2 – Micro-região Geográfica de Florianópolis
3 – Micro-região Geográfica de Tabuleiro

6 – Mesorregião sul catarinense

As atividades mais importantes dessa região estão ligadas à extração do carvão mineral e à produção de revestimentos cerâmicos. Recentemente as indústrias de confecção têxtil e calçadista vêm despontando na região.

Santa Catarina produz mais de 65% do carvão nacional. Sua bacia carbonífera possui uma extensão de 100km, uma área com largura média de 20km. Além da parcela de carvão metalúrgico produz-se compulsoriamente a fração de carvão energético, utilizado na geração de energia elétrica, podendo também ser utilizado futuramente na produção de gás combustível e de uma série de produtos carboquímicos.

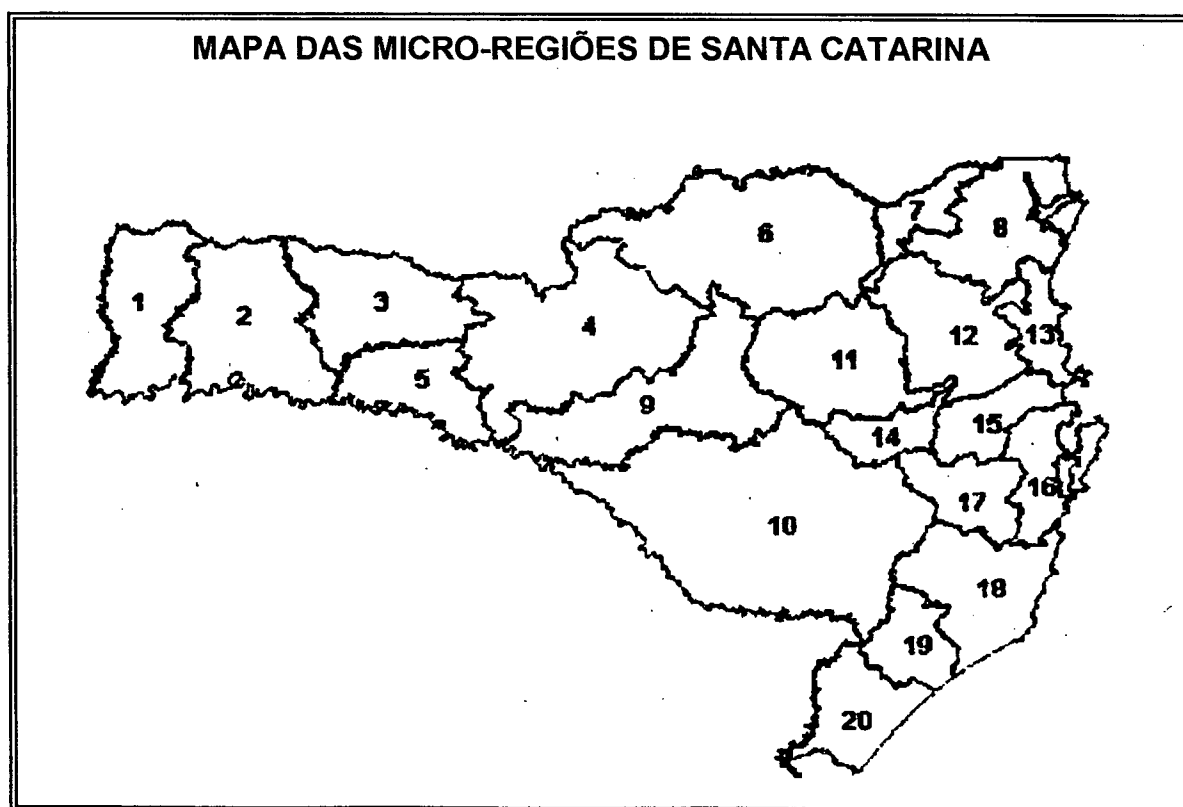
Esta grande região sul catarinense é formada por três micro-regiões:

1 – Micro-região Geográfica de Tubarão
2 – Micro-região Geográfica de Criciúma
3 – Micro-região Geográfica de Araranguá

Conforme já mostramos, dentro das seis mesorregiões estabelecidas pelo IBGE, situam-se as vinte micro-regiões que compõem o Estado de Santa Catarina. Analisamos na seqüência algumas características do mercado de trabalho de cada micro-região, tendo como base as informações da RAIS (Relação Anual de Informações Sociais) e do CAGED (Cadastro Geral de Empregados e Desempregados). Julgamos que estes dados

estatísticos fornecem informações que apontam as tendências do mercado formal de trabalho, situando o potencial e a vocação econômica de cada região. Considerando que na atual conjuntura nacional o mercado formal representa apenas cerca de 50% do mercado de trabalho, e que Santa Catarina não possui ainda pesquisas científicas domiciliares, que possam fornecer a taxa de desemprego, bem como indicadores para analisar o mercado informal, ao contrário de algumas regiões metropolitanas (Belo Horizonte, São Paulo, Belém, Porto Alegre, Curitiba, Distrito Federal, Recife e Salvador), que são contemplados com estas pesquisas realizadas pelo IBGE ou SEADE (Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados) em conjunto com o DIEESE (Departamento Intersindical de Estatística e Estudo Sócio-Econômico).

3.2. As micro-regiões e a distribuição de emprego formal



Fonte: SDE/SC – 2000.

1. Micro-região geográfica de São Miguel D'Oeste

Esta micro-região é composta pelos municípios agrupados no quadro abaixo:

<i>MUNICÍPIOS DA MICRO-REGIÃO DE SÃO MIGUEL D'OESTE</i>		
Anchieta	Guarujá do Sul	Riquesa
Bandeirante	Iporã do Oeste	Romelândia
Barra Bonita	Itapiranga	Santa Helena
Belmonte	Mondai	São João do Oeste
Descanso	Palma Sola	São José do Cedro
Dionísio Cerqueira	Paraíso	São Miguel D'Oeste
Guaraciaba	Princesa	Tunápolis

Dados: RAIS -1998

Conforme os dados da RAIS/1998, atualizados pelo CAGED no período compreendido ente janeiro de 1999 à julho de 2000, a tendência do mercado dessa micro-região direciona-se majoritariamente para o grande setor de serviços.

O setor de serviços além de mostrar significativa representação no mercado formal de trabalho desses municípios, é responsável pelo crescimento do nível de emprego. Contudo, destaca-se o desempenho do subsetor serviços de alojamento, alimentação, reparos e manutenção. Apesar dos registros administrativos não apontarem considerável participação do emprego formal no grande setor da agropecuária, boa parte da mão-de-obra dessa micro-região desenvolve uma intensa atividade agrícola na informalidade (autônomo, sem carteira, conta própria e economia familiar).

O emprego formal esta distribuído nos cinco grandes setores econômicos da micro-região de São Miguel D'Oeste, sendo que a maior parte dos trabalhadores formais estão concentrados no setor de serviços. Este setor é responsável por grande parte dos empregos formais, existindo ainda o setor da indústria, do comércio, da agropecuária e da construção civil que juntos formam o mercado formal de trabalho nessas localidades.

<i>Participação do emprego formal por grande setor econômico local</i>	
Serviços	42,51%
Indústria	28,47%
Comércio	20,02%
Agropecuária	05,68%
Construção Civil	03,32%

Dados: RAIS, 1998.

2. Micro-região geográfica de Chapecó

Formada pelos municípios relacionados no quadro a seguir:

<i>MUNICÍPIOS DA MICRO-REGIÃO DE CHAPECÓ</i>		
Águas de Chapecó	Nova Erechim	Formosa do Sul
Água Fria	Saltinho	Nova Itaberaba
Bom Jesus do Oeste	Santa Terezinha	Novo Horizonte
Caibé	Progresso	Palmitos
Campo Erê	Santiago do Sul	Pinhalzinho
Caxambú do Sul	São Bernardino	Planalto Alegre
Chapecó	São Carlos	Quilombo
Guatambú	São Lourenço D'Oeste	São Miguel da Boa Vista
Iraceminha	Cordilheira Alta	Saudades
Irati	Coronel Freitas	Serra Alta
Sandinópolis	Cunha Porã	Sul Brasil
Maravilha	Cunhataí	Tigrinhos
Modelo	Flor do Sertão	União do Oeste

O grande setor industrial, principalmente o referente à agro-indústria apresentou uma significativa participação no emprego formal na micro-região de Chapecó. Dados da RAIS – 1998, mostram que este setor retinha 38,49% dos empregos formais. A novidade para esse conjunto de municípios fica por parte do grande crescimento da indústria de transformação, que vem aumentando seu nível de contratação formal. Essa observação refere-se ao período de janeiro de 1999 à junho de 2000.

<i>Participação do emprego formal por grande setor econômico local</i>	
Serviços	33,83%
Indústria	38,49%
Comércio	20,62%
Agropecuária	02,83%
Construção Civil	04,23%

Dados: RAIS, 1998

3. Micro-região Geográfica de Xanxerê

Formada pelos municípios relacionados a seguir:

<i>MUNICÍPIOS DA MICRO-REGIÃO DE XANXERÊ</i>		
Abelardo Luz	Ipuacu	Ponte Serrana
Bom Jesus	Jupia	São Domingos
Coronel Martins	Lageado Grande	Margeão
Entre Rios	Marema	Xanxerê
Faxinal dos Guedes	Ouro Verde	Xaxim
Galvão	Passos Maia	

A novidade dessa micro-região fica por conta de Xanxerê, onde a indústria em 1998 absorveu a maior parte da participação do emprego formal, ultrapassando o setor

de serviços que historicamente tem sido um absorvedor de trabalho formal. Entretanto, no período de janeiro de 1999 à junho de 2000, a indústria de transformação mostrou crescimento no nível de emprego, em especial destaca-se o desempenho da indústria de produtos alimentícios, bebidas e álcool etílico, da indústria de madeira e do mobiliário e da indústria metalúrgica.

<i>Participação do emprego formal por grande setor econômico local</i>	
Serviços	33,28%
Indústria	34,98%
Comércio	19,29%
Agropecuária	08,80%
Construção Civil	03,56%

Dados: RAIS, 1998.

4. Micro-região Geográfica de Joaçaba

Formada pelos municípios relacionados no quadro a seguir:

<i>MUNICÍPIOS DA MICRO-REGIÃO DE JOAÇABA</i>		
Água Doce	Jabirá	Erval Velho
Arroio Trinta	Joaçaba	Fraiburgo
Caçador	Matos Costa	Herval D'Oeste
Calmon	Ouro	Malieira
Capinzal	Pinheiro Preto	Tangará
Ibiam	Rio das Antas	Treze Tílias
Ibicaré	Salto Veloso	Vargem Bonita
Iomere	Catanduva	Videira

Também na micro-região de Joaçaba, o setor industrial mostrou uma grande participação no emprego formal, ou seja, 40,18%. No período compreendido entre janeiro de 1999 à junho de 2000, a indústria de transformação mostrou bom desempenho no nível de emprego, principalmente nos subsetores da indústria de produtos alimentícios. A exemplo da micro-região de Xanxerê, cresceu a contratação formal na indústria de bebidas e álcool etílico e na indústria de madeira e do mobiliário. A novidade dessa região é o desenvolvimento da atividade agrícola, cujos responsáveis são ainda os colonizadores alemães e italianos, provenientes do Rio Grande do Sul. Fato este que atrelou o desenvolvimento da industrialização local ao crescimento da agricultura. Já em Videira destaca-se a indústria de produtos agro-industriais, responsável por boa parte da produção de alimentos do Estado. Por outro lado, em Fraiburgo o clima temperado é próprio para o cultivo da fruticultura, destacando-se a produção de maçã, que atualmente movimentava o mercado formal e informal de trabalho, gerando empregos temporários. Devido a sazonalidade da agricultura, Fraiburgo detém em torno de 67% da produção de maçã do Estado.

<i>Participação do emprego formal por grande setor econômico local</i>	
Serviços	31,95%
Indústria	40,28%
Comércio	13,51%
Agropecuária	11,57%
Construção Civil	02,70%

Dados: RAIS, 1998.

5. Micro-região geográfica de Concórdia

Formada pelos municípios relacionados no quadro abaixo:

MUNICÍPIOS DA MICRO-REGIÃO DE CONCÓRDIA		
Alto Bela Vista	Ipumirim	Peritiba
Arabutã	Irani	Piratuba
Arvoredo	Itá	Presidente Castelo Branco
Concórdia	Lindóia do Sul	Seara
Ipira	Paial	Xavantina

Na micro-região de Concórdia o setor de serviços absorve a maior parte da participação do emprego formal, ou seja, 44,57%. No período compreendido entre janeiro de 1999 à junho de 2000, o setor de serviços apresentou um significativo crescimento, destacando-se o desempenho do subsetor de transporte e comunicações. O grande setor industrial também tem representatividade no mercado formal de trabalho. A região de Concórdia concentra significativa produção agro-alimentar do Estado, constituindo-se em um parque industrial importante desse ramo, obtendo prestígio nacional e internacional, com empresas como Sadia e Perdigão.

<i>Participação do emprego formal por grande setor econômico local</i>	
Serviços	44,57%
Indústria	27,22%
Comércio	17,74%
Agropecuária	02,74%
Construção Civil	07,72%

Dados: RAIS, 1998.

6. Micro-região Geográfica de Canoinhas

Formada pelos municípios relacionados abaixo:

<i>MUNICÍPIOS DA MICRO-REGIÃO DE CANOINHAS</i>		
Bela Vista do Toldo	Major Vieira	Timbó Grande
Canoinhas	Monte Castelo	Três Barras
Irenópolis	Papanduva	Campo Alegre
Itaiópolis	Porto União	Rio Negrinho
Mafra	SantaTerezinha	São Bento do Sul

Nesta micro-região o setor industrial absorveu boa parcela do emprego formal. No período analisado, de janeiro de 1999 à junho de 2000, o setor industrial de transformação também expandiu suas oportunidades de trabalho, em especial as indústrias de papel, papelão, editorial gráfico e da indústria de produtos alimentícios e bebidas.

<i>Participação do emprego formal Por grande setor econômico local</i>	
Serviços	33,31%
Indústria	38,01%
Comércio	18,44%
Agropecuária	07,95%
Construção Civil	02,25%

Dados: RAIS, 1998.

7. Micro-região Geográfica de São Bento do Sul

Formada pelos municípios relacionados no quadro abaixo:

<i>MUNICÍPIOS DA MICRO-REGIÃO DE SÃO BENTO DO SUL</i>		
Campo Alegre	Rio Negrinho	São Bento do Sul

A micro-região de São Bento do Sul mostra uma significativa participação do emprego formal no grande setor da indústria. De janeiro de 1999 à junho de 2000 a indústria de transformação se destacou em relação ao crescimento no nível de emprego, com destaque para a indústria da madeira e do mobiliário e a indústria de produtos minerais não metálicos.

<i>Participação do emprego formal por grande setor econômico local</i>	
Serviços	28,21%
Indústria	60,81%
Comércio	08,77%
Agropecuária	00,88%
Construção Civil	01,33%

Dados: RAIS, 1998.

8. Micro-região Geográfica de Joinville

Formada pelos municípios relacionados no quadro abaixo:

<i>MUNICÍPIOS DA MICRO-REGIÃO DE JOINVILLE</i>		
Araquari	Guaramirim	Massaranduba
Balneário Barra do Sul	Itapoá	São Francisco
Corupá	Jaraguá do Sul	Schroeder
Garuva	Joinville	

Nesta micro-região o setor da indústria absorveu a maior parte dos empregos formais no ano de 1998. No período de janeiro de 1999 à junho de 2000, os subsetores da mecânica e da fabricação têxtil/vestuário e artefatos de tecidos tiveram o melhor rendimento na absorção de mão-de-obra com carteira assinada. Sabe-se que desde o início do século XX a micro-região de Joinville já se destacava por sua metalurgia, estendendo-se ao ramo têxtil e mobiliário. Na atualidade Joinville é tida como a cidade pólo eletro-metal-mecânico, formado por 1.214 empresas metalúrgicas, 4.989 mecânicas e 94 de material elétrico e de comunicações.

<i>Participação do emprego formal por grande setor econômico local</i>	
Serviços	32,85%
Indústria	47,81%
Comércio	14,29%
Agropecuária	01,44%
Construção Civil	03,61%

Dados: RAIS, 1998.

9. Micro-região Geográfica de Curitiba

Formada pelos municípios relacionados no quadro abaixo:

<i>MUNICÍPIOS DA MICRO-REGIÃO DE CURITIBANOS</i>		
Abdon Batista	Frei Rogério	Santa Cecília
Brunópolis	Monte Carlo	São Cristóvão do Sul
Campos Novos	Ponte Alta	Vargem
Curitibanos	Ponte Alta do Monte	Zortéia

Na micro-região de Curitiba, mesmo com a vasta área agropecuária, o setor da indústria mostrou maior participação dos empregos formais em 1998. No período compreendido entre janeiro de 1999 à junho de 2000, a indústria de transformação mostra crescimento no nível de emprego, destacando-se o desempenho industrial da madeira e do mobiliário e também da indústria de papel, papelão, editorial e gráfico.

<i>Participação do emprego formal por grande setor econômico local</i>	
Serviços	30,31%
Indústria	38,24%
Comércio	15,51%
Agropecuária	14,32%
Construção Civil	01,53%

Dados: RAIS, 1998.

10. Micro-região Geográfica de Campos de Lages

Formada pelos municípios relacionados no quadro abaixo:

MUNICÍPIOS DA MICRO-REGIÃO DE CAMPOS DE LAGES		
Anita Garibaldi	Celso Ramos	Palmeira
Bocaiúva do Sul	Cerro Negro	Rio Rufino
Bom Jardim da Serra	Correia Pinto	São Joaquim
Bom Retiro	Lages	São José do Cerrito
Campo Belo do Sul	Otacílio Costa	Urubici
Capão Alto	Painel	Urupema

Nesta micro-região a absorção do trabalho formal fugiu a regra. O setor de serviços absorveu a maior parte dos empregos formais em 1998. No entanto, no período entre janeiro de 1999 à junho de 2000, o setor de serviços mostrou retração no nível de emprego, devido ao baixo desempenho do subsetor comércio e administração de imóveis e valores mobiliários e o serviço de alojamento, alimentação, reparos e manutenção. Por outro lado, o setor industrial que não é o mais significativo da região, em relação ao objeto que analisamos, de janeiro de 1999 à julho de 2000 mostrou crescimento na indústria de transformação. Destacando-se os subsetores da indústria da madeira e do mobiliário e da indústria têxtil vestuário. Em relação à agropecuária, que é um importante setor para a economia da região, o curioso é que ela não se destaca da mesma forma em relação às contratações com carteira assinada; nessa situação destaca-se o município de São Joaquim.

Participação do emprego formal por grande setor econômico local	
Serviços	40,77%
Indústria	25,97%
Comércio	19,00%
Agropecuária	10,54%
Construção Civil	03,69%

Dados: RAIS, 1998.

11. Micro-região Geográfica de Rio do Sul

Formada pelos municípios relacionados no quadro abaixo:

<i>MUNICÍPIOS DA MICRO-REGIÃO DE RIO DO SUL</i>		
Agronômica	Lontras	Rio do Sul
Aurora	Mirim Doce	Salete
Braço do Trombudo	Pouso Redondo	Taió
Dona Emara	Presidente Getúlio	Trombudo Central
Ibirama	Presidente Nereu	Vitor Meireles
José Boiteux	Rio do Campo	Witmarsum
Laurentino	Rio do Oeste	

Nesta micro-região o setor da indústria absorveu a maior parte dos empregos formais no ano de 1998. Entre janeiro de 1999 à julho de 2000, o setor da indústria de transformação apresentou expansão nas oportunidades de emprego formal principalmente na indústria da madeira e do mobiliário e na indústria têxtil do vestuário e artefatos de tecidos.

<i>Participação do emprego formal por grande setor econômico local</i>	
Serviços	38,39%
Indústria	45,00%
Comércio	13,95%
Agropecuária	01,40%
Construção Civil	01,28%

Dados: RAIS, 1998.

12. Micro-região Geográfica de Blumenau

Formada pelos municípios relacionados no quadro abaixo:

MUNICÍPIOS DA MICRO-REGIÃO DE BLUMENAU		
Apiúna	Brusque	Luiz Alves
Ascurra	Doutor Rodrigo	Pomerode
Benedito Novo	Gaspar	Rio dos Cedros
Blumenau	Guabiruba	Rodeio
Botuverá	Indaial	Timbó

Blumenau com seu vasto setor industrial é destaque dentre tais municípios. Em 1998 colaborou para que a região tivesse no setor industrial a maior absorção do emprego formal. Já no período de janeiro de 1999 à junho de 2000, o setor da indústria de transformação apresentou significativa expansão do emprego, destacando-se o subsetor da indústria têxtil, vestuário e da indústria da borracha, fumo e couros. Blumenau pode ser considerada a capital do pólo têxtil catarinense, destacando-se como o segundo maior do mundo.

<i>Participação do emprego formal por grande setor econômico local</i>	
Serviços	27,10%
Indústria	54,11%
Comércio	15,33%
Agropecuária	00,43%
Construção Civil	03,03%

Dados: RAIS, 1998.

13. Micro-região Geográfica de Itajaí

Formada pelos municípios relacionados no quadro abaixo:

<i>MUNICÍPIOS DA MICRO-REGIÃO DE ITAJAÍ</i>		
Balneário Camboriú	Ilhota	Penha
Barra Velha	Itajaí	Piçarras
Bombinhas	Itapema	Porto Belo
Camboriú	Navegantes	São João do Itaperiú

Em 1998 na micro-região de Itajaí o setor de serviços absorveu a maior parte dos empregos formais. No período entre janeiro de 1999 à junho de 2000, o setor de serviços apresentou retração no nível de emprego, decorrente do baixo desempenho do setor de serviços de alojamento, alimentação, reparo e manutenção, que é um subsetor que apresenta alta rotatividade de mão-de-obra, por ser sazonal. Essa micro-região abrange municípios com vocação no ramo do turismo e, portanto, expande as oportunidades de trabalho conforme os períodos de aquecimento turístico.

<i>Participação do emprego formal por grande setor econômico local</i>	
Serviços	46,74%
Indústria	17,43%
Comércio	23,98%
Agropecuária	03,63%
Construção Civil	08,20%

Dados: RAIS, 1998.

14. Micro-região Geográfica de Ituporanga

Formada pelos municípios relacionados no quadro abaixo:

<i>MUNICÍPIOS DA MICRO-REGIÃO DE ITUPORANGA</i>	
Agrolândia	Ituporanga
Atalanta	Petrolândia
Chapadão do Lageado	Vidal Ramos
Imbuia	

O grande setor industrial dessa região absorveu a maior parte dos empregos formais no ano de 1998. É importante ressaltar que no período de janeiro de 1999 à junho de 2000, a indústria de transformação apresentou um considerável crescimento na região, em especial na indústria têxtil/vestuário.

<i>Participação do emprego formal por grande setor econômico local</i>	
Serviços	34,14%
Indústria	38,30%
Comércio	23,04%
Agropecuária	02,60%
Construção Civil	01,92%

Dados: RAIS, 1998.

15. Micro-região Geográfica de Tijucas

Formada pelos municípios relacionados no quadro abaixo:

<i>MUNICÍPIOS DA MICRO-REGIÃO DE TIJUCAS</i>	
Angelina	Nova Trento
Canelinha	São João Batista
Leoberto Leal	Tijucas
Major Gercino	

Nessa micro-região o setor da indústria novamente apresenta maior nível de absorção de empregados com carteira assinada. Entre janeiro de 1999 à junho de 2000 essa micro-região passou a conviver com uma significativa extensão da indústria de calçados e de produtos minerais não metálicos. Fato este que revelou que a indústria de transformação cresceu também nessa micro-região.

<i>Participação do emprego formal por grande setor econômico local</i>	
Serviços	28,88%
Indústria	48,48%
Comércio	13,00%
Agropecuária	01,52%
Construção Civil	08,12%

Dados: RAIS, 1998.

16. Micro-região Geográfica de Florianópolis

Formada pelos municípios relacionados no quadro abaixo:

<i>MUNICÍPIOS DA MICRO-REGIÃO DE FLORIANÓPOLIS</i>		
Antônio Carlos	Governador Celso Ramos	Santo Amaro da Imperatriz
Biguaçu	Palhoça	São José
Florianópolis	Paulo Lopes	São Pedro de Alcântara

Na micro-região de Florianópolis, o setor de serviços absorveu boa parte dos empregos formais no ano de 1998, inclusive no período de janeiro de 1999 à junho de 2000 o setor de serviços mostrou expansão no nível de emprego, em especial a administração de imóveis e o setor de ensino. O turismo é um ramo de importante relevância nessa micro-região. Ele incrementa basicamente todos os subsetores de serviços, principalmente no período de veraneio. Além disso, a cidade de Florianópolis é um pólo eminentemente administrativo, em função de ser a sede do governo central do Estado, contribuindo com a geração de um grande volume de empregos no setor de serviços.

<i>Participação do emprego formal por grande setor econômico local</i>	
Serviços	71,60%
Indústria	09,35%
Comércio	13,29%
Agropecuária	01,13%
Construção Civil	04,62%

Dados: RAIS, 1998.

17. Micro-região Geográfica de Tabuleiro

Formada pelos municípios relacionados no quadro abaixo:

<i>MUNICÍPIOS DA MICRO-REGIÃO DE TABULEIRO</i>	
Águas Mornas	Rancho Queimado
Alfredo Wagner	São Bonifácio
Anitápolis	

No ano de 1998 na micro-região de Tabuleiro o setor de serviços absorveu a maior parte dos empregos formais. No período entre janeiro de 1999 à junho de 2000 o setor de serviços mostrou crescimento ocupacional destacando-se a expansão do subsetor de transporte e comunicações.

<i>Participação do emprego formal por grande setor econômico local</i>	
Serviços	46,03%
Indústria	42,46%
Comércio	08,31%
Agropecuária	01,70%
Construção Civil	01,45%

Dados: RAIS, 1998.

18. Micro-região Geográfica de Tubarão

Formada pelos municípios relacionados abaixo:

MUNICÍPIOS DA MICRO-REGIÃO DE TUBARÃO		
Armazém	Imbituba	Santa Rosa de Lima
Braço do Norte	Jaguaruna	São Ludgero
Capivari de Baixo	Laguna	São Martinho
Garopaba	Orleans	Treze de Maio
Grão Pará	Pedras Grandes	Tubarão
Gravataí	Rio Fortuna	
Imaruim	Sangão	

A participação do emprego formal na micro-região de Tubarão no ano de 1998 distribuiu-se equilibradamente entre o setor de serviços e o setor da indústria. Já no período de janeiro de 1999 à junho de 2000, o nível de emprego no setor de serviços mostrou crescimento, principalmente no subsetor de ensino e no transporte e comunicações. A indústria de transformação também mostrou expansão ocupacional, destacando-se a performance da indústria metalúrgica, da indústria de madeira e do mobiliário, da indústria química, de produtos farmacêuticos e da indústria têxtil/vestuário.

Participação do emprego formal por grande setor econômico local	
Serviços	37,96%
Indústria	36,31%
Comércio	21,11%
Agropecuária	01,57%
Construção Civil	03,04%

Dados: RAIS, 1998

19. Micro-região Geográfica de Criciúma

Formada pelos municípios relacionados no quadro abaixo:

<i>MUNICÍPIOS DA MICRO-REGIÃO DE CRICIÚMA</i>		
Cocal do Sul	Lauro Müller	Treviso
Criciúma	Morro da Fumaça	Urussanga
Forquilha	Nova Veneza	
Içara	Siderópolis	

O setor industrial concentrou a grande parte dos empregos formais no ano de 1998. No período compreendido entre janeiro de 1999 e junho de 2000, a indústria de transformação apresentou crescimento, destacando-se o subsetor têxtil, do vestuário e artefatos de tecidos, a indústria de madeira e do mobiliário e a indústria metalúrgica. Atualmente, essa micro-região vem se destacando no ramo têxtil/vestuário.

<i>Participação do emprego formal por grande setor econômico local</i>	
Serviços	29,70%
Indústria	47,81%
Comércio	17,02%
Agropecuária	01,35%
Construção Civil	04,07%

Dados: RAIS, 1998.

20. Micro-região Geográfica de Araranguá

Formada pelos municípios relacionados no quadro abaixo:

<i>MUNICÍPIOS DA MICRO-REGIÃO DE ARARANGUÁ</i>		
Araranguá	Maracajá	Santa Rosa do Sul
Balneário Arroio do Silva	Meleiro	São João do Sul
Balneário Gaivotas	Morro Grande	Sombrio
Ermo	Passo de Torres	Timbé do Sul
Jacinto Machado	Praia Grande	Turvo

Nessa micro-região o setor da indústria absorveu a maior parte do emprego formal. A indústria de transformação no período de janeiro de 1999 à julho de 2000 mostrou expansão ocupacional formal, principalmente nos subsetores da indústria têxtil/vestuário e artefatos de tecidos, na indústria da borracha, fumo e couros, e na indústria de calçados.

<i>Participação do emprego formal por grande setor econômico local</i>	
Serviços	34,28%
Indústria	36,52%
Comércio	25,32%
Agropecuária	01,39%
Construção Civil	02,44%

Dados: RAIS, 1998.

Em Santa Catarina, o SINE (Sistema Nacional de Emprego), através de informativo divulgado para a imprensa em setembro de 1998, alerta para a necessidade da criação de 40.000 novos empregos, somente para absorção anual pela PEA do estado. Em 1999, com a publicação de um novo documento, o SINE estima que o estado atingiu

a ordem das 53 mil pessoas que ficaram desempregadas ou migraram para a informalidade. No mesmo documento, o SINE calcula que o saldo entre os admitidos e os desligados durante o plano real (jul/94 a jul/99) chegou a 40,685 mil desempregados. Neste período, segundo o relatório, o crescimento de PEA pode ter atingido um somatório entre 140 e 160 mil novas pessoas procurando o seu primeiro emprego, o que em conjunto com os desempregados do mesmo período, corresponde a um total que vai de 176 mil a 200 mil pessoas que precisariam de emprego no estado (CAGED/SINE/SC/1999).

Embora Santa Catarina tenha apresentado nos primeiros sete meses do ano de 1999 uma alta de 0,67% no nível de emprego, ou seja, criou-se no estado, neste período, 5.692 postos de trabalho, somente dois setores da economia – a indústria de transformação com 2,85% e a administração pública com 16,17% – conseguiram apresentar resultado positivo, possibilitando a geração de 8.271 e 3.587 vagas respectivamente; enquanto que na maioria dos segmentos econômicos geradores de empregos a queda de vagas e postos de trabalho foi intensa. As quedas maiores foram na agropecuária (-10,02%) e construção civil (-2,63%) que juntos eliminariam 4.119 empregos conforme mostra o quadro a seguir.

Setor Econômico	Total Adm.	Total Desl.	Saldo	Variações empr. %
Extrativa Mineral	1.071	1.251	-180	-3,8
Indústria Transformação	73.152	64.881	8.271	2,55
Serv. Ind. Util. Púb.	1.093	1.442	-349	-2,47
Construção Civil	18.167	19.288	-1.121	-2,63
Comércio	40.686	41.657	-971	-0,63
Serviços	64.915	65.509	-594	-0,23
Adm. Pública	5.527	1.840	3.587	16,71
Agropecuária	11.170	14.168	-2.998	-10,02
Outros	302	255	47	6,28
TOTAL	215.983	210.291	5.692	0,67

Fonte: MTE – Cadastro Geral de Empregados e Desempregados – CAGED.

Elaboração: Setor de Informação e Análise do Mercado de Trabalho – SINE/SC.

Ainda assim, nos sete primeiros meses de 1999 os 50 maiores municípios de Santa Catarina, em conjunto, criaram 3.599 vagas, que correspondem a uma variação de 0,52% no nível de emprego.

Os municípios que ofertaram a maior quantidade de vagas foram: Blumenau (1,79%), Tubarão (5,71%), Jaraguá do Sul (2,29%), São Bento do Sul (4,83%) e Brusque (3,41%). Esses municípios, em conjunto, foram os responsáveis por cerca de 79% do total de vagas criadas no estado.

Em Blumenau, os maiores geradores de empregos foram a indústria do fumo e a administração pública, com um total de 1.149 empregos oferecidos. Em Tubarão, a administração pública contribuiu com 538 novas vagas; Jaraguá, com 406 novas oportunidades de trabalho oferecidas, teve como grande aliada a indústria têxtil; e, por último, São Bento do Sul, através de indústria da madeira/mobiliário e o ramo de comércio e administração de imóveis, criou 623 novas vagas. Mas, existem os municípios que reduziram a oferta de trabalho: Fraiburgo apresenta-se como destaque – reduziu 34,11%, Balneário Camboriú (-13,56%), Florianópolis (-0,89%), e Joinville (-0,58%).

Para o setor de informação e análise do mercado de trabalho do SINE/SC, as reduções dos postos de trabalho, nos municípios citados, possuem setores específicos: em Fraiburgo, a maior quantidade de fechamento das vagas ocorreu na agricultura – 1.567; em Balneário Camboriú, os 1.590 postos de trabalho extintos partiram do comércio varejista e no subsetor de serviços de alojamento/alimentação. Em Florianópolis, os setores responsáveis pela queda foram os serviços industriais de utilidade pública e as instituições financeiras, que desativaram 707 vagas. E, finalmente, os 341 empregos que desapareceram do mercado de trabalho em Joinville ficam por conta da indústria de material de transporte.

No último informativo sobre a flutuação do emprego formal por setor econômico, o SINE aponta para a necessidade de 50 mil novos empregos anuais em Santa Catarina para que se possa absorver a PEA total do Estado (SINE/2000).

Durante o período analisado (janeiro à dezembro/2000) estimou-se que cerca de 20 mil pessoas ficaram desempregadas e/ou migraram para o mercado de trabalho informal. Um dado que chama a atenção é que nos meses de janeiro e dezembro foram

em torno de 40% dos postos de trabalho que a indústria de transformação acumulou no período de janeiro à novembro do ano 2000. Este fato revela o alto grau de incerteza que a atual conjuntura do mundo do trabalho impõe aos trabalhadores formais, mostrando que este segmento deve se preparar para a instabilidade do mercado, ou seja, para os períodos de retração ocupacional, bem como de expansão ainda que não possa dimensionar se serão curtos ou longos.

CAPÍTULO 4

O Conselho Municipal de Trabalho e Emprego de Florianópolis – CMTE e a participação popular

Com este capítulo pretendemos resgatar uma experiência no campo das políticas públicas, sustentada pelo tripartismo e clarear os arranjos institucionais e políticos que permitiram a formação e sustentaram a relação consensual entre empresários, Governo e trabalhadores. A partir desse entendimento passamos a introduzir uma reflexão sobre o tripartismo no CMTE, o processo de criação, formalização e a relação entre os segmentos sociais que formam a base de sustentação do Conselho Municipal de Trabalho e Emprego de Florianópolis. Busca-se neste capítulo também desvendar os arranjos institucionais, as relações sócio-comunitárias e políticas estabelecidas no interior do Conselho a partir das relações estabelecidas pelas ações realizadas e pelas ações não-realizadas. Com a desmistificação dessas relações pretende-se evidenciar os momentos de convergência e de ruptura entre os segmentos representativos (trabalhadores, Governo e empresários) e entidades comunitárias locais, bem como a relação entre as próprias instâncias formais responsáveis pelas políticas públicas de trabalho e emprego na União, nos Estados e nos Municípios. Com a compreensão dessas relações sócio-políticas buscou-se a apreensão da participação popular, desde o processo de criação até a participação na deliberação de recursos e implementação de políticas de trabalho e emprego local.

No intuito de melhor visualizar o mundo do trabalho em Florianópolis, optamos por mostrar empiricamente através do relato e análise das trajetórias de alguns sujeitos sociais desempregados do município que procuram emprego. Finalizando este capítulo trazemos uma reflexão sobre o trabalho informal, discutindo algumas definições e generalidades.

4.1. Da participação

A marginalização à qual têm sido submetidos os cidadãos em relação aos assuntos de interesse coletivo, na maioria das vezes decididos por uns poucos, tem colocado a questão da participação popular na ordem do dia, provocando mudanças de comportamento de segmentos sociais tradicionais, como os patronais, e de segmentos ditos progressistas como as próprias organizações sindicais. Isto nos conduz à seguinte indagação: o que está acontecendo com a participação? Pois se mostram a favor dela tanto os setores progressistas, que desejam uma democracia mais autêntica, como aqueles segmentos que historicamente são desafetos às organizações e avanço das forças populares. Tomamos este aparte pelo prisma da vantagem/desvantagem: por aí se vê como é complexo a definição e o uso desse termo. Ele pode por um lado ser tratado e utilizado para alcançar objetivos que não contemplem a deliberação pela maioria nem a igualdade; da mesma forma esta categoria pode ser usada para legitimar a manutenção de uma situação de controle de poucos sobre muitos.

Refletir sobre participação significa tratá-la a partir de dois parâmetros, o ativo e o passivo, ou seja, falar do sujeito social inerte (individual) e do sujeito social engajado (coletivo).

Participação social é o processo mediante o qual as diversas camadas sociais têm parte na produção, na gestão e no usufruto dos bens de uma sociedade historicamente determinada (Ammann, 1986).

O conceito de participação é, a partir de então, deslocado da dimensão superficial, do mero ativismo imediatista, em geral sem conseqüências sobre o todo, para o centro das estruturas sociais, políticas e econômicas.

Uma sociedade participativa seria, então, aquela em que todos os cidadãos têm parte na produção, gerência e usufruto eqüitativo dos bens públicos. Assim toda a estrutura social e todas as instituições estariam organizadas para tornar a participação possível. Dessa forma, uma sociedade participativa transformaria em uma utopia, no bom sentido do termo, uma força que direciona todas as práticas participativas (Bordenave, 1986).

Em sua essência a luta pela participação social envolve a luta organizada de grupos que necessitam expressar alguma demanda reprimida, defendendo interesses comuns eles podem influir diretamente nos poderes públicos. Por isso não pode, por exemplo, existir uma participação política de fato se não houver um envolvimento social participativo com igualdade de condições³ que não seja o mesmo da democracia liberal onde os cidadãos tomam parte nos processos eleitorais e elegem seus representantes, mas não possuem e nem administram os meios de produção material e cultural, tornando fictícia e irreal sua participação nas questões macrossociais.

Refletindo sobre a idéia de participação como conquista (Demo, 1996), consideramos ainda que a participação nos espaços públicos, mesmo que cedida, institucionalizada de cima para baixo, poderá despertar nos sujeitos sociais suas potencialidades organizativas e o crescimento da consciência crítica individual e coletiva, a capacidade de tomar decisões e de adquirir poder. Nesse sentido Bordenave (1986) argumenta que na medida em que se aproveitam as oportunidades da participação concedida, a fim de obter espaço e consciência, não no sentido de reforçar ainda mais a dependência, a participação constitui um avanço e não um retrocesso. Analisando as condições políticas e sócio-econômicas, a organização e a efetivação da participação popular além de suas aparências, depara-se com uma estrutura política e econômica minoritária. Nesse aspecto, ao abordar-se a questão da participação na atualidade, é preciso levar em conta os conflitos sociais e concepções político-sociais que norteiam as ações dos movimentos participativos, tanto a nível local (movimentos comunitários) quanto ao nível nacional (MST), que de qualquer forma podem incorrer em um enorme risco de solidificar a participação popular como massa de manobra, objeto de manipulação e instrumento para que se mantenha o “status quo”. Sendo os encaminhamentos organizados dessa forma, ocorrerá através da mobilização popular organizada uma aparente participação e uma pseudo democratização dos espaços públicos.

Para que o popular tenha efetivamente influência sobre a realidade social é necessário ter voz e vez pois, para que haja um processo de conscientização coletiva pela busca de cidadania, capaz de levar os sujeitos sociais a fazerem parte do poder

³ Ver Tocqueville, A. Democracia na América. Belo Horizonte: Itatiaia, 1997.

decisório, é necessário romper com a organização estrutural instalada que mantém privilégios. A participação popular se efetivará em sua totalidade quando o povo conquistar o poder e haver descentralização das tomadas de decisões que encontram-se nas mãos de uma elite política e econômica minoritária.

Entretanto a participação popular não pode ser vista e entendida como um segmento social, que possui apenas a função instrumental do desenvolvimento da relação entre povo e governo. Para isso é necessário superar as pré-noções e romper com o limite institucional; entender e trabalhar a participação como um mecanismo que pode exercer uma função educativa de maior importância na preparação do povo no sentido de assumir os direitos sociais como algo próprio de sua soberania. Através da ação participativa organizada os sujeitos sociais podem transformar o Estado de organismo distante e superior a eles, em um organismo absolutamente dependente, próximo e para eles.

O conceito participação popular encerra por si só alguns procedimentos operativos básicos. De que forma pode-se agir coletivamente sobre uma realidade? Existe aqui dois tópicos importantes que podemos extrair: esta ação é no sentido de buscar a transformação da realidade vivida ou é uma ação com objetivos pontuais e corporativos?

Se o ponto de partida for a participação como ferramenta de transformação da realidade, percebemos aqui algumas implicações prática. Como transformar a realidade sem conhecê-la e mesmo como conhecê-la sem estudá-la? Isso se traduz em um desafio para as organizações comunitárias participativas, pois tão importante como conhecer a realidade objetiva, é que a comunidade ou grupo se conheça a si mesmo, identifique suas percepções, seus valores e crenças, seus temores e suas aspirações. Abordar e trabalhar o envolvimento participativo como uma conquista pode transformar os sujeitos sociais em atores de ações transformadoras da realidade. Nesse caso, parece-nos importante que estes atores sociais sejam também os autores das pesquisas e levantamentos locais, onde a comunidade no estudo de si mesma, obtém novas percepções que serão usadas para transformar a situação na qual estão convivendo.

A qualidade da participação se eleva quando as pessoas aprendem a conhecer sua realidade; a refletir; a superar contradições reais ou aparentes; a identificar processos subjacentes; a antecipar

conseqüências; a entender novos significados das palavras; a distinguir efeitos de causas, observações de inferências e fatos de julgamentos (Bordenave, 1986).

A participação popular efetiva não pode se resumir em uma matéria transmitida como se fosse uma ciência exata; mas em uma aquisição de mentalidade e de um comportamento com ela compatível, tanto que não é uma prática que se pode adquirir somente pelo treinamento. Ela é uma vivência coletiva que somente pode ser apreendida na práxis grupal cotidiana, de modo que só se aprende participar participando.

Participar é uma necessidade inerente ao homem ou constitui um direito das pessoas? O ser humano possui necessidades fisiológicas que são óbvias, como alimento, o sono e a saúde; mas também possui necessidades que podemos classificar como não óbvias, como o pensamento reflexivo, a auto-valorização, a auto-expressão e a participação em si, que compreenda os anteriores. No entanto, no campo das ações públicas o envolvimento participativo é um direito, de forma que nos parece que o ato de participar faz parte da vida humana, mesmo que muitas vezes ele não seja determinante para questões estruturais. Porém este ato também em alguns casos da vida cotidiana é abordado a partir do ponto de vista do direito social.

Demo (1996) aborda o conceito de participação a partir de alguns pressupostos básicos. O primeiro deles se traduz no fato de que a participação é entendida como conquista, com isso ela passa a significar um processo, no sentido real do termo, num constante movimento de construção. Nesse sentido participação torna-se em essência auto-promoção que só poderá existir enquanto uma conquista processual. Um segundo pressuposto que aliado ao primeiro começa a definir o conceito de participação do autor em questão. Ele parte do entendimento de que a participação não pode ser vista como uma dádiva, já que dessa forma não seria produto de conquista e muito menos realizaria o fenômeno fundamental da auto-promoção, transformando-se em uma participação tutelada e com tempo de vida vinculado à boa graça do doador, que pode a qualquer momento delimitar ou eliminar com o espaço estabelecido. Considerada como um dos eixos fundamentais da política social, não pode ser entendida como concessão e nem pode ser trabalhada como fenômeno preexistente, porque o espaço para a participação, salienta Demo (1996:18), "*não cai do céu por descuido*".

Esta definição de participação busca não banalizar o fenômeno como se fosse tendencial, natural, fácil e corriqueiro, o que acontece com muitas propostas participativas, que são usadas para esconder o jogo político-econômico e implementar a dominação social. Nesse sentido, participação não é como se poderia pensar, ausência, superação e eliminação de poder, mas outra forma de poder (Demo, 1996:20).

Nestes termos participação é um processo de conquista, não somente na ótica da comunidade ou dos interessados, mas também do técnico, do professor, do pesquisador, do intelectual (Demo, 1986 e 1986; Smart, 1958).

Um dos grandes entraves da efetivação dessa proposta de participação é a dificuldade de aceitação e comprometimento desses atores sociais com os altos níveis de miserabilidade, reflexo de uma sociedade dividida em classes onde os sujeitos sociais se percebem e se identificam como diferentes, alguns não se identificam com os excluídos de todas as formas, nem com os privilegiados em todos os sentidos das relações sociais, políticas e econômicas. Mesmo porque, julgam-se “pequenos burgueses” e não burgueses. Acontece que eles não fazem parte do “exército de reserva”, não são coibidos das principais oportunidades de ascensão social. No fundo, fazem parte dos privilegiados. Entretanto, pertencem ao grupo dominante, e desejando ou não se beneficiar dos privilégios emanados da injusta estrutura social na qual vivemos, reforçam por este tipo de omissão a tese capitalista de que é necessário que uma boa parte da população esteja subjulgada aos ditames da pobreza.

Se no princípio deste item concebemos a participação como sendo um direito do homem, podendo existir de forma ativa ou passiva, concluímos mostrando que a participação é um fenômeno intimamente ligado ao cotidiano dos sujeitos sociais, independente da divisão de classes a qual estão submetidos. Desse modo, mesmo não havendo um envolvimento participativo as pessoas estão participando. Este tipo de participação nos parece conduzir os sujeitos sociais a delegarem parte de sua cidadania a um sistema que possui como pressuposto básico o impedimento implícito do exercício do direito social. Por este aspecto a participação é identificada como mecanismo de conquista de direitos, de democratização das relações sociais, enfim como elemento básico para a formação e afirmação da cidadania.

4.2. Contexto internacional de surgimento do tripartismo

No afã de melhor compreender o objeto que moveu-nos a pesquisar e dissertar sobre o Conselho Municipal de Trabalho e Emprego de Florianópolis bem como o processo de envolvimento e participação dos sujeitos sociais municipais nas discussões, criação e fiscalização dos programas de geração de emprego e renda, implementados no município através dos recursos recebidos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT). Inicialmente, com base no estudo de caso que analisaremos em seguida, pretendemos trazer um entendimento mais amplo sobre o tripartismo. Mesmo sendo essa experiência ocorrida em tempos e situações não muito similares a que o Brasil vive atualmente, salvo a preocupação com os desempregados e o processo de pauperização dos trabalhadores. As lutas travadas entre esses segmentos na Suécia podem balizar nosso olhar à política de tripartismo desenvolvido no CMTE – Florianópolis. Não pretendemos fazer um estudo comparativo, mas consideramos que o caso da Suécia poderá nos ajudar a melhor apreender a origem da composição formal do CMTE. Os propósitos dessa união de segmentos sociais importantes para a estabilidade econômica e social podem não ser os mesmos em intensidade, porém eles podem ter similitudes aproveitáveis do ponto de vista prático e teórico. Além de que as relações tripartites na Suécia também foram estabelecidas visando organizar, discutir, analisar e deliberar sobre políticas públicas para o mundo do trabalho. Esse grupo de políticas de trabalho e emprego naquele país tornou-se peça chave. Analisar os avanços e os retrocessos desse modelo é importante tanto para o conteúdo como para a problematização de nosso objeto: a constituição do CMTE e a participação popular em Florianópolis.

A base de sustentação do Conselho foi constituído de forma tripartite e paritária, envolvendo três segmentos sociais historicamente antagônicos, que demarcaram as relações sociais e políticas ao longo da história, principalmente após o desenvolvimento do sistema capitalista de produção. Apresentado como novo no campo das políticas públicas o tripartismo, a contar da Constituição Federal de 1988, passou a compor o cenário das discussões em todas as áreas sociais, oficializando os Conselhos Federais, Estaduais e Municipais, onde não apenas o Governo e seus pares discutiriam e deliberariam sobre os problemas sociais, locais, regionais ou nacionais. Composto por

representantes dos empresários, Governo e dos trabalhadores sindicalizados, o Conselho Municipal de Trabalho e Emprego de Florianópolis – CMTE, tem sido incumbido de organizar, discutir, analisar e deliberar sobre políticas de trabalho e emprego local.

4.2.1. O modelo social sueco e seus sustentáculos

É mister nesse momento um histórico criterioso, capaz de mostrar como o tripartismo sueco se desenvolveu, as teses que lhe sustentam e as propostas dos segmentos sociais que lhe dão sustentação. O modelo sueco foi configurado sob quatro fatores chaves:

1. Expansão dos direitos sociais;
2. Status societário, igualitarista;
3. Redistribuição de renda;
4. Bem estar social como meio de promover a eficiência econômica.

Partindo desses elementos buscou-se na política de bem-estar a alta produtividade e o pleno emprego. A pressão salarial crescente eliminaria as empresas pouco produtivas, melhorando a qualidade e a competitividade das companhias no mercado exterior. Os alicerces do sistema residiam no fato de promoverem a eficiência empresarial pelo desenvolvimento de políticas com um relativo controle econômico do Governo (Nordlund, 1996:317). Nesse sentido estabeleceu-se um forte envolvimento entre os partidos e as associações sindicais e sociais (Widmark, 1993: 5-7).

Esse posicionamento foi acompanhado por uma longa estabilidade política, desde os anos trinta; alto nível de sindicalização; centralização das negociações salariais; pax industrial; baixo desemprego; políticas de formação e adaptação rápida para o aprimoramento e reintegração dos trabalhadores ao mercado de trabalho (active labour market policies, Faria, 1996:281).

Entre 1902 e 1907 a sindicalização aumentou em 260%, e os empregadores viram mais cedo do que esperavam as vantagens, tanto dos convênios coletivos quanto do controle dos conflitos, estabelecendo um equilíbrio de poder para evitar que ditos conflitos ultrapassassem um determinado nível e fugissem ao seu controle. Os

empregadores do SAF⁴ decidiram prevenir os conflitos em lugar de lutar contra os sindicatos. A LO⁵ aceitou que os empresários organizassem a produção, se concentrando em abranger o maior número de operários e se preocupando com o nível dos salários. Na medida em que os sindicatos mostravam fortalecimento e alto grau de adesão atropelava qualquer tentativa de sindicalismo pelego, os empresários viam mais vantagens na negociação (Strath, 1993:12).

Durante a Primeira Guerra Mundial os industriais e os interesses dos grandes bancos, relacionados com os Walleberg⁶, opuseram-se aos conservadores e à sua política, decidindo-se apoiar setores mais radicais, liberais ou social democratas. Queriam promover os interesses industriais, mesmo junto com um processo democratizador com viés de esquerda, algo que consideravam inevitável.

Apoiaram um novo tipo de cooperação entre o Estado e a indústria. Como consequência surge um cooperativismo democrático, por ser a democracia uma questão de eficácia, já que as políticas sociais significavam organização e crescente produtividade. A cooperação implicava integração (Strath, 1993:13).

O desenvolvimento das relações laborais nos trinta anos seguintes a 1906, foi lentamente norteado para a integração, culminando na criação de instituições públicas de negociação e resolução de conflitos. Isto não eliminou totalmente os conflitos e as lutas de classes. Deve-se levar em conta que a estratégia negociadora dos empresários esteve relacionada com a atitude militante dos operários e a sua conduta combativa.

Sindicatos e empregadores, o que vale dizer, trabalhadores sindicalizados e empresários, perceberam que quanto mais recursos tivessem, mais poderiam arriscar-se no conflito e mais possibilidades tinham de cumprir institucionalmente os seus compromissos.

Os sindicatos aceitaram que os empregadores organizassem o processo produtivo, em troca do reconhecimento dos direitos sindicais básicos. O reconhecimento mútuo a nível centralizado, limitou a fragmentação do sindicalismo e promoveu cedo o aparecimento de estruturas hierárquicas e centralizadas, ao mesmo tempo que a

⁴ Confederação Patronal Sueca (Svenska Anbetogilligare Föeningen, SAF), criada em 1902.

⁵ A própria LO reconhece a sua forte ligação com o Partido Social Democrata (SPA), em seu site: <http://www.lo.se>

⁶ Família sueca de grande tradição mercantil e empresarial, proprietária ou co-proprietária de vários das maiores empresas suecas, desde o século XIX até a atualidade.

presença dos sindicatos nos lugares de trabalho promoveu a descentralização (Strath, 1993:11).

A força dos sindicatos, a criação do Estado providência e as possibilidades de desenvolvimento para as empresas foram condições *sine qua non* para a estabilidade do modelo tripartite sueco. O modo com que isto aconteceu nos anos 50 baseou-se na solidariedade salarial, implicava restrições dos ganhos dos empregados das empresas mais rentáveis (metal-mecânica), para sustentar alto os demais, o que fazia o lucro das primeiras disparar (Strath, 1993:16-18).

Nos anos 60 com o processo de forte radicalização entre os segmentos, principalmente trabalhadores e empresários, levou o governo a introduzir uma série de reformas para atender as novas necessidades sociais, que iam além do mero bem-estar no mundo do trabalho. Assim, foram desenvolvidas reformas legais sobre a representatividade dos operários nos conselhos de direção, a seguridade e saúde no trabalho em 1974, e a participação dos sindicatos na co-direção das empresas em 1976.

Todos os fatos levaram a uma redução dos benefícios que a estabilidade e os compromissos traziam para o capital; as empresas não recebiam os benefícios dos acordos, além disso o novo ethos empresarial que estava se configurando levava a integração de trabalhadores e capital para uma única entidade: a empresa. Os novos métodos organizativos no trabalho, derivados do chamado modelo japonês, também começam a se espalhar. As lealdades hierárquicas que faziam possível o sistema de acordos, enfraquecidas, limitavam a própria efetividade do consenso, agravando a relação pactual estabelecida.

Depois da tentativa de mostrar os pormenores do sistema sueco, os embates, as convergências e as divergências entre trabalhadores, governo e empresários, revelando o caminho e as necessidades que os levaram ao tripartismo, para finalizar este preâmbulo contextual, apresentaremos sistematicamente as propostas dos segmentos sociais envolvidos que mantiveram esse pacto tripartite, começando pelo Estado.

Política Governamental. Proposta do Governo

A representação governamental sueca entende que a melhor maneira de promover o crescimento econômico e o emprego, é através do aprimoramento da capacitação e a educação dos trabalhadores, e com um forte apoio aos pequenos empreendedores e micro empresas (governo sueco, 1999:1).

As medidas mais concretas propostas por este segmento apontam para a educação formal, capacitação e aprimoramento da qualidade da mão-de-obra, e uma política social ativa capaz de abranger o problema do desemprego nos diversos âmbitos, nacional e local, público e privado.

Propostas concretas:

1. Assistência especial para os desempregados jovens;
2. Oferta de emprego, treinamento e capacitação profissional para os menores de 25 anos, com mais de cem dias desempregados;
3. Criação de programas de criação de empregos a nível local;
4. Criação da National Labour Market Administration (AMV), com a incumbência de possibilitar a inserção dos inválidos e dos sem qualificação no mercado de trabalho;
5. Criação de agências específicas para cooperação em matérias como o desemprego.

Propostas empresariais

As propostas do segmento empresarial foram apresentadas pela SAF (Confederação Sueca dos Empregadores). Suas aspirações baseiam-se em uma legislação trabalhista empreendedora, propondo um modelo de mercado de trabalho absolutamente desregulado onde patrões e trabalhadores concorram num processo de oferta e demanda.

Propostas concretas:

1. A legislação trabalhista deve ter como base os contratos individuais e não coletivos;
2. Extinção da justiça do trabalho;
3. Extinção da obrigatoriedade de sindicalização;
4. Criação do ato administrativo para regular o direito do representante sindical em dedicar seu tempo de trabalho ao sindicato;
5. O pagamento pelos impostos sindicais passaria a ser responsabilidade dos sindicatos e não àquelas empresas à que o empregado estivesse vinculado.

Diante a tudo pode-se dizer que dentro do discurso do empresariado sueco tem-se produzido uma radicalização que sem chegar aos níveis britânicos ou norte americanos, continua a se aproximar deles. Como ressaltamos anteriormente, isso mostra mudanças na posição patronal mantida durante muitos anos com o decorrer dos processos políticos produtivos e sociais. Fica claro que atualmente o seu objetivo maior é derrubar o sistema sócio-político que lhe foi útil durante cinquenta anos. Parece-nos que existe um esforço se processando no sentido de que o consenso seja ultrapassado pela concorrência clássica defendida pelos neoliberais.

Proposta dos trabalhadores sindicalizados (sindicatos)

Os sindicatos são órgãos de forte poder e negociação, suas políticas sempre são encaminhadas à defesa da manutenção e conquistas de direitos aos trabalhadores, postura bastante evidenciada na fase em que o poder político sueco estava sob a dominação conservadora (1991-1994). As primeiras propostas dos trabalhadores se consolidam a partir das seguintes criações:

1. **Convênio coletivo**, que regula todas as condições contratuais, impedindo ao empresário decidir de maneira unilateral sobre questões pertinentes ao mundo do trabalho. Por exemplo: horário, salários, horas extras, férias e formação profissional.

2. **A – KASSAN (caixas para subsidiar aos desempregados)**, para proteger aqueles que ficaram desempregados durante um período mínimo de 12 meses. Estes trabalhadores passam a receber subsídios desta caixa, que podiam mudar de valor dependendo do salário base individual, chegando o trabalhador a receber até a terceira parte dele.
3. **Seguros do mercado de trabalho** para aumentar o grau de proteção dos membros da LO, o sindicato tem negociado seguros contratuais, chamados AMF, que entre outras coisas cobrem doenças, acidentes no trabalho, desemprego, reembolso a idosos que ficaram sem seguro, planos de aposentadoria.
4. **Férias e outros benefícios**: a maioria dos sindicatos da LO passaram a oferecer aos seus membros benefícios nas férias.

É importante ressaltar que acabamos de analisar um sistema que mistura elementos que praticamente são impossíveis de mesclar. Governo, empresários e trabalhador, se institucionalizados estes segmentos sociais teremos Estado, Capital e Trabalho. O curioso é que essa tríade sustentou um sistema em que todos ganharam.

Em síntese podemos definir a política dos trabalhadores suecos como assistencial e reivindicativa. Por um lado procura-se melhorar os salários e as condições de trabalho; e por outro, quer igualar o nível de vida dos trabalhadores ofertando-lhes serviços e qualificação profissional cada vez mais diversos. Conforme já debatido, nos anos 60 aos 70 a luta organizada dos trabalhadores sindicalizados ultrapassou a questão assistencial para procurar objetivos mais estruturais como a propriedade das empresas. Na atualidade parece que este segmento social teve que voltar seus olhares mais para a proteção do emprego e dos salários.

Pelo que se pode perceber as atitudes e ações são diferentes entre os diversos segmentos. Sem serem iguais num determinado momento convencionou diferentes opções, e diante dos problemas o poder político e o sindical tentam manter um equilíbrio estável que garante atualmente maior igualdade do que a proposta das empresas. Em relação ao futuro dessa tríade, não só no mundo do trabalho sueco, como no CMTE – Florianópolis que analisaremos a seguir, ficamos com idéia de Pedrueza (2001) onde este autor, em síntese, salienta que o futuro pode deparar-se com mudanças,

porém, só são desejáveis as que sejam para melhorar o que de bom existe e apagar aquilo que prejudica as pessoas.

4.3. Origem e organização do CMTE – Florianópolis: a controversa relação entre os segmentos sociais envolvidos

4.3.1. Contextualizando Florianópolis

Florianópolis, no princípio conhecida como a Ilha de Santa Catarina, com seu porto de Nossa Senhora do Desterro, foi uma das principais portas de entrada para o Brasil Meridional. Suas duas excelentes baías, que constituíam um ancoradouro ideal em qualquer vento, e a dócil população nativa permitiram à ilha se tornar um porto de abastecimento e um ponto de apoio estratégico para o Atlântico Sul e para a Baía do Prata.

A economia de Desterro era frágil e voltada para a subsistência, com períodos de modesto aquecimento, em função das atividades portuárias e do comércio de cabotagem. No século XIX, Desterro foi levada à categoria de cidade; tornou-se capital da província de Santa Catarina em 1823 e inaugurou um período de prosperidade com o investimento de recursos federais.

Hoje a sua área territorial compreende 436,50km², sendo 424,40km² referente à Ilha de Santa Catarina e a área continental com 12,10km²; e com uma população de aproximadamente 271.281 habitantes. Fazem parte do município de Florianópolis os seguintes distritos administrativos: Sede, Lagoa da Conceição, Pântano do Sul, Ratonés, Ribeirão da Ilha, Santo Antônio de Lisboa, São João do Rio Vermelho, Campeche e Barra da Lagoa, Canasvieiras, Ingleses do Rio Vermelho e Cachoeira do Bom Jesus (IPUF, 2000).

4.3.2. A formalização do CMTE: a construção do “novo” ou a manutenção do “velho”?

A regulamentação do CMTE – Florianópolis foi oficializada pela Resolução nº 90 de 19/04/1995, do CODEFAT – Conselho Deliberativo do FAT⁷ (Fundo de Amparo ao Trabalhador).

O FAT é um fundo de arrecadação coletiva dos trabalhadores criado em 1990, muito embora já existisse previsão constitucional para sua criação desde 1988. Este fundo tem como principal objetivo o atendimento da demanda proveniente do conflito entre capital e trabalho característico do modelo econômico vigente no Brasil, em especial o desemprego. Com a regularização dos artigos 201 e 239 da Constituição Federal⁸ os recursos dos Programas de Integração Social (PIS) e Formação do Patrimônio do Servidor (PASEP) deixaram de ser contabilizados como pecúlio individual de cada trabalhador e foram transformando num fundo coletivo, que tem como principal objetivo o financiamento do seguro desemprego. Nesse sentido, devido a abrangência do programa, ele envolve também atividades ligadas à formação, qualificação e requalificação profissional, bem como ao pagamento do abono salarial, a intermediação de mão-de-obra e a recolocação no mercado de trabalho. A constituição dos recursos do FAT foram definidos a partir das seguintes fontes:

- I – do total da arrecadação das contribuições PIS e PASEP;
- II – do produto dos encargos pagos pelas contribuições ou de decorrência da inobservância de suas obrigações;
- III – da correção monetária e os juros pagos pelo agente aplicador dos recursos do fundo, bem como pelos agentes pagadores incidentes sobre o saldo dos recursos recebidos;
- IV – do produto de arrecadação da contribuição adicional, pelo índice da rotatividade de que trata o artigo 239 da Constituição Federal de 1988, conforme segue:

A arrecadação decorrente das contribuições para o Programa de Integração Social, criado pela Lei Complementar de setembro de 1970, e para o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor

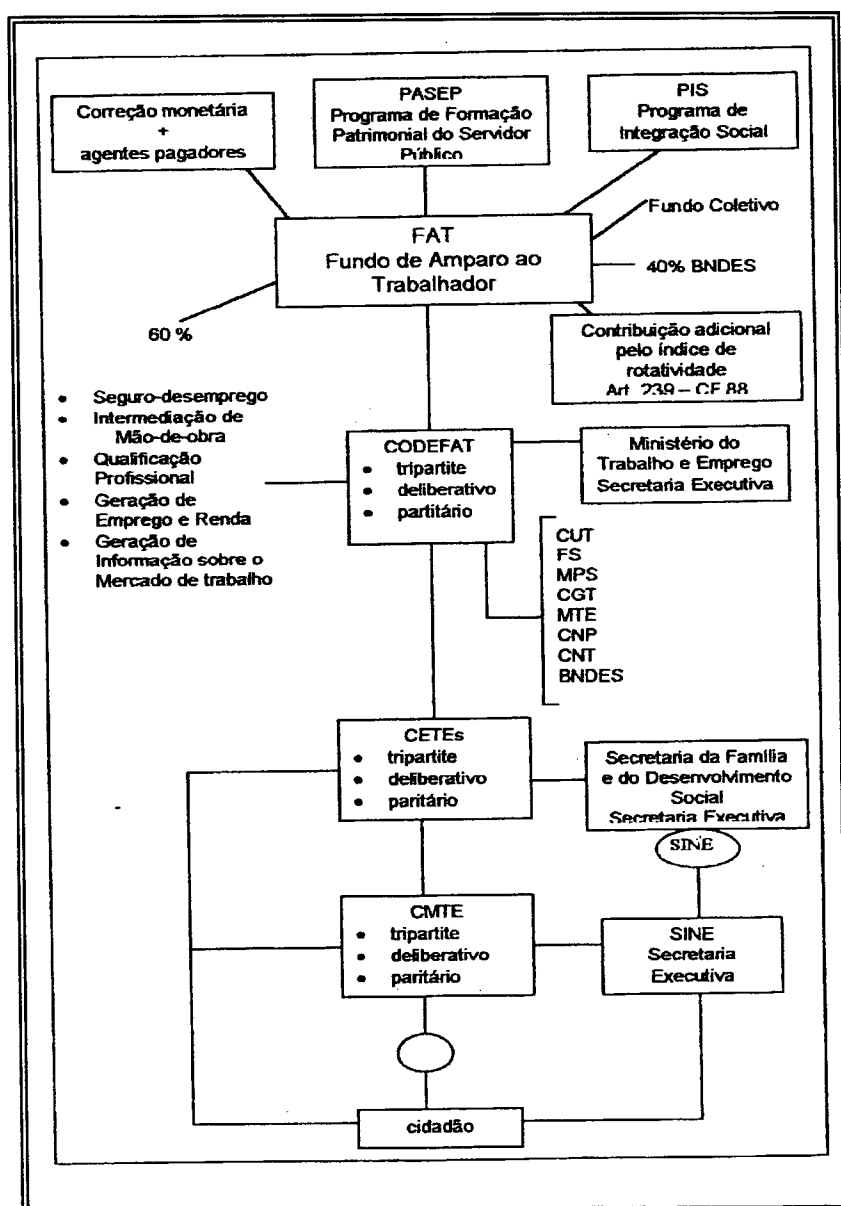
⁷ Publicado no DOU de 28/04/1995.

⁸ Regulamentação obtida através da Lei 7.998 de 11/11/1990.

Público, criado pela Lei Complementar nº 08 de setembro de 1970, passa a partir da promulgação desta Constituição, a financiar nos termos que a Lei dispuser o programa de seguro-desemprego e o abono de que trata o inciso terceiro desse artigo.

V – outros benefícios que sejam destinados ao fundo.

A estrutura organizacional básica da constituição e distribuição dos recursos do FAT podem ser melhor entendidos pela síntese esquemática a seguir:



Quadro do autor

Fonte: FETICOM

Os recursos do FAT são administrados pelo Conselho Deliberativo do FAT (CODEFAT), o qual é composto por nove instituições, sendo três dos trabalhadores, três dos empregadores e três do Governo. Esses recursos são utilizados com a finalidade de garantir aos desempregados os seguintes benefícios:

- Seguro-desemprego – ajuda de custo fornecido durante cinco meses a todo trabalhador demitido sem justa causa e com registro em carteira;
- Qualificação profissional – uma grande parte dos recursos do FAT são aplicados em cursos profissionalizantes, com o objetivo de atender fundamentalmente os desempregados, subempregados e os empregados desqualificados;
- Geração de emprego e renda – este programa busca financiar empreendimentos produtivos com juros acessíveis e atender as micro e pequenas empresas, os programas de abrangência municipal, cooperativas, trabalhadores e empreendedores do setor informal;
- Intermediação de mão-de-obra – programa responsável pelo encaminhamento do trabalhador desempregado ao mercado de trabalho e encaminhamento do empregador ao trabalhador desempregado;
- Geração de informação sobre o mercado de trabalho – parte dos recursos do FAT pode ser usado para pesquisas e levantamento da realidade do mercado de trabalho nos centros urbanos. As áreas consideradas zonas metropolitanas já possuem estes serviços através do IBGE. A Grande Florianópolis não possuindo status de região metropolitana, pode usufruir dos recursos do FAT para investigar o mundo do trabalho local.

A descentralização no sentido de promover a democratização da chamada gestão de política pública oficializou-se no Brasil a partir 1988 com a promulgação da nova Constituição Federal, que solidificou a reforma constitucional, permitindo que as políticas públicas passassem a ser promovidas, não mais tendo como referencial somente a máquina administrativa/burocrática situada em Brasília, os Estados e os

Municípios também participariam, a partir de então, das gestões das políticas públicas nacionais.

Para Simionatto (1995), atualmente quando se fala na questão da descentralização, refere-se a uma capacidade geradora de uma nova cultura de participação social, capaz de promover uma articulação mais direta e democrática entre o Estado, as instituições e as organizações da sociedade civil, rompendo os mecanismos corporativos e clientelistas construindo novos canais de controle da coisa pública.

Esses mecanismos, segundo a autora, são os que vêm sendo crescentemente ampliados tanto pelos movimentos sociais como pelos novos atores que despontam na arena política, lutando pelos seus direitos, em busca de alternativas de intervenção social, afim de construir novas formas de representação capaz de solucionar seus problemas e efetivar o atendimento de suas demandas.

Com a formalização da descentralização, as bases das estruturas burocráticas que historicamente se identificaram nas práticas clientelistas, foram expostas ao julgo popular. Isso possibilitou de certa forma que os cidadãos pudessem interferir efetivamente nas ações de governo. A criação e a normatização de diversos conselhos que contam com a participação de segmentos da sociedade civil e governo, a exemplo do Conselho da Criança e do Adolescente, Conselho da Saúde, Conselho da Educação e Conselho de Trabalho e Emprego, transferiu grande parte da esfera decisória das gestões de políticas públicas para os estados e municípios. Além do princípio constitucional que justifica essa concepção, pode-se considerar que nem só razões de ordem econômica e sociais tiveram uma forte influência nesse processo. Existem as necessidades de ordem jurídica e política que nesse caso devem ser observadas. O princípio federativo e a grande necessidade de aliviar a agenda decisória do governo central e do Congresso Nacional são constatações comprobatórias deste fato.

Contudo, cabe ressaltar: seria o desenho formal que dimensiona Os conselhos e a materialização destes a partir dos anos 90, suficientes para transformá-los em importantes instrumentos à afirmação do Estado democrático brasileiro? Em relação ao envolvimento participativo comunitário será a forma com que estas instâncias passaram a trabalhar com a “coisa pública”, capaz de estabelecer uma nova relação entre a população e as políticas públicas locais?

Falar em políticas públicas hoje significa situá-las no marco da Constituição de 88, que trata da municipalização de tais políticas na medida que passa a considerar o município como parte integrante da organização político-administrativa, o que tem possibilidades de pensar novos rumos para os serviços públicos de interesse local (Simionatto, 1995:15).

A Constituição Federal de 1988, forjada em bases democratizantes, em seu artigo 204, incisos I e II, prevê o seguinte:

- I – Descentralização político-administrativa, cabendo a coordenação e as normas gerais à esfera federal, a coordenação e a execução dos respectivos programas às esferas estadual e municipal, bem como a entidades beneficentes e de assistência social;
- II – Participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis (CF, 1988:137).

Entendemos, para que esta política possa ser efetiva, ela precisa ser efetivamente descentralizada, o que não significa o repasse aos conselhos da tarefa de administrar as carências dos municípios, mas sim repassar a este a autonomia na definição e administração de ações com ampla participação dos municípios.

A descentralização consiste numa efetiva partilha de poder entre o Estado e as coletividades sociais, implica a auto gestão local. Envolve uma redefinição da estrutura de poder no sistema governamental, que se realiza através do remanejamento de competências decisórias e executivas, assim como recursos financeiros necessários para financiá-los (Sovchelovitch, 1995).

Estas prerrogativas constitucionais assinalam a possibilidade da implantação e afirmação do caráter participativo, que a partir de então, formalmente, mesmo que através de segmentos, passa a fazer parte da agenda das políticas públicas nacionais, estaduais e municipais. A impressão inequívoca, que a princípio pode se extrair dos trechos constitucionais acima mencionados, tem suas bases estremecidas à medida em que o dispositivo das medidas provisórias tem sido utilizado com uma frequência não observável nem no regime ditatorial, comandado pelos militares (64-85).

A análise desses dois aspectos mostra o contraditório no discurso e na prática do poder político brasileiro. Se de um lado tem-se nos conselhos a possibilidade de coletivizar, descentralizar e democratizar algumas decisões, aproximando o político do

social, demarcando uma característica do novo regime político após 1985, o chamado regime democrático. Paralelo a esta prática, onde o chamado Estado democrático brasileiro convive com um governo central defende a implementação de instrumentos políticos institucionais com características democráticas e participalista, observa-se que o poder político executivo mesmo com o fim do regime militar ainda mantém como instrumento base de governo o dispositivo da medida provisória.

O Brasil tem convivido com esse dilema ao mesmo tempo em que confere-se a população espaço para envolvimento em questões de interesse coletivo, são também impostas decisões totalmente alheias à vontade e apreciação popular. A evolução da aplicação das medidas provisórias no Brasil desde 1985 pode ser verificada no quadro abaixo:

Governo	José Sarney (3/1985 a 3/1990)	Fernando Collor (3/1990 a 10/1992)	Itamar Franco (10/1992 a 12/1994)	Fernando H Cardoso 1º Governo (1/1995 a 12/1998)	Fernando H Cardoso 2º Governo (12/1998 a ...)	Total Geral
Originárias	125	87	141	160	73	586
Reeditadas	22	73	364	699 ¹ 1.750	137 ¹ 2.166	5.211
Convertidas	109	66	121	82	85	463
Revogadas	2	5	5	11	5	28
Sem Eficácia	5	5	15	3	1	29
Rejeitadas	9	11	-	1	1	22
Em tramitação	-	-	-	38	4	42
Editadas	147	160	505	2.609	2.373	5.794

¹ Reedições de Medidas de Governos anteriores.

Fonte: Casa Civil – Presidência da República. <http://www.planalto.gov.br/ccuivil>

As medidas provisórias não percorrem o caminho como as leis, escapam do trabalho das comissões e do debate parlamentar. Não amadurecem, por assim dizer, num processo amplo gerado pela controvérsia. Não incorporam salvo o grau diminuto, opiniões novas; não enriquecem com as manifestações colhidas da opinião pública e dos círculos técnicos e científicos. Antes ao contrário, interceptam todo o processo convencional de elaboração das leis. Desabam sobre o parlamento como um raio, e em meio ao tumulto de opiniões em pânico e sob a incontrolável pressão das circunstâncias fazem o seu marco, deixam o seu rastro, e como mandamentos da legislação comum impõem sua força (Passos, 1991: 271).

Uma das características da democracia é a transparência do poder. E nada colabora mais para isso do que a exigência de fundamentação para as decisões de poder. Nem haveria exagero em dizer-se que carece de legitimação, num contexto democrático de governo, qualquer decisão desfundamentada. Tornar transparente para os governados as razões que levam o agente público a decidir como decidiu é indissociável da natureza representativa do poder que ele exerce.

Florianópolis, cidade que possui uma característica extremamente conservadora, sobretudo na política, onde a classe econômica dominante mantém-se como hegemônica na política legislativa e com raras exceções deixa escapar o domínio na política executiva. Donde pode-se dizer que possui também hegemonia nesta esfera, mostrou recentemente em 1994, que ainda tem muita dificuldade em aceitar a participação popular na “coisa pública” local. Foi o último município catarinense a oficializar a criação do Conselho Municipal de Trabalho e Emprego. As discussões políticas a fim de criar o CMTE no município iniciaram-se no final de 1994, ocasião em que o governo local era da Frente Popular, sendo Sérgio Grando (PPS) o prefeito, que nesse momento formava um governo progressista e alternativo à cidade que historicamente se divide entre o comando político do PPB – Partido Progressista Brasileiro, dissidente do PFL, que possuía forte ligação com a política de extrema direita, e do PFL – Partido da Frente Liberal, defensor incondicional dos princípios neoliberais, agremiação política que acolhe grande número de participantes do antigo regime ditatorial.

Mesmo com o executivo local composto por uma ideologia política que buscava a participação popular em todas as ações governamentais e com a proposta do orçamento participativo em andamento nas comunidades florianopolitanas, a possibilidade de formação do CMTE movimentou as elites locais.

Isso para nós foi uma grande surpresa, a partir de então criamos uma comissão. Essa comissão foi formada por mim, como representante dos sindicatos, pela Simone Mattos da UFSC, pela Alcione Teixeira da Prefeitura e o Vereador Márcio de Souza do PT. Fomos ao gabinete do Vereador Michel Curi para tentar entender o que havia acontecido. Naquele momento a gente entendeu que tinha duas coisas em jogo: primeiro uma preocupação das elites locais com a participação popular, mesmo com toda clareza que oficialmente não era uma participação popular, era uma participação de segmentos sociais organizados, eles estavam com muito receio, e como eles (os vereadores de oposição ao executivo de então) tinham estado o tempo

todo contra o orçamento participativo, que era o bojo da discussão da Prefeitura comandada pela Frente Popular e também tinha a história da participação comunitária, eles estavam com um pé atrás. Aí a gente teve que explicar aos vereadores passando de comissão em comissão, o quanto aquela ação estava retardando a discussão da política de emprego na cidade, e o recebimento do recurso do FAT, que poderia beneficiar toda população florianopolitana (Rui Richard – ex-presidente do CMTE – representante dos empregados).

Com a comissão provisória em funcionamento no início de 1995, ocorreu o primeiro jogo de forças, porque esta comissão não oficial era formada pelos trabalhadores sindicalizados, empresário, governo e pelos representantes comunitários que em princípio possuíam, para efeitos de decisão, direito a voto.

A fala de Rui Richard (2001), representante dos trabalhadores, então componente da comissão provisória, expressa bem este momento:

Quando estava tudo montado com entidades, representantes dos trabalhadores, dos empregadores, governo e comunidade, que a gente fazia questão que participassem do debate, aí vem o primeiro entrave: a legislação do CETE, que prevê o tripartismo e não permite participação que não seja classista. Nossa tese era de que em relação ao problema do desemprego, os sindicatos, os empregadores e o governo, em parte têm um acompanhamento, mas não sentem o problema do desemprego; quem sente o problema são as comunidades onde residem os desempregados, onde reside de fato o problema social. Então tínhamos as associações de bairro, os conselhos comunitários participando, seria para nós a ordem natural, não só entidade de classe.

A imposição legal descrita pelo representante sindical, que gerou polêmica entre as representações componentes da comissão que mais tarde formariam o CETE, exceto as representações comunitárias que pela legislação criada pelo MTE – Ministério do Trabalho e Emprego, repassada ao CETE – Conselho Estadual de Trabalho e Emprego, pelo CODEFAT – Conselho Deliberativo do FAT, o conselho municipal tem como entidades constituintes em forma tripartite e paritária os três segmentos acima mencionados. Esses segmentos oficialmente são quem possui vez e voto na deliberação, fiscalização e organização das políticas de trabalho e renda no município.

Parte dos representantes dos trabalhadores, do governo e empresários na sua totalidade foram contra a participação comunitária. Isso emperrou mais seis meses para a formação do CMTE, as duas bancadas tanto dos empresários quanto do governo foram totalmente

contra, pois eles trabalhavam na idéia da legalidade, e não da justiça social. A legislação diz o seguinte: não à participação popular na formação dos conselhos e para eles nós tínhamos que obedecer (Rui Richard – representante dos trabalhadores).

Esta evidência é ressaltada pela redação do artigo 1º da Lei Municipal 4.907/96, que cria o CMTE – Florianópolis:

Fica criado o Conselho Municipal de Trabalho e Emprego, órgão de composição tripartite e paritária entre entidades governamentais, de representação dos trabalhadores e dos empregadores.

Este dispositivo reproduz no âmbito municipal a formação existente no Conselho Federal –CODEFAT e no Conselho Estadual – CETE. Entretanto, partindo deste pressuposto, as representações do governo e dos empresários que compunham a comissão provisória de trabalho e emprego do município, com conhecimento da existência formal da tríade nas esferas superiores, impediram que se estabelecesse neste momento uma relação com maior liberdade às entidades comunitárias, onde eles pudessem ter o poder de decisão homologado. Utilizando o princípio da legalidade, mesmo participando de uma comissão “ilegal”, pois essa comissão ainda não estava formalizada nos termos da lei, o que vale dizer não havia sido aprovada nem pelo executivo nem pelo legislativo municipal. No entanto, partiu-se da idéia de que os trabalhadores de maneira geral seriam representados pelos sindicatos. Analisando a atual conjuntura do mundo do trabalho e sindical brasileiro constata-se que este fato não é condizente com a realidade da discussão sobre emprego e principalmente sobre o desemprego em última instância, os sindicatos têm defendido somente os seus filiados, ademais, o desempregado brasileiro não tem o hábito de permanecer filiado ao sindicato depois da perda do emprego. Outro ponto a refletir são os argumentos que sustentam que os desempregados estão sendo representados pelo governo. Este nos parece outro engodo, porque se estivessem os sujeitos sociais desempregados recebendo a devida atenção e sendo representados e tratados como cidadãos pelo Estado, não haveria necessidade dele repartir a responsabilidade com setores da sociedade civil, tão logo não haveria necessidade da existência do Conselho.

Durante o período de pré-formação do CMTE, as entidades comunitárias de Florianópolis, estiveram envolvidas e compromissadas com a discussão em torno do mundo do trabalho local, justamente porque há uma lacuna deixada pelo poder público

que se mostra incapaz de interagir com o social. Esse princípio de organização que despertou o comunitário, propiciou pela primeira vez no município uma convivência política de consenso entre as entidades comunitárias locais, tanto as lideradas pela UFECO – União Florianopolitana das Entidades Comunitárias, ligada ao PFL – PPB, como pela FAMESC – Federação das Associações de Moradores de Santa Catarina, ligada ao PMDB – PT.

Por outro lado, contraditoriamente no mesmo período do consenso entre os segmentos sociais dirigentes do CMTE, o avanço nas discussões sobre a profissionalização, a partir dos programas de qualificação e requalificação e as tentativas de buscar soluções para as questões de trabalho, emprego e renda no município, provocou também um princípio de divisão entre os próprios representantes dos trabalhadores sindicalizados que formavam a comissão provisória de trabalho e emprego. Nesta representação existiam diferentes vertentes ideológicas, desde os representantes ligados à CUT – Central Única dos Trabalhadores, aos representantes ligados aos chamados sindicatos “cartoriais”, sem grandes tradições participativas. A representação governamental por sua vez, mostra-se nesse período, sensível às questões encaminhadas, garantindo o espaço institucional para o debate.

Depois de seis meses de diálogo e busca de entendimento, costurou-se um acordo:

A gente teve que negociar para que as reuniões do CMTE fossem abertas e não fechadas, onde a comunidade pudesse participar, mas sem direito a voto (Rui Richard – Representante dos Trabalhadores, 2001).

O processo de discussão iniciado em 1994, começou a se materializar, com o primeiro contato entre Prefeitura Municipal de Florianópolis e alguns técnicos representantes do SINE – Serviço Nacional de Emprego, no dia vinte e dois de agosto de 1995. Após uma semana realizou-se uma reunião entre as entidades representativas dos três segmentos que futuramente constituiriam o CMTE, onde trabalhadores, empresários e governo pactuaram sobre a questão do trabalho e emprego a nível municipal. Este encontro foi a base para que cada segmento definisse as pessoas que iriam representar a entidade no CMTE.

As discussões entre os grupos perduraram até outubro de 1995. Nesse período as atenções foram concentradas na formação do CMTE – Florianópolis, na concretização do regimento interno, no levantamento de documentação exigida pelo CETE, na escolha e encaminhamento oficial de cada entidade e do nome de seus representantes para a composição do conselho.

Um fator de ordem jurídico-política acentuou ainda mais as dificuldades para a formação do CMTE local, na medida em que, diferentemente de todos os municípios do estado, por força de legislação orgânica, a criação do CMTE em Florianópolis teria que ser aprovada também pela Câmara Municipal de Vereadores. Diante do fato, uma subcomissão foi composta com a missão de elaborar um projeto de lei municipal que criasse o CMTE, para isso o apoio da Procuradoria Geral do município foi crucial. Nesse momento, paralelamente a esta atividade a comissão manteve vários contatos com a Câmara de Vereadores, passando pelas várias comissões parlamentares da casa, debatendo e explicando a importância do CMTE para o município.

Em maio de 1996 a Câmara de Vereadores aprova o Projeto Lei nº4.907/96, com modificação no texto original, incluindo-se como representação oficial no CMTE como representante do governo, quebrando dessa forma o princípio da paridade exigida pela Lei.

O vereador Michel Curi (PPB), autor da emenda que determinava a presença da Câmara de Vereadores no CMTE, foi questionado em relação à impossibilidade legal que recaía sobre sua proposta, porém, o então vereador manteve seu posicionamento e como sua corrente política possuía a maioria na Câmara, a proposta foi aprovada e mantida. A estratégia encontrada pelo governo executivo, ainda comandado por Sérgio Grando (PPS), que desde 1995 vinha se empenhando em oficializar o CMTE municipal, foi a de acatar a emenda aprovada pelos vereadores. Para possibilitar esse arranjo, a Secretaria de Planejamento municipal que teria assento no CMTE foi retirada, cedendo lugar ao legislativo. A aprovação deste novo projeto aconteceu em setembro de 1996, onde a Câmara de Vereadores confirmou o projeto proposto pelo executivo. No entanto, ao se tomar conhecimento do projeto aprovado, percebeu-se que os vereadores haviam omitido uma das representações dos trabalhadores que teriam assento no CMTE.

Inicia-se nova rodada de diálogo entre a comissão formada por representantes dos trabalhadores sindicalizados, governo, empresários e representantes comunitários, e as comissões constituídas da CMF – Câmara Municipal de Florianópolis.

Finalmente em dezembro de 1996 o Projeto Lei 4.907 de 17 de junho de 1196 homologado pelo Prefeito Sérgio Grando (PPS) foi aprovado pela CMF, recebendo ainda uma última alteração, confirmada pela Lei de 13 de janeiro de 1997. Em fevereiro de 1997, decorridos um ano e quatro meses da entrada do projeto na CMF, as entidades que possuíam assento no CMTE foram convocadas a encaminharem novamente o nome de seus representantes titulares e suplentes à Prefeitura para que o executivo, já sob a hegemonia do PPB com a Prefeita Ângela Amim, elaborasse um projeto lei designando os membros do CMTE – Florianópolis (vide anexo XX).

Com a aprovação do regimento interno em abril de 1997, foi eleito o primeiro presidente do CMTE – Florianópolis. Este processo foi marcado por um delicado jogo político entre as representações, relacionadas na seqüência. Segundo o regimento interno de 08 de abril de 1997, em seu artigo 2º, o Conselho Municipal de Trabalho e Emprego de Florianópolis constitui-se das seguintes representações:

I – Representação dos empregadores:

1. Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina – FIESC;
2. Associação de Micro e Pequenas Empresas – AMPS;
3. Associação das Indústrias de Vestuário do Aglomerado Urbano de Florianópolis – ASSINVEST;
4. Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte – SENAT;
5. Sindicato dos Hotéis, Restaurantes, Bares e Similares de Florianópolis.

II – Representação dos trabalhadores:

1. Sindicato dos Empregados no Comércio de Florianópolis;
2. Sindicato dos Trabalhadores das Empresas de Correios e Telégrafos;
3. Sindicato dos Empregados em Edifícios de Florianópolis;

4. Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de Florianópolis e região;
5. Sindicato dos Trabalhadores do Serviço Público de Florianópolis.

III – Representação do governo:

1. Secretaria de Saúde e Desenvolvimento Social;
2. Secretaria de Urbanismo e Serviço Públicos – SUSP;
3. Câmara Municipal de Florianópolis;
4. Sistema Nacional de Empregos – SINE/SC;
5. Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC.

A necessidade de eleger um conselheiro para presidir a nova instância de discussão e deliberação política, oficializada no município, fez com que representações oficiais passassem a se movimentar, já que o executivo apresentará seu candidato; antecipando a conversação entre as bancadas a prefeita Ângela Amim lança o Conselheiro Salomão Mattos Sobrinho, então Secretário Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social. Mesmo não tendo participação nas etapas anteriores à formação do CMTE, o Secretário Municipal Salomão Mattos Sobrinho a partir de sua designação oficial como conselheiro candidato à Presidência, começa a freqüentar as atividades de preparação para a primeira eleição do CMTE – Florianópolis.

Uma articulação política que contou com a participação total da bancada dos trabalhadores, a grande maioria dos representantes do governo e uma pequena, porém importante parcela dos representantes dos empresários, permitiu que se estabelecesse como regra básica para que os conselheiros pudessem ser elegíveis algumas prerrogativas, uma delas foi a freqüência assídua nos debates anteriores à formação oficial do CMTE. Sendo assim, a candidatura de Salomão Mattos Sobrinho ficou inviabilizada, fato que não impediu que permanecesse até o momento final (votação para escolha do presidente). Como a maioria, inclusive do governo, já haviam se manifestado contrários ao candidato apresentado, escolheu-se então Rui Richard,

representante dos bancários, sendo este o primeiro presidente do CMTE – Florianópolis, em 1997.

Eu tive a honra de ser o primeiro presidente do CMTE. A gente passou a buscar principalmente aquelas pessoas que comungavam da idéia da participação da comunidade; independente das nossas divergências, tentamos fazer um pacto visando garantir a participação popular (Rui Richard, 2001).

A posição adotada pela direção do CMTE não foi totalmente aceita pela maioria das bancadas, as quais passaram a não freqüentar as reuniões ordinárias, impossibilitando por falta de coro a tomada de qualquer decisão. Por esse fato inicia-se uma fase de dialogo entre alguns representantes do governo e dos empresários no sentido de refletir a importância da participação popular no CMTE. Através destas conversações o representante da AMPS – Florianópolis aliou-se à idéia e trouxe consigo alguns componentes da bancada dos empresários (SENAI, SENAC). Isso possibilitou que as reuniões ordinárias passassem a ter condições de deliberação, pois conseguiu-se reunir os $\frac{3}{4}$ de cada bancada. Esse acordo certamente não eliminou as divergências históricas que marcam as relações destes segmentos, as discordâncias em vários aspectos das relações sociais, em especial as ligadas ao mundo do trabalho não foram superadas, mas isso não impediu que houvesse uma convergência sobre alguns temas pontuais. Essas contradições se mostraram tão intensas, que a partir desse acordo houve dissidência inclusive entre a bancada dos trabalhadores, pois algumas representações também não admitiam uma abertura do CMTE á participação popular que lhe concedesse poder decisório.

Nesse aspecto Rui Richard indaga que:

Existia uma regra que sustentava a necessidade que para ter coro no CMTE tinha que ter pelo menos 50% da bancada de cada segmento, um limite de três representantes de cada segmento. Nós tivemos grandes dificuldades em dar seqüência aos trabalhos porque os empresários não compareciam. Depois de muita conversação conseguiu-se acertar para a presença de três representações da parte deles. Nós tínhamos que sensibilizá-los de que seria uma irresponsabilidade muito grande da patronal impedir a construção e a discussão da possibilidade de se criar uma política de emprego e renda na cidade. Os trabalhadores que defendiam uma vertente que não batia muito com uma análise mais de classe também foram embora, por exemplo, o Sindicato dos Trabalhadores dos Hotéis, Bares e Similares.

Com o acordo firmado, os segmentos passaram a refletir com as lideranças comunitárias. Num primeiro momento a preparação para receber os recursos do FAT; em um momento posterior as reflexões foram no sentido de esclarecer a comunidade sobre o caráter paliativo que a implantação do CMTE e os programas de qualificação e requalificação profissional trazia embutido na sua essência.

O lema neste momento era discutir mesmo com as comunidades. Precisávamos nos articular em termos de preparação para receber os recursos do FAT. Era necessário ficar bem claro à comunidade que isso era uma medida paliativa, não era definitiva. Para uma medida definitiva precisa haver uma ação contundente do governo para acabar com o desemprego (Rui Richard, presidente do CMTE – gestão 97).

Uma outra questão bastante polêmica nesta fase de estruturação do CMTE foi a discussão sobre o trabalho informal. A inclusão desta na agenda de reuniões do CMTE rachou novamente o bloco que dava sustentação ao conselho. Os representantes dos empresários, aliado à maioria dos trabalhadores, passaram a defender que a discussão desta questão não fazia parte das obrigações do CMTE. O conceito de atividade informal começou a ser discutido e a figura do profissional autônomo apareceu com muita ênfase, aumentando ainda mais a resistência daqueles que defendiam a discussão apenas das atividades formais, pois o entendimento que se delineou em relação às atividades informais recaía sobre a figura dos profissionais liberais recém formados, ou seja, trabalhador informal que para esta corrente se resumia em médicos, advogados, dentistas, entre outros recém formados que pretendiam montar suas salas de atendimento. Esta visão inconsistente sobre o trabalho informal ressuscitou no CMTE a discussão da participação popular: Quem oficialmente representa o desempregado? Obviamente, ao menos no município de Florianópolis, ninguém. Porém, quem poderia em última instância até que se vislumbre formas específicas de organização deste segmento? Os mais indicados para esta tarefa são os líderes comunitários que, quando não são desempregados, convivem, sentem e percebem cotidianamente a penúria, a angústia e as estratégias de sobrevivência utilizadas por estes sujeitos sociais diante da incapacidade, ou da estratégia do atual sistema capitalista em não oferecer emprego e qualquer possibilidade de geração à maioria dos sujeitos sociais em idade para o trabalho.

O mal estar instalado entre as bancadas fez com que se buscasse alternativas para que o pacto firmado pelos segmentos fosse mantido. A forma encontrada para que os representantes dos empresários e parte dos representantes do governo mantivessem a posição inicial, onde a participação popular se traduzia em uma importante aliada em relação à geração de trabalho e emprego em Florianópolis, foi a aprovação do Fórum Municipal de Trabalho e Emprego como espaço público para discussão e debate. Com isso a relação entre os empresários, o governo e as comunidades tornou-se mais clara e manifesta, uma vez que no grande debate as posições tornaram-se públicas, de forma que os representantes dos empresários diante da possibilidade de explicação/justificação não se sentiam à vontade em opinarem contra a vontade popular. Por outro lado, o governo, em especial os representantes ligados à ideologia política hegemônica, estrategicamente procuravam homologar a vontade popular.

A aparente resolução desta questão chamou a atenção do CETE, instância também deliberativa e paritária, com ascensão hierárquica sobre o CMTE, de tal forma, que todas as deliberações homologadas pelo CMTE em conjunto com as lideranças comunitárias eram vetadas ou modificadas completamente. Entretanto a hierarquia, transformada em mandonismo pelo CETE, provocou uma relação de desconfiança e descrédito entre lideranças comunitárias e CMTE, pois as reivindicações, o esforço, o tempo empenhado e as necessidades que representavam o anseio comunitário não eram consideradas. Um exemplo claro dessa relação são os projetos de padarias comunitárias, aprovado em fórum popular e homologado pelo CMTE: para este programa algumas comunidades, como a do Morro do Mont-Serrat, possuíam toda a aparelhagem e o espaço físico para iniciar o empreendimento, necessitando apenas do curso de qualificação para os moradores que pretendiam aprender o ofício, porém, depois da expectativa estar presente no imaginário popular, o projeto é vetado pelo CETE sem maiores explicações.

A comunidade levou para o CMTE que nós precisávamos qualificar as pessoas para trabalhar com padaria, porque nós tínhamos todo aparelhamento e pessoas desempregadas querendo aprender a trabalhar nesse ramo. Nós preenchemos as fichas aqui mesmo no centro comunitário. Foi aceito, mas depois foi tudo cortado (Sr. Teco, liderança comunitária do Mont Serrat).

O mandonismo do CETE teve grande influência no sentido de desmobilizar a participação comunitária no CMTE. Esta prática mostrava-se cada vez mais intensa e prejudicial, na medida em que as decisões tomadas feriam o princípio deliberativo do CMTE e desestimulava a participação das lideranças comunitárias a nível local.

As palavras de Rui Richard resumem como terminou o primeiro ano de funcionamento do CMTE em Florianópolis.

Mesmo partindo-se da premissa legal imposta pelo CMTE – CODEFAT de que os conselhos de trabalho e emprego tem como alvo principal o trabalho formal. Tínhamos clareza de que a partir desta postura apenas uma parcela da sociedade teria direito, contudo nós acreditamos que o CMTE seria de fato uma grande ferramenta à população florianopolitana. Esse era o nosso sonho que a gente alimentou em 94, 95, 96 e 1997. Nós investimos todos os nossos esforços para fortalecer esse espaço, formamos o Fórum de Qualificação, fomos buscar parcerias com universidades, fomos buscar também outras alternativas com os empresários, enfim, essa era uma preocupação permanente: criar um espaço onde toda preocupação não fosse somente o emprego.

No ano de 1998 o CMTE passa a ser dirigido por nova presidência. Na eleição deste ano o segmento do governo, através da conselheira Simone Mattos Machado, representante da UFSC, é escolhida para presidir as atividades do CMTE.

Esta experiência será marcada pela retomada da solidificação dos princípios democráticos através da criação de mecanismos de participação popular nos programas de qualificação e requalificação profissional. A busca da participação comunitária foi reelaborada a partir das ações que haviam sido iniciadas no final de 1997, que no entanto, por tudo que foi constatado, não tiveram o sucesso pretendido. De todo modo, os preparativos para a formação do Fórum Municipal de Trabalho e Emprego tiveram seqüência, sendo remetidas na ocasião cerca de 200 correspondências à entidades comunitárias e filantrópicas de Florianópolis, convidando-as a trazerem suas demandas na área da profissionalização.

A questão central da gestão de 1998 foi a fortificação da relação comunidades – CMTE, esta proposta incluía:

- a) a divisão da cidade em 11 grandes regiões geo-políticas;
- b) mapeamento das entidades comunitárias existentes em cada região;

c) realização do Fórum Municipal de Trabalho e Emprego em duas etapas:

Numa primeira etapa se realizaria uma análise da conjuntura do mundo do trabalho municipal e uma apresentação da política de qualificação e requalificação profissional local.

Na segunda etapa os trabalhos se concentrariam na discussão da deliberação sobre a planilha dos cursos a serem executados em Florianópolis.

- d) discussão entre as entidades executoras e as representações das regiões com o objetivo de organizar a operacionalização dos cursos;
- e) execução dos cursos com acompanhamento das organizações comunitárias e do CMTE;
- f) realização do 2º seminário de avaliação do programa, com previsão para ocorrer no sindicato dos bancários no mês de dezembro de 1998;
- g) iniciar uma discussão coletiva sobre o alto percentual de recursos investidos na prática de formação profissional voltada para o emprego formal;
- h) refletir sobre a falta e as possibilidades de investimentos na política de geração de renda (empreendimentos produtivos para o setor informal);
- i) avaliar o processo de deliberação dos recursos ainda centralizado no âmbito nacional e estadual (CODEFAT – CETE).

A partir deste preâmbulo a gestão CMTE – 1998 começou a desenvolver suas ações a partir do Fórum Municipal de Trabalho e Emprego realizado no CSE – Centro Sócio Econômico da UFSC, no mês de abril de 1998. Nesse espaço iniciou a divisão da cidade em regiões geo-políticas e realizou-se a discussão em grupos por região. Findando este trabalho as lideranças comunitárias retornaram às suas comunidades com a incumbência de discutirem com os moradores suas prioridades de cursos e/ou empreendimentos, devendo reingressar ao segundo momento do Fórum marcada para a semana seguinte.

A divisão geo-política da cidade e o mapeamento das entidades comunitárias municipais foi assim estabelecido:

Região 1	Região 2	Região 3	Região 4
Morro das Pedras Praia do Sonho Pântano do Sul Campeche Armação Praia do Matadeiro Ribeirão da Ilha Caieira da Barra do Sul Alto Ribeirão	Costeira José Mendes Morro da Queimada Carianos Saco dos Limões Tapera Rio Tavares	Morro do Mocotó Alto da Prainha Centro Morro do Tico-Tico Morro da Mariquinha Morro do Céu Mont Serrat	Chico Mendes Promorar Monte Cristo Capoeiras Morro do Flamengo Nossa Senhora da Glória Nova Esperança Novo Horizonte Conjunto Panorama Santa Terezinha I Santa Terezinha II Coloninha Estreito Jardim Atlântico
Região 5	Região 6	Região 7	Região 8
Agrônômica Vila Santa Rosa Morro do Horácio Morro da Penitenciária Morro do 25	Sambaqui Santo Antônio Cacupé Barra do Sambaqui	Coqueiros Jardim Ilha Continente Abraão Morro da Caixa Bom Abrigo Praia do Meio Vila Aparecida I Vila Aparecida II Arranha Céu	Santa Mônica Trindade Serrinha Pantanal Córrego Grande Jardim Anchieta Itacorubi Saco Grande I
Região 9	Região 10	Região 11	
Lagoa da Conceição Canto da Lagoa Porto da Lagoa Canto dos Araçás Costa da Lagoa	Canasvieiras Ponta das Canas Cachoeira do Bom Jesus Lagoinha Jurerê Praia do Forte Daniela Vargem Grande Ratones	Rio Vermelho Barra da Lagoa Ingleses Vagem do Bom Jesus	

Fonte: Quadro do Autor.

Na segunda etapa do Fórum, depois do retorno de suas bases, deliberou-se que cada região indicaria quatro pedidos de cursos e que seria eleito um representante comunitário por região para acompanhar a tramitação da planilha com os pedidos dos cursos junto ao SINE e sua operacionalização nas regiões solicitantes, devendo também cada liderança comunitária regional participar das reuniões ordinárias do CMTE, com o objetivo de organizar no âmbito das comunidades a infra-estrutura para a realização dos cursos. As atividades do CMTE durante a gestão governamental foi movimentada pelos aspectos destacados, ficando a realização do 2º Fórum de Qualificação e Requalificação para um mês após a posse da terceira presidência do CMTE, assumida por Rafael

Zanelatto Júnior, representante dos empresários, indicado pelo SENAT. Para resumir a gestão do CMTE – 1998 vejamos o que diz a presidente Simone M. Machado em seu relatório de gestão publicado em 18/05/99:

Ao assumir a presidência do CMTE de Florianópolis, tive como prioridade o fortalecimento da base popular do conselho bem como do seu trabalho coletivo interno, que já dava sinais de vida e que levantei como condição para que eu pudesse assumir o compromisso que me era delegado em consenso pelos membros que me elegeram (...). Satisfeita com a evolução dos objetivos que me propus, e incluo aqui mais um objetivo que se constituiu ao longo do processo que foi a construção de relações de diálogo, na sua maioria tensas e conflituosas com o Conselho Estadual de Trabalho e Emprego, bem como com o SINE.

Para aqueles que se assustam com a palavra conflito eu gostaria de frisar que este fenômeno ocorre quando as diferenças e os sujeitos de um processo conseguem se expressar. A realidade vivenciada pelo nosso Conselho Municipal de Trabalho e Emprego na sua relação com a situação de miséria material e intelectual da população a qual devemos respostas, ou seja, o conjunto de cidadãos desempregados e subempregados de Florianópolis, alvo das políticas públicas financiadas com recursos do FAT. Nem sempre foi compreendida pelas instâncias executivas e mesmo pelo CETE/SC. Quando tentamos descentralizar o processo decisório com a participação das entidades comunitárias, como parceiros na operacionalização, fiscalização e avaliação das ações do PEQ – Plano Estadual de Qualificação em Florianópolis, sentimos que falávamos uma língua estrangeira, um código que por ser diferente, muitas vezes não mereceu credibilidade, causando um certo receio, como se as estruturas convencionais de poder pudessem sofrer uma ameaça com o poder chegando àqueles que de fato sofrem a situação de exclusão social nesta cidade e neste país (Machado, 1999).

Na terceira gestão houve uma retração da política participativa e elevação do grau de burocratização do CMTE.

Depois que o representante dos empresários assumiu, ele passou a usar o ritmo da empresa e queria aplicar no CMTE. Eu não sei se por maldade ou porque ele estava realmente acostumado com o ritmo da empresa, respeitando muito a hierarquia. Nós não temos que nos prender à hierarquia, temos que colocar nossa opinião e tentar mudar. Até o Rafael Zanelatto não ser presidente, ele era conselheiro, e nessa condição era minoria. Até então ele participava das decisões, contribuía nas discussões, aceitava as nossas propostas. Mas assim que ele assumiu a presidência, acho que ele botou na cabeça que era o dono do CMTE e as coisas tinham que acontecer conforme ele queria

(Ilo Freitas, ex-conselheiro, atual presidente do CMTE, representante dos trabalhadores).

A relação do mandonismo estabelecido pelo CETE, voltou a ter influência no CMTE, mostrando outra face dessas relações. O sectarismo burocrático acentuou-se, as relações entre as bancadas entraram em um sistema de estranhamento e as divergências se acirraram, a participação burocrática que antes era limitada pela impessoalidade da lei e pelo mandonismo do CETE, se transforma em um empecilho também para a presidência do CMTE. Entendendo a participação popular como sendo apenas um simples auxílio para suas ações enquanto presidente do CMTE, Zanelatto nos relata como a participação comunitária na sua opinião deve ser incluída na discussão sobre trabalho e renda no município:

O conselho nas suas representações, teoricamente ou filosoficamente, está bem dividido, tripartite e paritário. Tem o governo que nem deveria estar no CMTE, ele sempre serve de medida (...) por isso essa noção de tripartite eu já acho furada. O governo vai tirar partido de quem: meu ou do outro?. Teria que ficar como mediador. Então teria que ser um conselho bipartite e o governo seguir mediando. Esse é o meu pensamento. O conselho teria que ser subsidiado com informações, nesse caso quem está na ponta é o conselho comunitário, é a comunidade de fato, ela é que pode nos dizer que lá no Ribeirão da Ilha, por exemplo, não estão precisando de padaria, mas de um curso de motor de poupa. Muitas vezes o pessoal do CMTE não tem esta visão. Se hoje tivéssemos um terço dos conselhos comunitários de Florianópolis expressando sua realidade, imagina que tranquilidade para o CMTE.

A noção da participação popular fora do âmbito decisório é permeada pelo discurso conservador na medida em que tende a construir uma relação entre mandantes e mandados. O fato de enxergar a comunidade apenas como uma fonte de informação revela os termos e limites do espaço público em reconhecer o público como sua própria essência. Uma ação que tem como fio condutor a democratização através da hierarquização das relações, não deixa possibilidades de mudança e pode criar expectativas não reais e uma pseudo-situação de que os processos decisórios no setor público estão sendo participativos e democráticos.

Nesse sentido Sposati (1997) chama a atenção para a questão da “estatização da ação” ou por outra o reforço indiscutível das agências governamentais superiores sobre

as inferiores, e a suprema autoridade dessa com respeito a eficácia das atividades desenvolvidas ao nível local e da própria descentralização como processo democrático.

Na Ata nº 073/99 da reunião extraordinária do Conselho Estadual de Trabalho e Emprego de Santa Catarina, define-se que a realização dos fóruns municipais de trabalho e emprego passariam a existir de forma regionalizada e simultânea, nos municípios sede das coordenadorias regionais da SDF, atendendo a demanda e a soma dos recursos por região. Contudo os preparativos para a concretização do 2º Fórum Municipal de Trabalho e Emprego proposta da gestão anterior, já estavam alinhavados, pois durante parte do ano de 98 e início de 99 houve uma intensa discussão entre CMTE, comunidades e entidades executoras no sentido de melhor organizar as atividades do tão esperado Fórum.

As divergências na gestão empresarial do CMTE se estabeleceram num primeiro momento porque a nova presidência não estava obedecendo a resolução 002/99, que ressaltava o caráter deliberativo dos fóruns municipais de trabalho e emprego, porém o posicionamento defendido pelo presidente tornava-o apenas consultivo, um espaço onde as comunidades e as entidades filantrópicas, poderiam freqüentar e apresentar dados sobre sua realidade e também fazer pedidos de cursos. Mas nada dessas questões seriam deliberadas naquele espaço, contrariando uma resolução que ele próprio como conselheiro havia aprovado meses antes, no mesmo ano de 1999.

Concomitantemente a este acontecimento o SINE, órgão executor do CETE e do CMTE, ao operacionalizar uma deliberação do CETE sobre a institucionalização de fóruns regionais no estado, a qual manteve a divisão em 13 regiões já estabelecidas pela SDF, restringe o número de fóruns regionais, concentrando-os em 7 regiões. Com essa medida, o fórum regional que estava preparado para Florianópolis, foi agrupado ao fórum de Itajaí.

Esta determinação provocou um grande movimento envolvendo as comunidades e as bancadas do governo e dos trabalhadores. A idéia de que o pano de fundo desta questão é a desarticulação da participação popular em Florianópolis, fica clara nas colocações dos sujeitos sociais que viveram este processo.

Para mim estava bem claro. Existia uma resolução que dizia que os fóruns tinham que acontecer onde tinha regionais do SINE, e então aqui em Florianópolis tinha que ter para atender a região; e eles

juntaram-nos com Itajaí, que deveria estar junto com Blumenau. No meu ponto de vista, foi um jeito encontrado de desmobilizar a comunidade e impedir que elas participassem, porque nem todas as lideranças comunitárias têm condições de pegar um ônibus e se deslocar para Itajaí. Então isso foi mais para isolar o movimento comunitário de Florianópolis (Ilso de Freitas, atual presidente do CMTE).

Eles (SINE) transferiram o fórum de Florianópolis para Itajaí, e daí a Simone Mattos, nós aqui do Tico-Tico e da Mariquinha, junto com outras entidades comunitárias, achamos por bem entrar com uma ação judicial, porque já estava tudo manipulado, eles queriam deixar Florianópolis de fora, temendo não sei o que. Nós só estávamos organizados e com consciência da contribuição que poderíamos dar ao CMTE. Há praticamente um ano nós, as lideranças comunitárias de Florianópolis, vínhamos trabalhando em conjunto, construindo um elo muito forte. Às vezes a gente fica meio confuso. Não sabemos quem está do outro lado, quem é aquela pessoa que está desempenhando aquele papel no momento. Na época a juíza engavetou o processo, ela não tinha interesse de bater de frente com o governo conservador de Ângela Amim (Maxuel Arantes, liderança comunitária do Morro do Tico-Tico).

A decisão de impetrar um pedido de liminar urgente foi consenso, de forma que a ação judicial foi encabeçada pela Associação de Moradores do Morro do Tico-Tico, pelo Conselho Comunitário do Pantanal, pelo Conselho Comunitário do Cristo Redentor e pela conselheira Simone Mattos Machado, na condição de cidadã membro do órgão sediante do fórum.

O recurso jurídico utilizado pelas comunidades a fim de reverter a decisão tomada pelo SINE, retrata nos pormenores o nível de organização em que se encontravam as entidades comunitárias de Florianópolis em torna das políticas de trabalho e emprego.

Os três primeiros impetrantes são entidades representativas de moradores de bairro da cidade de Florianópolis, que têm direito de participação nos fóruns regionais deliberativos acerca de repasses de recursos do FAT. Ante o ato coator, ficaram impedidas do exercício de seus direitos (Mandado de Segurança – Da Legitimidade dos Impetrantes, 1999:3. Ver Anexo).

A justiça brasileira sempre se mostrou inexoravelmente lenta, como se a morosidade fosse o caminho para tonar justo o injusto. Em alguns casos esta lentidão por si só reforça e colabora para a concretização de uma injustiça. Nesse sentido a

burocracia normalmente é culpabilizada, e os responsáveis pelo cumprimento da lei dizem que nada podem fazer além do que já fazem, diante do ethos burocrático que reveste as entranhas do judiciário brasileiro. Não é desconsiderável esse raciocínio, havemos de concordar que o sistema judiciário, aliás o sistema público brasileiro, é tomado por vícios burocráticos que o tornam cada vez mais um serviço de difícil acesso aos cidadãos. Entretanto, na medida em que as relações de dominação política e econômica tendem a se hegemonizar, atingem também os serviços públicos, principalmente as instâncias de alto poder decisório, os legislativos nas três esferas da jurisdição nacional, o poder político central, e o judiciário no seu conjunto. Contudo, com o entrelaçamento destas duas categorias, existe uma grande possibilidade que o trâmite burocrático infelizmente tido pela maioria como sinônimo de morosidade, e a influência política e econômica possam impedir que os legisladores corrijam o injusto, mesmo que seja com uma injustiça, se considerarmos a morosidade da lei injusta. Porém alguns acontecimentos levam-nos a refletir sobre a hipótese de existir algo mais nos meandros do argumento burocrático. É ele o único responsável pela ineficiência da justiça nacional? Talvez a demora do judiciário de Florianópolis, no caso do mandato de segurança impetrado por algumas comunidades e interessados na questão das políticas de trabalho e emprego no município, auxilie a reflexão do leitor que se propuser a buscar respostas a este fato.

Imaginemo-nos em uma situação de eminente risco, cuja única possibilidade de evitar a perda que julgamos injusta é a de recorrer à justiça. Considere que para evitar o risco que você está correndo seja necessário uma intervenção rápida do judiciário. A partir de então, talvez possamos avaliar o tratamento dado à liminar impetrada contra o SINE/SC no dia 16 de julho de 1999, recebendo parecer somente no dia 09 de outubro de 2000, depois que o respaldo judicial ao pedido já não fazia mais sentido em relação às perdas, pois tudo que não podia acontecer já havia acontecido. Em seu parecer final o judiciário alega que conforme atas com as listas de presença juntadas ao processo, houve a participação das entidades comunitárias de Florianópolis no Fórum Regional de Itajaí. Depois de consultar as referidas atas e analisar as listas de presença constatamos que não havia nela nenhuma assinatura de entidades comunitárias de Florianópolis.

O custeio do processo judicial foi sustentado pela ajuda de conselhos comunitários, sindicatos e políticos municipais e estaduais. Os custos iniciais foram

garantidos através do Conselho Comunitário do Pantanal e do Gabinete da Vereadora Lia Klein (PC do B); os custos da advogada foram garantidos através do Sindicato dos Estabelecimentos Bancários de SC, do Sindicato dos Trabalhadores em Edifícios de Florianópolis, do Sindicato dos Comerciários e do Gabinete da Deputada Ideli Salvati (PT).

O envolvimento dos movimentos sociais com lideranças comunitárias de posicionamento progressista de esquerda, embora que a olho nú pareça uma obviedade, pode nos revelar uma situação de intensa busca pela hegemonia política, principalmente no caso de Florianópolis, dominada por uma política que historicamente trabalha pelo viés da manutenção do “status quo”.

Este terceiro momento do CMTE foi marcado pelas intensas disputas internas e por uma política de distanciamento das lideranças comunitárias, revelando o autoritarismo e o forte componente ideológico que norteiam as ações de alguns sujeitos sociais que oficialmente compõem o conselho. O fato do CMTE lidar diretamente com questões ligadas ao sistema capitalista, dinheiro, trabalho e organização popular, lhe confere especificidade *sui generis* que os outros conselhos não possuem. A possibilidade de deliberar sobre o recurso e a forma de utilização deste, a partir do sujeito social desempregado, retira do empresariado a hegemonia que sempre lhe competiu: treinar seus trabalhadores, ensinando-os as práticas e as teorias convenientes ao sistema de produção, no sentido de preparar o trabalhador para simplesmente aumentar a produção.

É sereno pensar que a possibilidade de descentralização deste processo suscita mais do que a idéia da democratização do espaço público, da educação para a cidadania e do envolvimento popular com os problemas cruciais e definidores de seu cotidiano, trás também um desconforto e uma desconfiança permanente aos conservadores locais.

Ao assumir a quarta gestão do CMTE em maio de 2000, o representante dos trabalhadores, conselheiro Ilso de Freitas, presidente do Sindicato dos Comerciários de Florianópolis, assume também uma estrutura totalmente desarticulada internamente e sem participação da comunidade externa. As funções do CMTE resumiram-se apenas em formalidades. Seu papel deliberativo, sua plataforma de trabalho envolvendo os

sujeitos sociais florianopolitanos, só existiam nos documentos. As atas⁹ analisadas de 1999 a 2000 apontam a imobilidade e a insuficiente intervenção do CMTE na realidade social do mundo do trabalho local. Entretanto, percebe-se claramente que o dinheiro dos trabalhadores, independente da situação organizacional do conselho, está sendo consumido religiosamente conforme as regras do CODEFAT e do CETE. Apontando para esta direção Luiz Ecco, conselheiro representante dos empresários, indicado pela FECOMÉRCIO – SENAC, faz a seguinte análise:

Pelo tempo que estou no CMTE, a relação entre as representações no que diz respeito a tomadas de decisões, é calma demais. Hoje ela está sem comando. Então quem tem melhores argumentos tem conseguido encaminhar as decisões, aquele que conhece mais determina. Não tem conflito, porque a gente não chega a esse momento. Mas eu estou preocupado porque vejo um marasmo muito grande, as pessoas não estão lá muito comprometidas. É complicado. Veja só: hoje não é porque é da bancada dos trabalhadores, porém ele próprio, o presidente atual do CMTE, colocou que pegou a presidência porque ninguém queria, e está conduzindo dessa forma. Foi rifada a presidência entre as bancadas. Até a coordenação das reuniões tem sido assim. O CMTE não está sendo valorizado. Está funcionando como figura decorativa. Existe porque precisa existir para garantir a verba do FAT ao município.

O termo “figura decorativa” que aparece na narrativa acima traz consigo um forte componente ideológico duramente combatido desde 1994, com a formação da comissão provisória de trabalho e emprego. Todas as lutas e os conflitos político-ideológicos aliado ao envolvimento comunitário se deu no sentido de não permitir que a instância de discussão e deliberação política sobre os programas e os recursos destinados às políticas públicas na área do trabalho no município não se configurasse em uma estratégia de manutenção social, manipulada pela hegemonia política e econômica. Isto não é uma afirmação conclusiva, aliás, nem poderia ser, devido ao fato de representar o olhar de um dos dez conselheiros entrevistados durante uma das fases de nossa pesquisa de campo. Por outro lado, a necessidade da existência de um conselho formalizado para que o município possa receber os recursos do FAT é também um componente importante do processo analisado. A medida em que o conselho passa a existir, independente da vontade das elites econômicas e principalmente da política

⁹ A pesquisa bibliográfica realizada para a construção desta dissertação compreende todas as atas homologadas pelo CMTE desde a formação da comissão provisória em 1994. Estes documentos podem ser acessados no CMTE – Florianópolis.

local, pois diante da escassez de recursos que estão submetidos é praticamente inexistente a hipótese do município refutar ou impedir a existência do CMTE. Neste caso, resta ao poder político local, valendo isto também aos poderes federal e estadual, implantar sua hegemonia no interior dessas esferas, e através de seus mecanismos de controle encaminhar as ações decisórias a partir dos interesses que não interfiram em seus projetos ideológicos e políticos.

Para o presidente atual do CMTE, existe uma lamentável falta de comunicação entre os representantes das bancadas das três esferas que compõem o conselho. É interessante ressaltar que a inexistência de comunicação se dá também entre os membros do mesmo segmento: representantes dos trabalhadores do CETE não possuem nenhuma relação com os representantes dos trabalhadores que compõem o CMTE.

O CMTE está isolado. No meu ponto de vista o caminho não é este, pelo menos as bancadas dos trabalhadores deveriam trabalhar mais articuladas. Quanto mais argumentos nós tivermos, mais vamos nos afirmar dentro desses conselhos, até porque é o dinheiro do trabalhador que está sendo gasto, e no meu ponto de vista, gasto de maneira equivocada. Muito embora eu sempre tive a suspeição de que este dinheiro está sendo usado para duas coisas: primeiro para qualificar a reserva de mão-de-obra para o mercado; segundo é que o governo usa isso para se promover: não importa a qualidade do curso, importa é a quantidade, para que no início das campanhas políticas ou final de mandato, dizer que promoveu qualificações de milhões de trabalhadores. Eu digo que o dinheiro está sendo mal aplicado porque nós não temos mercado para trabalhar e porque esta qualificação não é adequada. Nós fizemos uma pesquisa recentemente e os cursos que precisavam de no mínimo 160 horas foram concluídos com 80 horas-aula (Ilso de Freitas, presidente atual do CMTE).

A preocupação com a profissionalização financiada pelos recursos do FAT, que se operacionaliza pelos cursos de qualificação e requalificação profissional articulados pelo CETE e pelo CMTE, é alvo de críticas dos representantes das três bancadas e de lideranças comunitárias.

O entendimento sobre a má qualidade dos cursos profissionalizantes oferecidos no município traduz-se na preocupação com a gestão dos recursos. No entendimento dos trabalhadores, esse dinheiro não é público, ele pertence exclusivamente a uma classe. Por outro lado, os empresários demonstram claramente a visão de que o recurso é público e deve ser gerenciado por uma esfera pública. Já os representantes do governo

demonstram ciência em relação à origem dos recursos, ressaltam a contribuição dos trabalhadores como provedora das verbas, porém, trabalham a partir da concepção de bem público. A polêmica em torno do uso dos recursos também é tema preocupante para os conselheiros do CMTE:

Diversas vezes no SINE eu já coloquei que essa verba do FAT não é pouco e está sendo colocada no lixo. Os cursos são realizados nas comunidades ou no centro, e não estão tendo continuidade (Alcione Teixeira, representante do governo, indicada pela Prefeitura Municipal de Florianópolis).

Essa preocupação é legítima. Eu represento os empregadores, mas trabalhamos com educação profissional e isso se faz com tempo, paciência e qualidade. Não dá para profissionalizar uma pessoa com 50, 60 ou 80 horas. As pessoas, elas já têm uma defasagem em relação à educação formal. Muitas delas são semi-analfabetas e ainda você vai profissionalizá-las com 80 horas? Nós já reclamamos disso e recebemos a seguinte resposta: nós estamos fazendo um paliativo, isso foi reclamado lá em Brasília num encontro de nossa bancada com os representantes do MTE. Para você formar um vendedor precisa de uma carga horária de 1000 horas/aula, sendo que o máximo de horas oferecidas pelos cursos administrados com recursos do FAT são de 200 horas. Eu acho que é muito dinheiro para fazer uma coisa bem superficial (Ivan L. Ecco, representante dos empresários).

Esses recursos do FAT estão sendo muito mal utilizados, sem contar com o que é mais grave, os recursos estão sendo utilizados também para demissão de trabalhadores, que é o recurso para privatização das empresas públicas. Isso acontece mesmo tendo um conselho curador do BNDS que os trabalhadores participam (Rui Richard, ex-presidente, representante dos trabalhadores).

Estas falas retratam o quadro atual vivido no CMTE – Florianópolis: as deliberações são inexistentes, os debates não possuem nenhum teor organizativo, discute-se apenas as melhores formas de obedecer o mando do CODEFAT e do CETE. O princípio da normatização aliado à não refutação formal das determinações do CODEFAT – CETE é o fio condutor das ações dos conselheiros. Conforme demonstraram, todos possuem conhecimento do atual estado de inoperância, de subserviência em relação às instâncias hierarquicamente superiores em que está submetido o CMTE. Existe ciência da má qualidade dos cursos oferecidos aos sujeitos sociais florianopolitanos, entretanto, o imobilismo diante das regras estabelecidas e a conveniência da situação atual para os empresários, que além de participarem de uma instância de discussão política que mantém o atual estado de coisa no mundo do

trabalho, ao passo que não atingem as relações e condições de trabalho, mantendo a mão-de-obra sob uma pseudo-expectativa de entrada no mercado de trabalho, mantém-se também encoberta a discussão sobre a possibilidade de geração de renda com qualidade no trabalho, como alternativa à formalidade, permitindo a tranqüila manutenção do trabalho informal, o qual tem sido uma válvula de escape aos empregadores, na medida em que os trabalhadores continuam produzindo para a fábrica, fora dela, em péssimas condições de trabalho e sem garantias constitucionais, isentando o empregador das contribuições inerentes ao trabalho formal, de muita importância para o trabalhador e à nação.

O governo local, enquanto instituição, também se beneficia do “marasmo” que paira sobre o CMTE, o fato de não haver envolvimento comunitário atualmente, coloca o poder público local em uma situação confortável, pois as discussões sobre as necessidades reais da população desempregada quando discutidas são a partir do prisma classista conservador e não como política pública voltada ao interesse social. Por outro lado existe a questão do uso político feito a partir das ações concretizadas com os recursos do FAT no município, elas reforçam o discurso e as plataformas de campanhas eleitorais, exercendo grande influência na decisão do eleitor. Atualmente o CMTE tem sido apenas um mecanismo pelo qual o poder político divide a responsabilidade sobre as políticas públicas de trabalho e emprego com segmentos organizados da sociedade civil. Todavia, através de legislações que impõem normas e regras à estas instâncias faz com que os Conselhos de Trabalho e Emprego se enquadrem a uma lógica de ação vinculada a ideologia do poder político hegemônico mantendo a estrutura de dominação social. Através do implemento das estratégias de articulação e forças sociais que compõem o cenário produtivo nacional dadas como “novas” mantém-se as “velhas” formas de dominação política e ideológica, demarcando o distanciamento do cidadão em relação aos espaços públicos, em especial das ações decisórias articuladas a partir destas instâncias de discussão e deliberação política.

4.4. O mundo do trabalho em Florianópolis a partir da visão de mundo do sujeito social desempregado: a expressão da fala comunitária

Com uma área territorial de 436,50km², sendo 424,40 km² referente à ilha e 12,10 km² de área continental e com uma população de 271,281 mil habitantes (IPUF, 2000), Florianópolis tem sua economia alicerçada nas atividades do comércio, prestação de serviços, indústria, turismo, artesanato e pesca. Recentemente a indústria do vestuário e a informática vêm se tornando setores com significativo desenvolvimento.

Em relação a dados institucionais sobre a realidade do mercado de trabalho local a partir da empregabilidade, abordaremos dois aspectos: a flutuação do emprego formal e a flutuação do emprego formal por setor econômico do município. A base desses dados foram colhidas no setor de informação e análise de mercado de trabalho do SINE.

A flutuação do emprego formal em Florianópolis no período de janeiro a outubro de 2000 é demonstrada na tabela apresentada a seguir:

Mês/Ano	Admitidos	Desligados	Saldo
10/2000	3.705	3.222	483
09/2000	3.543	3.787	- 244
08/2000	3.059	3.171	- 112
07/2000	3.321	3.201	120
06/2000	3.716	3.401	315
05/2000	4.364	3.515	849
04/2000	3.985	3.602	383
03/2000	5.284	6.365	- 1.081
02/2000	3.654	4.044	- 370
01/2000	4.724	3.720	1.004
TOTAL	39.355	38.028	1.327

Fonte: MTE – Cadastro Geral de Empregados e Desempregados – Lei 4.923/65 – Módulo I

Elaboração: Setor de informação e análise do mercado de trabalho – SINE/SC

A tabela construída pelo SINE – SC mostra o ciclo do trabalho formal no município. O saldo entre os admitidos e os desligados se mostra positivo no mês de janeiro, período de alta temporada, onde os hotéis, bares e similares têm sua clientela multiplicada e a aquisição de mão-de-obra se torna mais intensa. À medida que os veranistas (turistas) vão deixando a cidade as rescisões têm crescido, haja visto que nos meses de fevereiro e março os índices de demissões apresentam-se altos, seguidos de uma ligeira estabilidade até agosto e setembro. A partir de outubro a economia começa a se aquecer devido à proximidade do período de temporada, aumentando o número de admitidos. Essa tendência segue até janeiro, a partir daí o mercado volta ao seu funcionamento normal e as demissões começam a acontecer, caindo consideravelmente a empregabilidade formal no município.

A flutuação do emprego formal por setor econômico no período de janeiro a outubro de 2000 apresentou os seguintes resultados:

Setor Econômico	Admitidos	Desligados	Saldo
Extrativa mineral	105	76	29
Indústria de transformação	1.779	1.769	10
Serviço industrial de utilidade pública	279	414	- 135
Construção civil	3.204	3.176	28
Comércio	8.908	8.960	- 52
Serviços	24.565	23.120	1.445
Administração Pública	129	94	35
Agropecuária, extrativa mineral, caça e pesca	378	411	- 33
Outros/ignorados	8	8	0

Fonte: MTE - Cadastro geral de empregados e desempregados - Lei 4.923/65 - Módulo I
Elaboração: Ministério do Trabalho e Emprego – DATAMEC/FCN

É clara a diminuição dos postos de trabalho naqueles setores da economia local onde a prestação de serviços direta ao público é maior. Nos setores de comércio, serviços de utilidade pública, mostram-se como aqueles que demitiram mais que contrataram no período analisado. Os outros setores analisados, com exceção do setor de serviços, apresentam uma pequena mostra positiva de admitidos. Na realidade pode-

se concluir que esses saldos positivos revelam o mercado de trabalho local no sentido de criação de postos de trabalho a mercê das chamadas temporadas de verão. O fluxo de trabalhadores é praticamente estático nas estações em que as reservas naturais do município não atraem grande números de visitantes.

Neste momento da reflexão, julgamos importante buscar a análise e a compreensão do mundo do trabalho em Florianópolis a partir da fala dos sujeitos sociais que estão em busca de emprego, os personagens que estão vivendo na prática do mundo da vida as complexidades que envolvem a busca por uma colocação no mercado de trabalho. O que eles pensam sobre esta questão? Que perspectivas estão vislumbrando para o futuro em relação ao trabalho?

De todo modo, partimos do pressuposto de que só nos é possível aproximar de tais respostas dando vez e voz para os atores sociais que constantemente têm seus direitos, seus desejos abafados e frustrados e, como consequência, sua cidadania corroída, por conta das novas relações que a modernização tecnológica impõe ao mundo do trabalho. Para desenvolver esta proposição realizamos dez entrevistas individuais, com moradores de Florianópolis. Os contatos com estes sujeitos sociais foram realizados em cenários e períodos distintos: cinco deles foram entrevistados no período de oito à trinta de janeiro/2001, quando freqüentamos duramente quatro horas diárias o SIGAI – Sistema Integrado de Ações e Emprego do SINE, onde as pessoas que procuram emprego registram-se como candidatas; e o restante das entrevistas foram realizadas do dia primeiro ao dia dez de fevereiro/2001, na comunidade Promorar, localizada na parte continental da cidade.

O primeiro relato é de A.R., com 39 anos, natural de Anita Garibaldi, região serrana de Santa Catarina.

Vim para Florianópolis porque minha mãe estava doente e nós viemos para cá junto com ela para fazer o tratamento. Eu tinha naquela época 19 anos. Eu queria ir embora, mas meus irmãos achavam melhor ficar aqui mesmo. Hoje dois moram na comunidade Nossa Senhora da Glória, eu e uma irmã moramos aqui e a outra minha irmã mora no Procasa. Agora acho que ninguém não veio pra cá pra não arrumar emprego. São gente do Paraná, de Porto Alegre, de Urubici, de Curitiba, de Tubarão, de Lages, do estado inteiro, tudo vem á procura de emprego.

É notável na fala de A.R. que a sedução por um bom emprego e a expectativa de que através do trabalho se alcançará melhorias de vida, tal como segurança, ascensão social, riqueza material, são as maiores motivações que levam uma grande parte das pessoas a procurarem Florianópolis, na tentativa de fixar residência. Algumas delas conseguem trabalho; mesmo com a aparente obviedade dessa afirmação, há de se considerar que os trabalhos oferecidos ou pelo menos os poucos anunciados no SINE, nos jornais e rádios locais, não oferecem a possibilidade de ascensão social, segurança, e muito menos riqueza material. São consciências que pelo seu momento histórico e pelas condições que as circunstâncias momentâneas lhes oferece, se reconhecem no imediatismo das soluções, pois, para eles, o que resta é a luta imediata pelo combate à fome e pela conquista de moradia.

O trabalho é uma das partes críticas da mentira, transformada em verdade para a riqueza ou para a segurança que a riqueza encerra, justifica a ambos, mascara a divisão e o conflito, porque escamoteia o jogo do vir-a-ter pelo esforço e pelo trabalho e a verdade evidente de que os longos anos de trabalho nem mesmo libertaram-nos da ansiedade pelo dia seguinte (Mello apud Krawulski, 1988).

Continuando a discorrer sobre sua trajetória em busca de trabalho, A.R. revela:

O trabalho está muito difícil em Florianópolis. De todo lado está ruim. É tudo através de concurso. Tô vendo que tem gente que tem estudo e está desempregado. O governo está diminuindo a folha de pagamento mandando gente embora, deixando as pessoas desempregadas, e do outro lado as empresas estão botando a gente pra rua. Eu tenho um vizinho que trabalhava no Angeloni há muito tempo e agora está desempregado. Esse Plano Real tá acabando com tudo. Acho que o governo tem que dar um jeito de acabar com esse desemprego. O trabalho hoje está muito mais difícil, principalmente pra mim que sou pedreiro e não tenho carteira assinada. O trabalho com carteira assinada é uma boa, mas está difícil também. As firmas não querem pegar mais ninguém, o pessoal nem chega na porta, só está despedindo porque não tem verba.

Os trabalhadores que procuram emprego no mercado de trabalho de Florianópolis demonstram sofrer na sua vida cotidiana as conseqüências de uma política pública inoperante e insuficiente que tenta dar respostas a um mundo do trabalho guiado pela mentalidade voltada a maximização do lucro. Esta postura é mantida pelos empresários locais que percebem na diminuição da mão-de-obra a solução para seus problemas internos, o aumento do ganho. Prosseguindo na fala de A.R., o trecho

anterior mostra a situação real da crise do mundo do trabalho local, demonstrando que pessoas, segundo ele “estudadas”, também não estão conseguindo emprego. A angústia desse sujeito social é explicitado de forma ainda mais desesperançosa quando, na sua busca por trabalho, depara-se com a generalização do fenômeno do concurso público, expediente mais usado no setor da administração pública, e o teste de seleção na empresa privada. No caso de A.R. o problema aqui não é a falta de técnica para o emprego que ele almeja que lhe impedirá o acesso, mas sim fatores pretéritos, como a educação que ao longo de sua vida de trabalhador/”cidadão” não lhe foi possível a aquisição. Percebe-se que nem a iniciativa pública através do Estado, que em tese teria a “obrigação” de favorecer a educação formal para todos, nem a iniciativa privada que socialmente tem recursos financeiros disponíveis e “interesse” em promover este tipo de ação, não o fizeram, e dizem fazer. Certamente as iniciativas de ambos nesse sentido não foram e não estão sendo insuficientes. O curioso, como vamos ver na seqüência deste trabalho, é que as pessoas sentem-se culpadas por não ter conseguido frequentar a escola, mesmo reconhecendo que sem trabalho não é possível manter-se vivo. O fenômeno dos concursos distancia cada vez mais aquelas pessoas que não tiveram e não têm oportunidades de acessar o ensino formal, nem o ensino politécnico. Em termos gerais, e principalmente no que diz respeito ao emprego bem remunerado, o espaço que ainda pode ser acessado por essas pessoas, salvo raras exceções é a informalidade, entendida por nós como a forma mais insalubre que o trabalho pode adquirir.

É interessante observar que na fala de A.R. aparece o termo governo e empresários, dois segmentos sociais que compõem o CMTE. O governo é colocado como culpado direto pela crise do emprego. Essa reação talvez possa demonstrar a forma paternalista com que as elites políticas e econômicas sempre conduziram a relação com os trabalhadores, tratando os direitos como dádivas. A propensão em isentar os empresários, sustentando a idéia de que eles não têm participação, para não dizer “culpa”, nesse processo de desmonte das relações de trabalho, também demonstra a influência de uma carga ideológica que nos é transmitida a todo instante. A “falta de recursos” é o ponto de apoio para as mais severas modificações no mundo do trabalho. Com essa falácia, os empresários podem reduzir o número de empregados, aumentar a carga horária, diminuir os salários e ainda ganhar apoio popular, deixando o poder político como sendo o único responsável pela situação.

O Brasil na condição de dependente econômico e político dos grandes capitais internacionais, através de seu governo central promove com sucesso a política neoliberal. Esse comportamento tem sido traduzido para os estados e municípios, principalmente onde o poder político possui afinidades político-ideológicas como governo central, como é o caso do governo atual de Santa Catarina, representado por Esperidião Amim (PPB) e do governo municipal de Florianópolis, sendo conduzido por Ângela Amim (PPB).

A mídia nesse caso tem desenvolvido um papel que avaliamos ser crucial para que os sujeitos sociais tenham essa percepção parcial da realidade, ao conceder espaço para propagandas defensoras do argumento de que o governo não oferece condições para o desenvolvimento das empresas, e por consequência disso não é possível gerar empregos. Sabemos do teor da verdade contido nessas reflexões, porém, o próprio fato de fazê-lo, sem aprofundar-se nos entraves políticos e econômicos que a envolvem, tende a reforçar no imaginário popular a idéia em que o governo é o responsável pela “explosão” do desemprego. Um exemplo disso foi a polêmica da implantação da montadora de automóveis Ford em Porto Alegre – RS, onde recentemente (em 1998) o governo estadual não admitiu que a empresa se instalasse no seu Estado, e teve na ocasião o “mundo” contra si. No entanto, o pensamento de que os postos de trabalho não são mantidos por falta de verba por parte do governo ou dos empresários, quando identificado no discurso popular, é indicação clara da reprodução e legitimação do pensamento conservador, ainda que os sujeitos sociais os façam sem a percepção e a dimensão real dos discursos e das diversas formas de dominação que os cercam.

Para Hinkelammert (1986), uma das máximas do pensamento conservador é o argumento da realidade precária, isto é, não dá para se efetuar qualquer mudança na ordem estabelecida porque não existe recurso financeiro.

Ao referir a seu bairro, A.R. nos mostra que a situação dos seus vizinhos e parentes também está difícil:

Aqui no Promorar tá feio, tenho dois primos que estão desempregados. Eu ainda estou correndo atrás do pessoal da minha área (construção civil), algum engenheiro de obra conhecido que tem algum serviço para fazer. O trabalho com carteira assinada é bom, mas você que nem eu já caminhei um monte e não encontrei nada.

Em relação à informalidade, apesar de não existir dados consistentes que nos permita fazer uma afirmação categórica, tendo em vista que os institutos de pesquisa local e nacional não possuem pesquisas oficiais neste sentido, podemos dizer que há uma tendência de que ela tenha se tornado para a maioria da população econômica ativa (PEA) do município, a única fonte de trabalho. A.R. reconhece a importância do trabalho com carteira assinada, mas sua experiência tem mostrado que essa modalidade de trabalho não está sendo fácil de ser encontrada, restando-lhe como única alternativa para prover seu sustento o trabalho informal. Nesse caso a saída encontrada pelos cidadãos florianopolitanos que do trabalho tiram o sustento individual e familiar é a revogação “voluntária” de seus direitos sociais adquiridos, como férias, décimo terceiro, seguro saúde, seguro contra acidente no trabalho, entre outros.

Eu já trabalhei com carteira assinada 4 anos, parei porque na época eles queriam reduzir os empregados e isso foi em 1991. A partir daí nunca mais arrumei emprego com carteira assinada. Isso é ruim porque a gente não tem garantias, tem a concorrência também. Às vezes a gente vai pegar um serviço, chega outro oferece um preço mais barato e pega.

Esse depoimento revela-nos o tamanho do abismo que está se formando em torno do mercado de trabalho formal. Essa situação caótica vivida pela sociedade em relação ao trabalho está presente no cotidiano comunitário de Florianópolis. Se A.R. fosse esperar por dias melhores no mundo formal de trabalho, estaria no quinto ano sem trabalho.

No entendimento de L.A., com 35 anos, nascida em Florianópolis, a procura por emprego no município não está fácil:

Tenho dois filhos, um de 15, outro de 16 anos. Eles são de menor e, quando conseguem emprego, é exigido um monte de coisas, só que eles não têm estudo e não querem estudar mais.

A juventude, na atualidade, defronta-se com um mundo repleto de possibilidades para o consumo. Esta forma sedutora de dizer ao jovem que ele existe, gera expectativas que na verdade se concretizam em contínuas frustrações, pois o mundo do consumo tem definido também o perfil do trabalhador. Nesse sentido verifica-se uma dupla exclusão, aquela relacionada ao mercado de trabalho e como consequência dessa não aquisição de renda a declarada exclusão em relação aos bens produzidos pela sociedade moderna. A

escola que opta funcionar como ponto de apoio para o jovem enfrentar as situações impostas pela modernidade, com seu método tradicional de ensino, não tem conseguido responder às expectativas dos jovens nem a realidade e, com isso, vem provocando uma grande evasão escolar e atirando para a sociedade jovens desprovidos de formação capaz de lhes assegurar condições dignas de vida.

Os pré-requisitos exigidos para os candidatos a um posto de trabalho confrontam-se com a dura realidade sociocultural do candidato, outras vezes ele tem acesso ao emprego mas não tem como sustentá-lo.

As pessoas querem trabalhar mas em Florianópolis não tem emprego. Talvez seja por isso que meu filho se perdeu nas drogas. Por que bate na porta de um não tem emprego, na outra tem mais exige um monte de coisas. Muitas pessoas aqui do bairro conversam comigo sobre isso. Meu filho quer trabalhar e não arruma nada, eles perguntam o grau de estudo e já descartam na hora. Está difícil, trabalhando já não dá, quem dirá ficar parado. Trabalho é futuro, o estudo é importante, mas o trabalho é mais. Sem o trabalho não dá.

Esta reflexão nos aproxima de um triste cenário, primeiro a romaria dos desempregados que batem de porta em porta na esperança de acessar algum trabalho, seguindo nesta jornada deparam-se com a dicotomia trabalho X emprego. A submissão involuntária às exigências mercadológicas e a constante procura por emprego mostram-nos com clareza, o como os florianopolitanos estão sendo afetados no seu cotidiano pelas transformações que vêm ocorrendo no mundo do trabalho.

A constituição do trabalho como valor centra-se na vida ligada à firme convicção de que todos os membros capazes de uma sociedade têm de trabalhar, devem trabalhar. O impulso para o trabalho resulta da necessidade de propor novos meios de sobrevivência. A obrigação de trabalhar fundamenta-se em valores e normas que colocam o trabalho na base de uma vida plena de significado. A disposição para o trabalho resulta não só desse conjunto mas também de expectativas de que os objetivos primordiais da vida pessoal podem ser alcançados mediante o esforço individual (Furs op.cit. p.03 apud Da Silva, in: Revista Lua Nova, nº 35).

Para M.A., com 29 anos, nascida em Florianópolis, a busca por trabalho é desanimadora e angustiante, pois a centralidade que o trabalho ocupa em sua vida se transforma nesse momento em uma necessidade primordial, que só pode ser resolvida com a concretização desta ação, ou seja, o sentimento de segurança e de um amanhã

mais alegre, só será possível com a formalização do emprego. Além do mais, esta situação parece induzir M.A. a falsas conclusões a seu respeito, como, por exemplo, sentir-se culpada por não ter tido a oportunidade de prosseguir com seus estudos, interrompidos com o termino do colegial.

O emprego está super difícil. Eu acho que o trabalho com carteira assinada é muito importante para a gente. Tem o FGTS, dá aposentadoria e tem garantia. Hoje tem pouco emprego em Florianópolis e quem tem não está sabendo segurar, e Eu já procurei emprego e estou até desanimada. A gente vai num lugar é estudo, se você não tiver o primeiro grau já não te pegam. Eu já fiz um curso de telefonista mas, como eu não tenho o segundo grau, não vale, ninguém me dá emprego. Agora, procurando emprego, é que percebo toda dificuldade provocada por eu não ter estudado mais, não sei o que faço. Trabalho para mim é fundamental, sem ele não dá pra viver.

A experiência que M.A. está vivendo nos faz refletir a situação narrada por L.A., que possui dois filhos adolescentes, que não se interessam pelos estudos. Mesmo que M.A. na idade desses adolescentes não tenha pensado como eles e não tenha prosseguido nos estudos por absoluta falta de oportunidade, o fato é se as tendências das inovações tecnológicas e das mudanças no mundo do trabalho continuarem como se apresentam, e o acesso ao emprego prosseguir sendo cada vez mais dificultoso como temos vivido recentemente, onde a preparação técnica e intelectual é cada vez mais exigida do candidato ao emprego, como será o futuro dos filhos de L.A.? Poderão eles, com um pouco de sorte, acessarem trabalho através do mercado informal, se porventura desenvolverem uma habilidade física que lhes permita serem aproveitados em um determinado ramo dessa outra face do trabalho local, que envolve também além da ilicitude diante das leis trabalhistas, a contravenção penal reconhecida em atividades, como compra e revenda de produtos importados, e o narcotráfico, que também mesmo não se tendo estatísticas oficiais, percebe-se um grande avanço desta modalidade que alicia cada vez mais pessoas, seguramente a maioria dos aliciados, para as vendas, para a segurança e para a distribuição das drogas que circulam no município; são pessoas que estão fora do mercado formal de trabalho, que se por ventura buscaram não encontraram oportunidades, e quando as encontraram viram suas expectativas frustradas pelos baixos salários e as más condições e relações de trabalho. Nesse sentido, M.A. continua:

Para mim o trabalho significa muito para as pessoas. Trabalhar é ótimo. Eu me sentia outra pessoa quando eu trabalhava. A pessoa se

sente melhor, não sei. Eu adorava trabalhar. O salário mínimo sempre foi pouco, mas mesmo assim o trabalho é tudo. Eu sei que nem todo mundo hoje encara o trabalho assim que nem eu. Quem trabalha hoje em Florianópolis deve dar Graças à Deus de ter seu emprego e poder trabalhar.

Para as pessoas que procuram emprego em Florianópolis a qualificação profissional é essencial, mas esta prerrogativa só surte efeito, se acompanhada por formação escolar formal. Muitos possuem conhecimentos e habilidade técnica para o desenvolvimento de algum ofício mas, como não possuem o grau de escolaridade exigido para a função, são impossibilitados de desenvolvê-lo.

Vejamos o depoimento de P.P., com 21 anos, que há dez necessitou deixar os estudos para trabalhar, hoje com um currículo escolar de 5ª série:

Já perdi oportunidades por que não tenho estudo e hoje não posso mais voltar a estudar. Eu preciso muito mais do trabalho hoje do que há dez anos, quando parei de ir à escola.

A falta de educação formal é sentida também por aqueles que estão no mercado informal, pois para eles, ela poderia facilitar o acesso ao trabalho formal ou a um trabalho menos desgastante físico e emocionalmente, já que a possibilidade de fazer o que gosta estaria mais presente.

Trabalho desde pequeno e não tenho carteira assinada. Faço serviço de pedreiro, coloco lajotas nas ruas, faço muros, casas de tijolos. Gostaria muito de arrumar um emprego mais leve, mas eu não sei o que fazer. Quando era pra mim estudar eu não estudei, agora estou aí (F.O., 21 anos, 5ª série incompleta, morador do bairro Capoeiras).

Com 54 anos, S.J. está concorrendo com o próprio filho por uma vaga no mercado de trabalho:

Vim de Alfredo Wagner. Morei primeiro em Capoeiras. Vim com meus irmãos para trabalhar depois, veio a família toda. Lá nós trabalhava na roça. Era muito difícil as coisas. Aqui em Florianópolis é bom de viver, mais não tem emprego. Eu e meu filho estamos desempregados. Procuramos todo dia mas não encontramos nada. Ele tem 25 anos, já trabalhou em escritório e firma, entende de computador e tudo, mas já tá três meses desempregado.

Chama a atenção nessa narrativa a situação distinta, sendo que de um lado uma pessoa com idade considerada avançada para o mercado de trabalho e sem os pré-

requisitos mais exigidos; de outro uma pessoas na faixa etária mais produtiva do trabalhador, com experiência profissional. Ambos com as mesmas dificuldades: não conseguem vaga no mercado de trabalho. Esse fato revela a cruel e perversa realidade do mundo do trabalho municipal, que atinge ao jovem como ao adulto e os coloca no mesmo nível de estresse e angústia.

O emprego aqui tá muito difícil. Sim, meu marido está trabalhando em Joinville. A maioria do pessoal daqui do Promorar foi pra lá, porque não conseguem emprego em Florianópolis. Trabalhando com meu marido tem gente daqui do Promorar, do Monte Cristo, da Chico Mendes, da Trindade. Vão todos pra lá. Meu pai está parado, não consegue emprego. Apesar dele ter 58 anos, ele é carpinteiro bom. Meu marido que toca serviço lá em Joinville quer parar porque não tá dando mais. Eu já falei pra ele tentar arrumar um serviço fixo de carteira assinada porque ele já está com 37 anos. Vai chegar uma época que vai precisar de férias, aposentadoria, FGTS, INPS. Agora enquanto ele é novo, trabalha e ganha bem sem carteira assinada e depois, como vai ser? É por isso que eu acho que vale a pena sofrer um pouco mais procurar um emprego fixo.

Não há como negar que no transcorrer desse século, o trabalho foi constituído enquanto categoria de auto-identificação para a maior parte da população brasileira, sendo motivo de orgulho e referência social aquele que se considera um trabalhador. Contudo, nos parece um equívoco perceber nisso apenas a assimilação de uma ideologia elaborada pela classe dirigente e pelas regras impostas pela tradição, pois é clara a tendência do empresariado brasileiro em ver no trabalhador um desamparado, a quem é um favor oferecer emprego. É necessário que tal segmento considere a importância que o trabalho ocupa na vida das pessoas, percebendo a necessidade de se ter trabalho e ao mesmo tempo condições de se dedicar ao lazer, à cultura e à própria criação, para que o trabalho contemple as necessidades reais dos trabalhadores. É necessário essa dualidade onde o trabalhador, no seu trabalho e no seu tempo de folga, possa produzir a partir de sua vontade e de seu querer. Entretanto, a análise das vivências daqueles que procuram emprego em Florianópolis nos mostra uma realidade que extrapola a complexa, injusta e cruel realidade do mundo do trabalho local, revela também que a lógica do mercado de trabalho interno não possui na sua essência o trabalhador que cria, produz, usufrui e faz circular os bens que produz, ou seja, um trabalhador que se reconheça e é reconhecido como um ser de labor e prazer.

4.5. O trabalho informal

A necessidade de fazer uma breve referência ao trabalho informal, enfatizando as abordagens e definições teóricas mais utilizadas em tempos recentes, nasceu ao longo da pesquisa de campo, a qual também dá sustentação empírica a este estudo. Através dela, percebeu-se uma indefinição conceitual entre os sujeitos sociais pesquisados em torno do trabalho informal, alguns Conselheiros do CMTE, sujeitos sociais desempregados e lideranças comunitárias, demonstram uma certa confusão ao referirem-se ao trabalho informal. Entretanto a rápida reflexão sobre a informalidade no Brasil, mesmo mostrando-se a princípio deslocada em relação ao objeto de estudo desenvolvido, parece-nos de muita valia prática e, sobretudo esclarecedora. Ademais, a clareza sobre esta definição é de grande importância para se entender o mundo do trabalho brasileiro, que para muitos é dividido em dois mundos: formal e informal. O trato com esta questão pode revelar também uma postura político-ideológica, pois, estrategicamente o trabalho informal pode significar ao mesmo tempo lucros e desobrigação. Por um lado, ao passo que os donos dos meios de produção não terão responsabilidades trabalhistas diretas em relação aos trabalhadores, isentando-se de encargos sociais que beneficiam de forma direta e indireta ao trabalhador, por outro pode implicar em precariedade das condições e relações de trabalho e desamparo ao trabalhador, uma vez que na informalidade as garantias sociais que normalmente se teria no mundo formal, não mais existirão.

A concretização desse pressuposto se confirmada na prática dará vazão a ideologia neoliberal, presente no mundo do trabalho brasileiro, trazendo grandes perdas aos sujeitos sociais que necessitam de trabalho para sobreviver.

4.5.1. O trabalho informal no Brasil

As definições de trabalho informal

Existe uma grande confusão em torno do significado do trabalho informal. Isso não se deve somente às diferentes abordagens metodológicas utilizadas para defini-lo,

mas também e principalmente pela própria natureza desta modalidade de ocupação que se apresenta ilhado em uma complexidade pouco estudada, englobando diferentes categorias de trabalhadores com inserções ocupacionais muito particulares.

No entanto, torna-se definido o trabalho informal por duas formas básicas: por um lado, estão aqueles que o definem como sendo aquela ocupação cujas atividades produtivas são executadas à margem da Lei, especialmente a legislação trabalhista; enquadra-se nessa visão os trabalhadores por conta própria, que constituem uma grande parte dos que não contribuem à previdência, os trabalhadores sem carteira assinada e os não-remunerados, em síntese esta visão compreende o trabalho informal a partir da precariedade das condições e relações de trabalho. De outro lado existe aqueles que definem o trabalho informal como um tipo de labor vinculado a estabelecimentos de natureza não tipicamente capitalista. A partir desse ponto de vista, estes estabelecimentos se distinguiriam pelos baixos níveis de produtividade e pela pouca diferenciação entre capital e trabalho. O núcleo básico desse segmento também é formado pelos trabalhadores por conta própria, porém, tem como ponto forte na sua formação, os empregadores de pequenas firmas com baixos níveis de produtividade. De acordo com este enfoque, o trabalho informal não se define pelo respeito ou não ao marco legal, mas é definido a partir da dinâmica econômica das unidades produtivas.

Ao abordar a informalidade no mundo do trabalho a partir desta pré-noção justifica o fato de se caracterizar o trabalho informal como desorganizado e não estruturado. De todo modo, a entrada do trabalhador na informalidade pode, portanto, indicar uma estratégia de sobrevivência diante da perda da ocupação formal ou uma opção de vida de alguns segmentos de trabalhadores que optam por desenvolver o seu próprio empreendimento. Os trabalhadores informais seriam aqueles vinculados ao chamado sistema simples de produção de mercadorias e serviços, onde o assalariamento não é tido como regra e onde, da mesma forma, são tratados os direitos sociais do trabalhador, dentro desse nicho onde o empregador também trabalha como se fosse empregado, podendo até fazer uso de ajudantes não-remunerados (geralmente familiares), no caso dos autônomos, como também contratar empregados com ou sem carteira assinada no caso das microempresas, geralmente com até 5 empregados.

Partindo dessa perspectiva, a capacidade de geração de renda do trabalho informal é definida pela expansão do setor capitalista da economia, que gera demanda por bens e serviços. O trabalho informal pode estar ligado tanto às cadeias produtivas das empresas capitalistas, a exemplo de uma costureira que produza para uma grande empresa de confecção, ou ao poder de consumo dos trabalhadores formais, a exemplo de uma pessoa que faz doces, bolos e salgados por encomendas. A lógica deste modo de abordar o trabalho informal, que ressalta o caráter subordinado do setor informal ao setor econômico capitalista, demonstra razoabilidade, porém, parece-nos cedo para se pensar esta modalidade de ocupação como uma solução para a falta de trabalho. Contudo, não se pode pensá-lo como a solução para o emprego, porque para isso é necessário elevar o nível dos investimentos nas condições e relações de trabalho, e dos salários no setor dinâmico da economia.

Esta perspectiva traz ainda uma definição mais pontual sobre o trabalho informal, mostrando os trabalhadores que, segundo ela, são realmente vinculados ao segmento informal não tipicamente capitalista, diferenciando-os daqueles trabalhadores que desenvolvem suas atividades nas ocupações precárias em atividades tipicamente capitalistas. Este segundo grupo inclui parte significativa dos trabalhadores sem carteira assinada, os quais não seriam informais, porém, trabalhadores do setor capitalista cujos empregadores burlam a legislação trabalhista vigente.

O trabalho informal e sua heterogeneidade

Embora seja retirado do trabalho informal os trabalhadores sem carteira assinada de médias e grandes empresas, o fator heterogeneidade continua sendo sua marca. Segundo a Organização Internacional do Trabalho (OIT), existem vários tipos de trabalhadores informais.

A partir dessa distinção temos dois tipos de trabalhadores autônomos: aqueles subordinados às empresas, na produção (costureiras), e também na distribuição (vendedores por comissão); e aqueles produtores de bens e vendedores de serviços ao público, onde se enquadram os ambulantes, os encanadores, pedreiros, pintores e outros trabalhadores dessa natureza. A crescente dificuldade da economia em gerar empregos formais provocou o surgimento e o fortalecimento de inúmeras iniciativas individuais e

coletivas por parte dos trabalhadores desempregados, resultando nas mais diversas modalidades de organização, tanto no campo como na cidade. Atividades desenvolvidas através de cooperativas das mais variadas naturezas, como as de produção, de serviços, de trabalho e trocas, visando pôr em prática ações que garantam emprego e renda. Mesmo com todos segmentos construídos por este movimento que está acontecendo no mundo do trabalho, é necessário ressaltar que este movimento tem se traduzido para a organização sindical e para as políticas públicas em novos desafios, mostrando novas oportunidades de organização e relações de trabalho.

Atualmente, alguns centros sindicais como a CUT – Central Única dos Trabalhadores, têm trabalhado neste sentido, patrocinando iniciativas de geração de emprego e renda, fugindo aos padrões formais numa concepção de desenvolvimento solidário e sustentável, implementando experiências cooperativas de diversos tipos como de produção, de prestação de serviços e de trabalho, como geradores de emprego e renda e como alternativas complementares de políticas sociais. Isso tem propiciado que trabalhadores assumam algumas empresas com dificuldades financeiras, a partir da concepção autogestionária¹⁰. Contudo, ainda existem as pequenas empresas familiares, padarias, confecções, vídeo-locadoras, mercearias, oficinas de reparação, que na maioria das vezes sobrevivem das relações pessoais e pela clientela do “bairro”, mas tendo sua inserção definida pela lógica da grande empresa. Junto às empresas familiares temos as “quase empresas capitalistas”, as quais apesar de fazerem uso da mão-de-obra assalariada, possuem algumas peculiaridades que talvez justifiquem a sua inclusão na categoria dos informais. O assalariamento nesse caso convive com jornadas de trabalho não reguladas pela lei, sendo os salários abaixo do verificado nas grandes empresas, também não se presencia uma separação clara entre o rendimento do empregador e a taxa de lucro de seu empreendimento.

As novas iniciativas provenientes das cooperativas de trabalho para a produção de mercadorias e prestação de serviços também se incluem no universo do trabalho informal, e tem como característica básica a divisão do lucro em partes iguais entre os trabalhadores. No caso das falsas cooperativas, continua existindo a figura do capitalista que impõe a formação de uma cooperativa para fraudar a legislação trabalhista. Esse é o

¹⁰ Sobre autogestão ver Faria, Maurício S. de. *Se a coisa é por aí, que autogestão é essa?* “autogestianeria” dos trabalhadores da Markerli: 1997. Dissertação de mestrado.

típico exemplo em que o setor capitalista elimina direitos e precariza as condições e as relações de trabalho.

Entretanto, atualmente nos defrontamos com dois tipos de trabalhadores, que estão nas duas pontas da pirâmide da distribuição de renda, e oficialmente não se encontram na definição de informais. Na base estão os trabalhadores domésticos, pelo fato de não estarem inseridos em uma unidade econômica. No topo estão os profissionais liberais, que não são incluídos como informais, pelo fato de funcionarem como empresas capitalistas, através de suas estratégias de marketing, geralmente inseridas em mercado de alta renda.

Quantos são os trabalhadores informais no Brasil?

Abordaremos esta questão a partir da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD, realizada anualmente pelo IBGE. Entretanto procedemos uma reorganização das informações, entendendo que o parâmetro básico para a definição do trabalho informal não deve considerar somente a ilegalidade/precariedade, mas sim a natureza do estabelecimento em que está inserido.

Para a PNAD – 2000, os trabalhadores autônomos ou por conta própria formam o grupo mais expressivo dos trabalhadores informais, correspondendo a mais de 4/5 do total. Todavia, aos autônomos adicionamos os empregados e os empregadores que trabalham ou têm seu negócio no próprio domicílio, no domicílio do empregador, patrão, sócio ou freguês, em local designado pelo cliente, pelo empregador ou freguês, em veículo automotor e ainda em área pública. O fundamento dessa abordagem está no fato de que estes empregados e empregadores trabalham em estabelecimentos que não podem ser caracterizados como estritamente capitalista, porque nesse caso a divisão entre trabalho e capital não é clara, esses empreendimentos são pouco estruturados e possuem baixos níveis de produtividade e de dinamismo econômico.

A participação dos empregados formais no mercado de trabalho diminuiu na década de 90, passando de 52,61% em 1992 para 51,91% em 1997. Isso ocorreu devido à queda da participação do emprego dos assalariados com carteira assinada, que passou de 37,61% à 36,84%. Já que a participação dos empregados sem carteira assinada subiu

de 14,99% para 15,60%, ao mesmo tempo houve um aumento do número de trabalhadores informais passando de 25,73% para 26,91%. Deve-se salientar que, em termos absolutos, os empregados não diminuíram em número: passaram de 32.630.436 em 1992, para 34.343.755 em 1997. Na verdade, os trabalhadores informais é que aumentaram de forma muito mais acelerada, subindo de 15.957.955 para 17.801.135 pessoas (PNAD – 1998).

Segundo o IBGE (1998), a “economia informal urbana” até o ano de 1997 contava com 13 milhões de trabalhadores. Entretanto, existem outras metodologias que apresentam uma participação dos trabalhadores informais de cerca de 36% do total dos ocupados quando se soma os trabalhadores por conta própria e os não remunerados de baixa instrução com as pessoas de baixos níveis de renda em empresas com até 5 empregados (CEPAL – 1999).

Porém, independente da sua controvertida e real dimensão, percebe-se claramente a expansão do trabalho informal, para além de quaisquer critérios que se tenha em vista e isso não nos parece necessariamente negativo. O aumento do trabalho informal num contexto de elevação do emprego e da renda no setor dinâmico da economia pode significar novas oportunidades de emprego. Entretanto, o entrave desta questão está no fato de que o trabalho informal tem se dado num contexto de forte desestruturação do mercado formal, reduzindo sua potencialidade de expansão, o que em última instância significa uma compressão geral da renda dos trabalhadores.

CONCLUSÃO

Para concluir esta etapa do nosso estudo nos parece necessário retomar e reforçar certas idéias desenvolvidas ou suscitadas ao longo do nosso trabalho.

Retomamos a idéia de que o que desenvolvemos nestas páginas foram reflexões porquanto, dado ao fato de que nosso ponto de partida não seja senão a compreensão sobre a participação social, nas organizações das políticas públicas voltadas ao mundo do trabalho, em Florianópolis e o nível de envolvimento popular nas decisões, encaminhamentos das ações e atividades em geral. Não podemos deixar de tomar posição frente ao que analisamos, estas reflexões tiveram esta intenção sob ameaça de sermos injustos com os sujeitos sociais responsáveis pelos acontecimentos, lutas e conflitos os quais nos possibilitaram discorrer sobre o objeto ora apresentado.

Assim o “retorno” a outras épocas históricas não tem senão o objetivo de iluminar uma questão que nos coloca diante um dos grandes dilemas do nosso tempo: o des(emprego), conforme mostra a história foi e continua sendo o carro-chefe para o acesso ou não às respostas às necessidades materiais básicas de sobrevivência para a maior parte da humanidade.

Ao defrontarmos com a realidade social do mundo do trabalho em Florianópolis, percebe-se que os acontecimentos no setor de mercado, e em especial no setor público, sinalizam para uma redução cada vez mais intensa do compromisso e do desempenho desses setores para com as questões referentes à relação e às condições de trabalho.

Estamos entrando em uma nova era de mercados globais e de produção automatizada. Se esta estrada leva a um ponto seguro ou a um terrível abismo, dependerá de como a civilização irá preparar-se para a era do pós-mercado que virá logo após a terceira revolução industrial. O fim do trabalho poderia significar a sentença de morte para a civilização como a conhecemos. O fim do trabalho poderia também sinalizar uma grande transformação social, um renascimento do espírito humano (Rifking, 1995).

O processo de criação do Conselho Municipal de Trabalho e Emprego de Florianópolis, muito embora tenha sido idealizado num primeiro momento pelo poder

institucionalizado, nos revelou que para haver uma real intervenção no mundo do trabalho não basta reunir segmentos sociais representativos importantes para o sistema econômico local e torná-los diretamente responsáveis por uma instância política com poderes deliberativos, organizacionais e formalizador de programas de políticas de trabalho e emprego.

As diferenças, as contradições e os interesses divergentes entre os segmentos sociais que possuem assento no CMTE, aparecem como fatores indissociáveis das ações dos sujeitos sociais, conselheiros que compõem o CMTE (empresários, governo e trabalhadores sindicalizados).

Estes aspectos têm inviabilizado o avanço dos programas de políticas públicas no município. Questões como a participação direta, que poderiam trazer algo de novo para este processo têm encontrado uma forte resistência, às vezes reveladas por questões ideológicas, por dispositivos legais e às vezes por imobilismos e desinteresse do conjunto dos conselheiros, mas principalmente do conselheiro presidente.

A figura do (conselheiro) presidente foi um fator que nos chamou a atenção no CMTE. A idéia de centralização das ações em uma única pessoa é tida como um processo natural para a maioria dos conselheiros. A partir das observações realizadas nas reuniões de grupos e nas reuniões ordinárias, notou-se que este personagem mesmo não tendo a intenção, acaba por imposição do grupo tendo que assumir sozinho as atribuições que deveriam ser coletivas. Este fato nos pareceu ser decisivo para que esses encontros fossem vazios de conteúdo, limitando-se a discussões rápidas as obrigações e os impedimentos impostos pelo CODEFAT e pelo CETE. As reuniões semanais e mensais entre os conselheiros tiveram uma assiduidade e um aprofundamento consideráveis nas discussões, nos encontros que antecederam o Fórum Municipal de Trabalho e Emprego onde se debateu sobre a quantidade de recursos e os cursos profissionalizantes que seriam oferecidos aos desempregados do município durante o ano de 2001. Pela leitura das atas e a observação participativa nos encontros percebeu-se que essa mobilização pontual ocorre todo ano. Nestes momentos, principalmente a bancada dos empresários tem sido assiduamente compromissada com o legalismo. É um componente ideológico, altamente disseminado no CMTE. Isto tem colaborado com o imobilismo dos conselheiros, e cada vez mais limitado as ações do Conselho enquanto

instância de deliberação política, tornando-o cada vez mais um Conselho inoperante e sem função prática, em relação à participação comunitária e à operacionalização dos programas de políticas públicas.

No que diz respeito a função e a organização do CMTE – Florianópolis se consideradas as atribuições legais: o paritarismo, o tripartismo e a função deliberativa, tem-se que somente o tripartismo se mantém, ainda que sob uma forte pressão hierárquica. A institucionalização da hierarquia nos Conselhos de Trabalho e Emprego trouxe para o relacionamento entre estas instâncias nos três níveis do poder político: central, estadual e municipal, uma relação fortemente marcada pelo mandonismo, que na prática tem se mostrado altamente repressor e autoritário. Deste fato percebe-se que tem se configurado em uma instância reprodutora das determinações do CODEFAT e do CETE, colocadas em prática independentemente da realidade do mundo do trabalho local.

A partir do funcionamento da comissão provisória de trabalho e emprego Florianópolis passou a viver uma história de avanço e retrocesso no campo das políticas de trabalho, emprego e renda. O vínculo consensual estabelecido entre os três segmentos representativos formais da comissão e as lideranças comunitárias em alguns momentos mostraram que mesmo com as diferenças ideológicas, políticas e sociais é possível manter uma ação sincronizada entre corporações que possuem interesses distintos entre si. Este pacto permitiu um interessante avanço da participação popular no CMTE – Florianópolis. Porém é necessário considerar que o período em questão refere-se à luta para a instalação do Conselho, o que importa dizer que não estavam em jogo objetivamente as ações de interferência nos trabalhos internos do CMTE, muito menos em relação direta ao mundo do trabalho local. Donde se conclui que esta relação foi sustentada pelo fato de haver um único interesse comum a todos e que a participação comunitária neste momento se constituía em ponto estratégico no sentido de exercer pressão popular junto aos vereadores para o Projeto Lei de criação do CMTE fosse aprovado.

Ao avaliar esta questão percebeu-se que com a formalização do CMTE e a conseqüente diversificação de interesses, o questionamento em relação a participação no Conselho passou a fazer parte da agenda de discussão. A figura do legalismo,

manifestado pelo sentimento de obrigação e obediência inquestionável à legislação volta a fazer parte do cenário de discussão entre a maioria dos conselheiros, que encontraram no dispositivo legal uma forma sutil de minar a participação popular no CMTE – Florianópolis. Por outro lado, a investigação sobre esta variável apontou para o fato de que se visto pelo prisma da legislação o CMTE – Florianópolis é ilegal desde seu início. Se o poder político do município é dividido entre o executivo e o legislativo, e ambos possuem competência e obrigações distintas, tão logo são também poderes segmentos políticos distintos. No momento em que a Câmara de Vereadores se inclui como entidade representativa oficial no CMTE, o princípio da paridade deixa de existir. Esta informação é importante, pois através dela pode-se vislumbrar o uso interesseiro, corporativo e conservador do princípio da legalidade no CMTE.

Os programas de qualificação e requalificação profissional oferecidos aos desempregados em Florianópolis necessitam de uma maior atenção quanto à eficiência e à eficácia. Observou-se que não existe nenhum estudo concluído neste sentido. A concretização de um estudo nessa direção é crucial para a fiscalização e controle do uso e gastos dos recursos públicos, destinados ao município.

Se por um lado o entendimento da maioria dos conselheiros entrevistados demonstra que há desperdício no uso do dinheiro público na forma atual de aplicação dos recursos destinados aos programas mencionados, por outro existe também um sentimento geral de que os cursos oferecidos aos desempregados do município não oferecem qualificação suficiente para que os cursantes possam acessar ao mercado de trabalho.

Se o sentimento da maioria dos conselheiros entrevistados não for suficiente para uma investigação sobre o mal uso do dinheiro público, pode-se juntar a este fato a constatação empírica dos conselheiros de que os cursos oferecidos não qualificam os sujeitos sociais desempregados para a realidade competitiva do mercado e nem proporciona uma requalificação adequada. Diante disso torna-se fundamental que o CMTE – Florianópolis tenha o controle não somente sobre os cursos que são oferecidos em cada ano, mas também sobre as pessoas que freqüentam os cursos. Percebe-se que o conselho não tem informação real sobre o público beneficiado pelos programas de qualificação e requalificação profissional. Porém, ao apreender esta questão, notou-se

que a maioria das executoras¹⁰, ou seja, as entidades responsáveis pela administração dos recursos e condução dos cursos, na sua grande maioria possuem assento no CMTE e mantêm seus funcionários como representantes institucionais.

O atrelamento direto de alguns conselheiros com as executoras tem tornado as poucas ações tomadas no CMTE – Florianópolis sem credibilidade e extremamente duvidosas.

Um ponto não deve ser esquecido: a relação entre desemprego e desqualificação, tão importante quanto o inverso, desqualificação e desemprego, geralmente o que acontece quando é introduzido uma nova tecnologia. O tempo de desemprego é um tempo de desqualificação em relação ao novo saber ao qual o desempregado dificilmente tem acesso. Isto pelo fato de que a grande maioria dos que perdem o emprego são de baixa formação educacional. Mesmo com todo o esforço de alguns sujeitos sociais conselheiros do CMTE – Florianópolis, no sentido de criar uma política real de trabalho e emprego para o município, parece-nos que para a intenção oficial conservadores, a única opção é a estabelecida nas resoluções: é preciso gastar os recursos em tempo hábil para não correr o risco de devolvê-lo à União.

Seria um grande equívoco após a investigação procedida pensarmos que o CMTE – Florianópolis, da mesma forma como está estruturado, possa implementar programas e políticas de trabalho e emprego capazes de alterar a realidade na qual estão mergulhados os sujeitos sociais desempregados de Florianópolis. O panorama geral isento de qualquer extremismo que se conclui com este estudo, revela que a partir das percepções atuais dos conselheiros e das lideranças comunitárias sobre a existência do Conselho Municipal de Trabalho e Emprego não avança a idéia da existência por imposição legal. Ainda de forma geral podemos concluir também que carimbar recursos fazendo com que eles venham em forma de programas não gera sequer participação, tanto menos descentralização.

Com a crise estabelecida no mundo do trabalho desde a década de 1980, ocorrida através de inovações tecnológicas, o desemprego cresceu rapidamente, tomando-se estrutural. As organizações sindicais enfraqueceram-se, as grandes

¹⁰ As executoras contratadas pelos recursos do FAT, responsáveis pela execução dos cursos de qualificação e requalificação em Florianópolis são: UNISUL, UNIVALI, ACIC, SENAR, SENAI, SENAT, EPAGRI, FETESC, Escola Sul – CUT, SENAC e UFSC.

corporações empregadoras optaram pela defesa da desregulamentação e flexibilização do mercado de trabalho, provocando o aumento do trabalho precário sem garantias sociais. Dessa forma, através das reflexões contidas neste estudo, percebe-se que a insegurança e a incerteza vivida recentemente no mundo do trabalho atinge o trabalhador, não só em relação ao desemprego e ao emprego precário, mas também o atinge em relação à geração de trabalho e renda.

Relacionando o CMTE com este cenário, fica expoente o mal uso do dinheiro do trabalhador. Este fato é percebido com clareza quando se avalia a abrangência dos programas de qualificação e requalificação profissional financiados pelos recursos do FAT. A investigação que realizamos no município de Florianópolis aponta que estes programas não atingem a grande parte dos sujeitos sociais desempregados. Por outro lado, boa parcela dos desempregados que recebem tais qualificações e/ou requalificações, não consegue se colocar no mercado de trabalho, de modo que a implantação desta forma de organização não tem conseguido, mesmo empregando um montante considerável de recursos, dar conta da crescente insegurança que configura o cotidiano do mundo do trabalho atual, revelando por um outro ângulo analítico um desperdício do dinheiro público.

Em síntese o CMTE - Florianópolis, tal como tem funcionado, parece-nos enquadrar-se no rol daquelas mudanças instituídas para nada mudar. De certa forma alterou-se a maneira de abordar as questões referentes ao mundo do trabalho, conforme referido ao longo deste estudo. Criaram-se os CMTEs com status de instância de discussão e deliberação política, com participação de segmentos da sociedade civil, responsabilizando-os pelo gasto de recursos públicos e implementação de políticas de geração de trabalho e emprego. Entretanto mantém-se um forte sistema de vigilância, no sentido de que o “estado de coisas” não se transforme, mas apenas se mantenha o “velho” com aparência de “novo”.

BIBLIOGRAFIA

- AGGIO, Alberto (org.). **Gramsci: a vitalidade de um pensamento**. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998. (Prismas)
- ALMEIDA, Marilis Lemos. **Considerações sobre o ramo do comércio: perfil, reestruturação, tendências. Ação dos trabalhadores do comércio**, 1998. <http://cedes.gw.unicamp.br/pesquisa>.
- ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho? As metamorfoses no mundo do trabalho e dimensões da crise do sindicalismo**. São Paulo: Cortez, 1995.
- _____. **Classe operária, sindicatos e partido no Brasil: da Revolução de 30 até a Aliança Nacional Libertadora**. São Paulo: Cortez, 1982.
- _____. **Crise e poder**. São Paulo: Cortez, 1996. Col. Polêmicas do Nosso Tempo.
- ARENDT, Hannah. **A condição humana**. 8.ed. Rio Grande do Sul: Florense, 1997.
- BAVA, Sílvio Caccia. **Democracia e poder local**. IBASE: 1992.
- BOBBIO, Norberto. **Ensaio sobre Gramsci e o conceito de sociedade civil**. Trad. Marco H. Nogueira e Carlos Coutinho. São Paulo: Paz e Terra, 1998.
- BUBER, Martin. **O socialismo utópico**. São Paulo: Perspectiva, 1971.
- CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social: uma crônica ao salário**. Petrópolis: Vozes, 1995.
- CHAUÍ, Marilena. **Conformismo e resistência: aspecto da cultura popular no Brasil**. 6.ed. São Paulo: Brasiliense, 1996.
- _____. **Ideologia e mobilização popular**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.
- CHESNAIS, François. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1994.
- COUTINHO, C. N. "*As categorias de Gramsci e a realidade brasileira*". In: NOGUEIRA, M. A. **Gramsci e a América Latina**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.
- DEMO, Pedro. **Participação é conquista: noções de política social participativa**. 2.ed. São Paulo: Cortez, 1993.
- DIEESE. *O desemprego e as políticas de emprego e renda*. **Boletim nº 10**. 49 p. Florianópolis, 1999.

_____. *Reestruturação tecnológica e emprego em Santa Catarina. Estudo Regional nº 03*. Florianópolis, 1999.

DUSSEL, Enrique. **Ética comunitária: a libertação na história**. Série III. 2.ed. 1987.

FERREIRA, Nilda Teves. **Cidadania: uma questão para educação**. Rio Grande do Sul: Nova Fronteira, 1993.

GALBRAITH, J. **O novo Estado industrial**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

GOVERNO SUECO. **Swedens Action Plan For Employment**. 1999. Ministério das Finanças, Indústria, Emprego e Comunicações.

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios: sínteses de indicadores**. Rio de Janeiro: IBGE, 2000. Departamento de Emprego e Rendimento.

INSTITUTO SUECO. Svenska Institutiet. <http://www.si.se>

LEI Nº4907 – Cria o Conselho Municipal de Trabalho e Emprego e dá outras providências. Florianópolis, 1996. Publicado no Diário Oficial do Estado de Santa Catarina nº15-457.

MACHADO, Simone. **Relatório de Gestão - CMTE**. Florianópolis, 1999.

MARTINET, Gilles. **SIETE Sindicalismo: Gran Betaña, R.F.A., Suécia, Itália, Francia, Estados Unidos, Japón**. Madrid: Centro de Publicaciones, Ministério de Trabajo y Seguridad Social D.L., 1991.

MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política**. Trad. Régis Barbosa e Flávio R. 2.ed. Vol. I e II. São Paulo: Nova Cultura, 1985. Col. Os Economistas.

MATTOSO, Jorge. **O Brasil desempregado: como foram destruídos mais de 3 milhões de empregos nos anos 90**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999.

MYRDAY, G. **O Estado do Futuro**. Rio de Janeiro: Zahar, 1962.

NOGUEIRA, Vandevaldo. *Os Conselhos e a construção da cidadania*. **Revista ABONG nº19**. 1996.

NOGUEIRA, Vera M. & SIMIONATTO, Ivete. **Direitos humanos e direito à saúde: ampliação e reorganização do espaço público**. Florianópolis: UFSC, 1995.

NORDLUND, Anders. *Será o Welfare State responsável pela economia sueca*. **Revista de Ciências Sociais nº39**. 1996. Pp.315-345.

PASSOS, J. J. Calmon. *As medidas provisórias no sistema jurídico constitucional brasileiro*. In: **Anais da VIII Conferência Nacional da OAB – Ordem dos Advogados do Brasil**. Brasília: Conselho Federal, 1991.

- PEDRUEZA, Inigo. **Sociedade Civil, novas liberdades ou novos controles sociais? O seu papel comparado nos processos de construção regional: Mercosul e União Européia.** UFSC, 2001. Dissertação de Mestrado.
- POCHMANN, Márcio. **O trabalho sob fogo cruzado: exclusão, desemprego e precarização no final do século.** São Paulo: Contexto, 1999. Col. Economia.
- _____. **Políticas de trabalho e de garantia de renda no capitalismo em mudança: um estudo sobre as experiências da França, da Inglaterra e do Brasil desde o segundo Pós-Guerra nos dias de hoje.** São Paulo: LTr, 1995.
- RAICHELIS, Raquel. **Esfera pública e conselhos de assistência social: os caminhos da construção democrática.** São Paulo: Cortez, 1998.
- _____. *Municipalização, participação popular e política de assistência social.* In: **Discutindo a assistência social no Brasil.** Brasília: MPAS/SAS, 1997.
- RAMOS, Alexandre Luiz, ARRUDA Jr., Edmundo Lima de. **Globalização, neoliberalismo e o mundo do trabalho.** Curitiba: IBES, 1998.
- REVISTA Tempo e Presença. Rio de Janeiro: Pirâmide nº 234, setembro 1998.
- REVISTA Movimento. Faculdade de Educação da UFF. Col. DP & AJR nº1, maio de 2000.
- RIFKING, Jeremy. **O fim do emprego: o fim inevitável dos níveis dos empregos e a redução da força global de trabalho.** São Paulo: Books, 1995.
- RUBINI, Elida (coord.). **Inovações tecnológicas, qualificação dos trabalhadores e inserção no mercado de trabalho: perspectiva comparativa (indústria petroquímica, metal-mecânica, vestuário, comércio, bancos).** 1998.
<http://cedes.gw.unicamp.br/pesquisa>
- SADER, Eder. **Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-80.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.
- SANTOS, Milton. **O espaço do cidadão.** 4.ed. São Paulo: Nobel, 1998. (Col. Espaços)
- SECRETARIA de Estado do Desenvolvimento Social Econômico e Integração ao Mercosul. **Síntese do Estado de Santa Catarina.** Florianópolis: Diretoria de Geografia, Cartografia e Estatística, 2000.
- SIMIONATTO, Ivete. **Gramsci: sua teoria, incidência no Brasil, influência no Serviço Social.** Florianópolis: EDUFSC; São Paulo: Cortez, 1995.
- _____. **Importância das políticas públicas.** Florianópolis: UFSC, 1997.

- _____. *O social e o político no pensamento de Gramsci*. In: AGGIO, Alberto (org.). **Gramsci: a vitalidade de um pensamento**. São Paulo: Fundação Ed. Da UNESP, 1998.
- SINE/SC. **Cadastro Geral de Empregados e Desempregados – CAGED**. Lei nº 4.963/65, 1999.
- _____. **Relatório das atividades concernentes aos Seminários Regionais dos Conselhos Municipais de Trabalho e Emprego de Santa Catarina**. 1998.
- SOUZA, Maria Luiza de. **Desenvolvimento de comunidade e participação**. São Paulo: Cortez, 1991.
- SÜSSEKIND, Arnaldo. **Convenções da OIT**. São Paulo: LTr, 1994.
- SHÜNEL, Norberto & MATTOS, Simone. **Apostila FETICOM – Formação de Agentes Comunitários de Empreendimentos Produtivos Populares**. Florianópolis, 1999.
- STRATH, B. **Latinoamérica X Suecia**. ILAS Instituto Latinoamericano de Estocolmo, 1993.
- TOCQUEVILLE, Alex de. **Democracia na América**. São Paulo.
- URANI, André. *Crescimento e geração de emprego e renda*. **Revista Lua Nova nº35**. 1995.
- WOOD, Thomaz Jr. *Fordismo, Toyotismo e Volvismo: os caminhos da indústria em busca do tempo perdido*. **Revista Administração de Empresas**. São Paulo: 1992. Pp.06-18.
- WRUBLEVSKI, Bernadet (org.). **Educação para o desemprego**. Petrópolis: Vozes, 1999.

Páginas pesquisadas (fontes virtuais)

<http://www.planalto.gov.br/ccivil>

<http://www.sc.gov.br/web>

<http://www.si.se>

<http://cedes.gw.unicamp.br/pesquisa>

ANEXOS

Anexo 1



Do Gabinete da Prefeita do Município de Florianópolis

DECRETO Nº. 0 2 4 9 / 9 7

A Prefeita Municipal de Florianópolis, no uso de suas atribuições que lhe confere o Art. 74, Inciso III, da Lei Orgânica do Município de Florianópolis, de 05.04.90, e em conformidade com a Lei nº. 4958 de 16 de julho de 1996, alterada pela Lei nº CMF 159 de 13 de janeiro de 1997.

RESOLVE:

Art. 1º. - Designar como membros do Conselho Municipal de Trabalho e Emprego na condição de Titulares e Suplentes, conforme segue:

01. - Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social:

Titular: Salomão Mattos Sobrinho
Suplente: Alcione Desiríee de Castro

02. - Secretaria Municipal de Urbanismo e Serviços Públicos:

Titular: João Itamar da Silveira
Suplente: Julcenir Gualberto Soares

03. - Câmara Municipal de Florianópolis:

Titular: Vereador Márcio José Pereira de Souza
Suplente: Vereador João Aparício Telles Pires Bittencourt

04. - Secretaria do Desenvolvimento Social e da Família:

Titular: Daci Carvalho das Neves
Suplente: Lauro Barbosa Filho



Do Gabinete da Prefeita do Município de Florianópolis

05. - Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC:

Titular: Simone Matos Machado

Suplente: Iliane Kohler

06. - Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina - FIESC:

Titular: Vitor Mário Zanetti

Suplente: Evande João da Silva

07. - Sindicato dos Hotéis, Restaurantes, Bares e Similares de Florianópolis:

Titular: Wolfgang A. W. Schrader

Suplente: Tarcísio Shmitt

08. - Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte/Serviço Social do Transporte - SENAT/SEST:

Titular: Jorge Marques Trilha

Suplente: Arnaldo Paulo da Silva

09. - Associação de Micro e Pequenas Empresas da Grande Florianópolis - AMPE:

Titular: Marcus Arnaldo Schwabe

Suplente: Lúcia Helena Alamino

10. - Associação da Indústria do Vestuário do Aglomerado Urbano de Florianópolis - ASSINVEST :

Titular: Marcílio Guilherme Ávila

Suplente: Ursulina Angeli

11. - Sindicato dos Empregados do Comércio de Florianópolis/SC-SESC:

Titular: Ilson Abelardo de Freitas

Suplente: Ivo José da Silva



Do Gabinete da Prefeita do Município de Florianópolis

12. - Sindicato dos Trabalhadores nas Empresas de Correios e Telégrafos e Similares - SINTECT/SC:

Titular: Jefferson Fernandes
Suplente: Olivio Benke Filho

13. - Sindicato dos Empregados em Edifícios de Florianópolis - SEEF:

Titular: Ivânio Alves da Luz
Suplente: Ademar Weber

14. - Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de Florianópolis e Região:

Titular: Rui Ricard da Luz
Suplente: Murilo Garcia Pereira

15. - Sindicato dos Trabalhadores do Serviço Público Municipal de Florianópolis - SINTRASEM:

Titular: Arlindo Álvaro Barbosa
Suplente: Janete Terezinha Recalcatti

Art. 2º. - Este Decreto entra em vigência na data da sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal, em Florianópolis, aos 16 JUN 1997

ANGELA REGINA HEINZEN AMIN HELOU
ANGELA REGINA HEINZEN AMIN HELOU
PREFEITA MUNICIPAL

Anexo 2

EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA VARA DOS FEITOS DA FAZENDA PÚBLICA E ACIDENTES DO TRABALHO DA COMARCA DA CAPITAL.

023.99.039939-0

Pedido de liminar urgente

A ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DO MORRO DO TICO-TICO, associação civil sem fins lucrativos e representativa de moradores, com sede na rua Clemente Rovere, nº 256-B, Centro, Florianópolis/SC, CEP 88020-340, cadastrada no CGC/MF sob o nº 82.702.838/0001-91, neste ato representado por seu atual Presidente MAXWEL ARANTES DOS SANTOS, brasileiro, divorciado, radialista, morador no bairro mencionado, fone 224.5028;

o CONSELHO COMUNITÁRIO DO PANTANAL, associação civil sem fins lucrativos e representativa de moradores, com sede na rua Deputado Antônio Edu Vieira, nº 968, Pantanal, Florianópolis/SC, CEP 88040-000, cadastrada no CGC/MF sob o nº 75.261.443/0001-76, neste ato representado por seu atual Presidente LORENÇO ORTH, brasileiro, casado, engenheiro, morador no bairro mencionado, fone 233.2292;

o CONSELHO COMUNITÁRIO CRISTO REDENTOR, associação civil sem fins lucrativos e representativa de moradores, com sede na rua Laura Caminha Meira, nº 84, Centro, Florianópolis/SC, CEP 88020-310, cadastrada no CGC/MF sob o nº 756.276989/0001-22, neste ato representado por seu atual Presidente RUY ALVES, brasileiro, morador no bairro mencionado, fone 224.5117;

e SIMONE MATOS MACHADO, brasileira, divorciada, assistente social, inscrita no CPF sob o nº 43.100.799/53, residente na rua Francisco Anastácio Pires, m.º 97, Trindade, Florianópolis/SC e CEP 88036-370, fone: 234-7563 e 991.0614, , sendo os primeiros impetrantes entidades associativas, conforme demonstram documentação em anexo (doc.02) vêm, perante V. Exa., através de suas procuradoras (doc. 01), com fulcro nos art 1º. da Lei n.º 1.533/51 e demais dispositivos aplicáveis à espécie, impetrar

MANDADO DE SEGURANÇA com pedido de liminar

contra ato coator comissivo do Diretor Estadual do Sistema Nacional de Emprego de Santa Catarina (SINE/SC), na pessoa do Sr. JOSÉ JOÃO TAVARES e contra por ato omissivo do Presidente do Conselho Estadual de Trabalho e Emprego de Santa Catarina (CETE/SC), enquanto litisconsorte necessário passivo, na pessoa do Sr. ANTÔNIO BITTENCOURT FILHO, todos com endereço na rua Trajano, 168, Centro, Florianópolis/SC, fone 224.6008/ 275.0113/ 223.0033, pelos motivos fáticos e legais que passa a expor:

i - RESUMO FÁTICO

1. Consoante o disposto no art. 18 e ss. da Lei Federal n.º 7998/90 (doc.03), foi instituído o Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - CODEFAT. Ligado ao Ministério do Trabalho, o CODEFAT consiste num órgão colegiado gerenciador e deliberativo acerca do FAT.

2. Por sua vez, no seu âmbito de competência, o CODEFAT instituiu e definiu, para cada Estado, um Conselho Estadual de Trabalho e Renda (CETE), e em Grande parte dos Municípios, um Conselho Municipal de Trabalho e Renda (CMTE), através da Resolução n.º 80/95 (doc.04), ambos com competência deliberativa, nos termos da Resolução.

3. Em nosso Estado, o CETE/SC foi criado em 27.01.95, através do Decreto n.º 19/95 (docs.05 e 06). Conforme as normas já referidas, e constante no Regimento Interno do CETE/SC (doc.07), art 12: *"A Secretaria Executiva é uma unidade de apoio operacional administrativo do Conselho Estadual e será exercida pela Coordenação Estadual do SINE/SC"*.

4. Na sua esfera de competência, em 18.05.99, o CETE/SC deliberou pela *"realização de Fóruns regionalizados e simultâneos nos municípios sede das Coordenadorias Regionais da SDF, atendendo a demanda e a soma de recursos por região"*, conforme transcreve-se da ata n.º 073 (doc.08).

5. Das 14 Coordenadorias Regionais da SDF (Secretaria do Desenvolvimento Social e da Família) em SC (doc.09), uma delas fica em Florianópolis, logo, deveria a Capital sediar um dos 13 fóruns regionais, organizado pelo CMTE. Nesse sentido, a última impetrante, por exemplo, iniciou um trabalho de preparação junto às comunidades da Ilha para apresentarem as prioridades da cidade relativamente aos projetos de trabalho e renda.

6. Ocorre que, através do ofício n.º 008/99, de 01.07.99, dando ciência ao Presidente do CMTE do ofício n.º 07/99 (doc10), o atual Coordenador Estadual do SINE, que também é um dos conselheiros que votou pela deliberação acima apontada, ao executar a decisão colegiada, decidiu contrariá-la.

7. Por aquele ato, os Fóruns Regionais de Qualificação Profissional serão realizados em dias diferentes, em apenas 7 cidades. Assim, Florianópolis, a despeito da deliberação do CETE, não mais sediará o Fórum, podendo participar apenas com a Região de Itajaí.

8. Ao saber recentemente do referido ato, praticado com desvio de poder e em desprestígio do seu trabalho e das comunidades, a última impetrante, enquanto conselheira titular do CMTE (doc.11) irressignou-se. Ao procurar o Presidente do CETE, este nada fez ou quis fazer para fazer valer a decisão colegiada, nem ao menos relativamente à Florianópolis.

9. A última impetrante ao consultar as entidades comunitárias, colheu unânime desaprovação, conforme abaixo-assinado em anexo (doc12), que exige o cumprimento da deliberação do CETE. Tal como as entidades impetrantes, todas as demais ficaram impedidas de participar do referido Fórum Regional.

principalmente pela falta de condições de deslocamento ao Município de Itajaí e o conhecimento tardio da mudança do local da realização do evento.

10. Salienda-se que Florianópolis é a cidade que possui o maior número de entidades comunitárias envolvidas nos Programas de Trabalho e Renda. No entanto, praticamente todas não tem recursos suficientes para realizar gastos com passagens e alimentação de seus representantes, até porque a maioria representa comunidades carentes, e sequer tiveram tempo hábil para tentarem providenciar os recursos necessários.

11. É o relato fático.

I - DO DIREITO

1. DA LEGITIMIDADE DOS IMPETRANTES:

Os três primeiros impetrantes são entidades representativas de moradores de bairros da cidade de Florianópolis, que têm direito de participação nos fóruns regionais deliberativos acerca de repasses de recursos do FAT. Ante o ato coator, ficaram impedidas do exercício de seus direitos.

Já a última impetrante, membro do Conselho Municipal de Trabalho e Emprego, vê seu direito de organizar o fórum regional em Florianópolis, conforme deliberou o CETE, tolhido, bem como toda a deslegitimação de seu trabalho junto às comunidades.

2. DA LEGITIMIDADE DOS IMPETRADOS

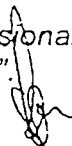
O primeiro impetrado, ao praticar ato executivo em dissonância com a deliberação do órgão competente, excedeu-se. Atuou com desvio de poder, usurpando competência do CETE.

Por sua vez, o Presidente do CETE foi omissivo, nada fazendo para impedir o descumprimento de deliberação colegiada do órgão que preside, daí merecer seu litisconsórcio passivo necessário. A propósito, descumpriu o próprio regimento interno do CETE, que dispõe:

"Art. 5.º. Compete ao Presidente do Conselho Estadual:

V - expedir todos os atos necessários ao desempenho de suas atribuições na execução das deliberações do Conselho Estadual;

VI - supervisionar as atividades das Secretarias Executivas do Conselho Estadual".



3. DA POSSIBILIDADE DE APRECIÇÃO DA MATÉRIA PELO PODER JUDICIÁRIO

Indubitavelmente, no controle dos atos administrativos, há que se manter a legalidade da sua produção, entre os quais, a competência da autoridade.

Abaixo, reproduz-se parte do acórdão n.º 96.005812-5, Apelação Cível em Mandado de Segurança, da Capital, des. relator Jorge Mussi, de 25 de junho de 1997, que representa a tendência dos julgados catarinenses:

"Segundo disposição constitucional, ao Judiciário compete coibir ou desfazer atos abusivos ou praticados com desvio de poder. Isto é, sendo a matéria relativa a ato de conteúdo administrativo, praticado por qualquer dos Poderes do Estado, cabe ao prejudicado o direito, em tese, de obter amparo de conteúdo jurisdicional. Se o Legislativo descumprir as regras por ele mesmo elaboradas, dentro de sua atividade independente e própria, cabe ao Judiciário cuidar da infringência, desde que essa infringência a alguém possa prejudicar em seu direito subjetivo".

E, prosseguindo, acrescenta:

"Ilegais quaisquer que sejam os atos, venham de que Poder vierem, deles deverá cuidar o Judiciário, pois é intolerável que no estado de direito se pratique a lesão à prerrogativa individual. O Poder tem autonomia para criar regras, mas depois de criadas não as pode desrespeitar, atingindo o direito de quem quer que seja" (Revista de Jurisprudência do TJRS n. 88, pág. 140)."

"Da jurisprudência desta Corte de Justiça, adotando o mesmo entendimento, colaciona-se:

"Os atos interna corporis refogem à apreciação judicial no que concerne ao seu conteúdo. Todavia, é função constitucional do Poder Judiciário aferir se o ato impugnado observou as prescrições da Carta Magna, das Leis e das disposições regimentais no tocante a sua regularidade formal". (Apelação cível em mandado de segurança n. 4.295, de Campo Erê, Rel. Des. Eder Graf, julgada em 17/8/93).

E ainda:

*"MANDADO DE SEGURANÇA — AGREGAÇÃO —
CONSTITUCIONALIDADE — MATÉRIA INTERNA CORPORIS —*

"Pode o Judiciário examinar questões interna corporis quando lesivas de direitos, uma vez que a só invocação do ato não é o suficiente para retirá-lo da apreciação judiciária. Necessário é que, em sendo um ato com fundamento político, não se tenha excedido dos limites discricionários demarcados ao órgão ou autoridade que o praticou (in Hely Lopes Meirelles, Direito Administrativo Brasileiro, RT — 1975, 6ª ed. — Mandado de Segurança e Ação Popular, 4ª ed., pág. 19).

Não está o Judiciário impedido a examinar resoluções legislativas quando ofensivas a direitos individuais (Hely Lopes Meirelles — ob. cit., pág. 19). "(...)" (MS n. 8.685, da Capital, Rel. Des. Anselmo Cerello, julgada em 15/9/95).

Celso Bandeira de Mello, dissertando acerca da discricionariedade e do controle judicial, enfatiza, com a propriedade que lhe é peculiar, que o mencionado princípio, amparado constitucionalmente, constitui-se em "garantia insubstituível, reconhecida entre os povos civilizados, como expressão asseguradora da ordem, da paz social e própria identidade dos regimes políticos contemporâneos" (in "Elementos de Direito Administrativo", 1ª edição, Revista dos Tribunais, São Paulo, 1986, p. 299, grifei).

E continuando, adita:

"Segue-se que um ato gravoso, provenha de quem provier, pode ser submetido ao órgão judicante a fim de que este afira sua legitimidade e o fulmine se reputar configurada ofensa a um direito' (ob. cit., p. 299, grifo meu)".

II - DO PERICULUM IN MORA

As entidades impetrantes ao ficarem impossibilitadas de participar do referido Fórum Regional, excluídas estarão da possibilidade de elegerem prioridades regionais na alocação de recursos, bem como de apresentarem seus projetos, aos quais é dedicado recursos financeiros do FAT. Estes, são repassados às entidades dentro de aproximadamente 30 dias após a aprovação dos projetos.

Assim, urge medida liminar que impeça o deslocamento de verbas até ulterior decisão, pois uma vez consumidas, difícil é sua recuperação.

Por outro lado, ante todo o trabalho de articulação das comunidades realizado, especialmente, pela última impetrante, sua atividade precisa ser retomada com urgência, sob pena de invalidação e desprezo do grande número de horas de dedicação, mormente enquanto membro do CMTE.

III - DO PEDIDO

ISTO POSTO, REQUER-SE:

Tendo em vista o direito dos primeiros impetrantes em participarem do fórum regional sediado em Florianópolis, bem como o direito da última impetrante, enquanto membro do órgão sediante do fórum, REQUER:



1º. A Suspensão do ato coator materializado pelo conteúdo do ofício 007/99 produzido pelo primeiro impetrado no que tange à região de Florianópolis, ordenando a realização do fórum regional em Florianópolis, conforme deliberação do CETE e, conseqüentemente:

a) a suspensão do fórum realizado em Itajaí que se realiza em 16.07.99, a partir do período vespertino na UNIVALLI (fax 047-341.7533) através de concessão de medida liminar *initio litis*;

b) e em não sendo possível o deferimento da medida em tempo, a fim de impedir a realização do fórum acima referido, REQUER a suspensão das deliberações lá tomadas.

2º. No mérito, requer pela segurança, tomando definitiva a liminar acima pleiteada;

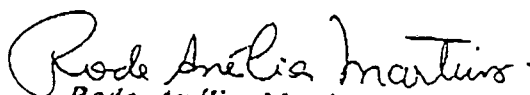
3º. A notificação das autoridades coatoras, para prestar informações;

4º. A citiva do Ministério Público.

Dá-se à causa, apenas para efeitos fiscais, o valor de RS 50,00 (cinquenta reais).

Pede Deferimento.

Florianópolis, 16 de julho de 1999.



Rode Anélia Martins
OAB/SC 12.735
Rua Anita Garibaldi, 136
Ed. D. Isabel - Centro
Flópolis/SC - CEP 88010-500
☎ 324-0869 e 971-4131

ROL DE DOCUMENTOS

1. instrumentos de procuração;
2. cartão CGC, estatuto, ata de posse das entidades e declaração de utilidade pública da 2ª. impetrante; e CPF da última impetrante;
3. Lei 7.998 de 11.01.90, que instituiu o CODEFAT;
4. Resolução 80/95.
5. Dec. Estadual 19/95.
6. Termo de instalação do CETE;
7. Regimento interno do CETE;
8. ata n.º 73 do CETE;
9. Relação de Regiões
10. Ofício n.º 008 e 007.99 do SINE.
11. composição do CMTE
12. Abaixo-assinado.